

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**SUJEITOS NULOS INDETERMINADOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
UMA INVESTIGAÇÃO DIACRÔNICA EM GOIÁS**

HUMBERTO BORGES

BRASÍLIA

2014

HUMBERTO BORGES

SUJEITOS NULOS INDETERMINADOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
UMA INVESTIGAÇÃO DIACRÔNICA EM GOIÁS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Linguística.

Área de concentração: Teoria e Análise Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Rozana Reigota Naves.

BRASÍLIA

2014

HUMBERTO BORGES

SUJEITOS NULOS INDETERMINADOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
UMA INVESTIGAÇÃO DIACRÔNICA EM GOIÁS

Dissertação de mestrado aprovada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (PPGL/UnB).

Dissertação aprovada em: 28/02/2014.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Rozana Reigota Naves
Universidade de Brasília – presidente

Profa. Dra. Márcia Santos Duarte de Oliveira
Universidade de São Paulo – membro externo

Profa. Dra. Eloísa Nascimento Silva Pilati
Universidade de Brasília – membro interno

Profa. Dra. Heloísa Maria Moreira Lima de Almeida Salles
Universidade de Brasília – membro suplente

DEDICATÓRIA

Para o trino Deus, possuidor de todos os tesouros da sabedoria, que mesmo tendo que segurar as rédeas do mundo e de todo o universo ainda encontra tempo para oferecer seu amor, sua bondade e sua misericórdia a mais uma de suas ovelhas. Para Adriana e Idalina, mãe e vó, pela oração e pela prosa, pelo pão com afeto e pelo café sempre quentinho, pelas palavras de amor e pela sintaxe goiana – mesmo que sem o -R retrrrroflexo. Para Isadora e Isabela, irmãs, por todo o esforço para que eu aprendesse as primeiras letras. Para todas as professoras e professores que fortaleceram minha crença no poder transformador da educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Rozana Reigota Naves, pelas inestimáveis competência, compreensão e paciência na condução de seu trabalho como orientadora. A todas as mulheres que, com amizade, acompanharam e alegraram minha trajetória durante a realização do mestrado, tornando-a mais humana e fértil. Aos amigos e colegas do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB (Cristiany, Edite, Giovana, Juliana, Letícia, Marco Túlio, Maria Lílian, Moacir, Paula, Ramon, Ribamar e Zenaide), pelas parcerias e atitudes em prol de uma comunidade científica mais fraterna. Às pacientes Ângela e Renata, pela eficiência e carisma na execução de seus trabalhos na Secretaria do PPGL. Às professoras Eloísa Pilati, Helena Guerra Vicente e Heloísa Salles, por todo o conhecimento transmitido nas disciplinas de pós-graduação (estendo meus agradecimentos à professora Eloísa Pilati por todos os puxões de orelha na banca de defesa desta dissertação). Ao professor Dionei Moreira Gomes, pela paixão em ensinar e em coordenar o PPGL. À professora Márcia de Oliveira, pela disposição em ser membra da banca de defesa desta dissertação de mestrado e por todas as valiosas contribuições, sem as quais este trabalho estaria (ainda mais) incompleto. Ao Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, ao Arquivo Histórico Estadual de Goiás e ao Arquivo Frei Simão Dorvi, pelo acolhimento e pelo trabalho desenvolvido. Às excelentes profissionais do texto da Seção de Revisão das Edições Câmara (Edilce, Luzimar, Karem, Mariana, Maristela, Raquel e Silvia), pela acolhida calorosa e por todos os ensinamentos. Aos alunos do 5º e do 6º período (2013) da Educação de Jovens e Adultos do Centro de Ensino Fundamental do Lago Norte, por me mostrarem que aulas de gramática podem, reciprocamente, fazer alguma diferença na educação e na valorização do ser humano. Ao meu pai, José Horácio, pelo apoio nos momentos difíceis. Ao padrasto Raimar, pelo acolhida em sua casa durante minha realização de trabalho de campo em Goiânia. Às minhas amadas (mãe, vó e irmãs), pelo apoio de sempre.

Então, é assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que ele se tornará.

Chimamanda Adichie, escritora nigeriana.

A menina apareceu grávida de um gavião.
Veio falou para a mãe: O gavião me desmoçou.
A mãe disse: Você vai parir uma árvore para
a gente comer goiaba nela.
E comeram goiaba.
Naquele tempo de dentes não havia limites
para ser.
Se a gente encostava em ser ave ganhava o
poder de alçar.
Se a gente falasse a partir de um córrego
a gente pegava murmúrios.
Não havia comportamento de estar.
Urubus conversavam auroras.
Pessoas viravam árvore.
Pedras viravam rouxinóis.
Depois veio a ordem das coisas e as pedras
têm que rolar seu destino de pedra para o resto
dos tempos.
Só as palavras não foram castigadas com
a ordem natural das coisas.
As palavras continuam com seus deslimites.
Manoel de Barros, poeta mato-grossense.

Há algo na alma do sertanejo que o leva a conversar por estrofes e poesia, talvez uma artimanha da vida para compensar as várias dificuldades da rotina, o rosto marcado pelo sol, os calos das mãos.

Rodrigo Brancatelli, jornalista, em alusão a sertanejos goianos.

RESUMO

Nesta dissertação, investigamos um aspecto considerado inovador da gramática do português brasileiro em relação à gramática do português europeu: a sintaxe do sujeito, especificamente a sintaxe de construções com sujeito nulo indeterminado e verbo na terceira pessoa do singular. Essas construções têm sido associadas na literatura gerativista à reestruturação dos paradigmas verbal e pronominal do português brasileiro (cf. GALVES, 1987, 2001; DUARTE, 1993, 1995; entre outros) e à mudança do português brasileiro de uma língua de sujeito nulo consistente, como o português europeu, para uma língua de sujeito nulo parcial (cf. ROBERTS E HOLMBERG, 2010; HOLMBERG E SHEEHAN, 2010; entre outros). A motivação de nossa investigação é a hipótese de que aspectos inovadores na expressão do sujeito no português brasileiro teriam sido gerados a partir da aquisição do português europeu por ameríndios e africanos e, especialmente, por seus descendentes na América portuguesa. Destarte, a partir da exposição de aspectos sócio-históricos da formação do português brasileiro na América portuguesa e em Goiás, buscamos em manuscritos goianos datados dos séculos XVIII e XIX dados que pudessem atestar nossa hipótese. Constituímos um *corpus* com dois manuscritos do gênero diário escritos, respectivamente, por um homem de origem portuguesa, no século XVIII, e por uma mulher brasileira de possível origem mestiça, no século XIX. A análise dos dados mostrou que construções com sujeito nulo indeterminado e verbo na terceira pessoa do singular eram licenciadas no manuscrito do século XIX. A partir desses indícios, supomos que a aquisição da língua portuguesa por ameríndios e africanos e, posteriormente, por seus descendentes foram responsáveis pela emergência da gramática do português brasileiro em Goiás.

Palavras-chave: Sócio-história do português brasileiro. Goiás. Manuscritos goianos. Parâmetro do sujeito nulo. Sujeito nulo indeterminado.

ABSTRACT

In this dissertation, we have investigated an aspect considered innovative in Brazilian Portuguese grammar in relation to European Portuguese grammar: The syntax of the subject, more specifically, the syntax of indeterminate null subject constructions with verb on third person singular. These constructions have been associated in the generative literature to the reconstruction of verbal and pronominal paradigms of Brazilian Portuguese (GALVES, 1987, 2001; DUARTE, 1993, 1995; and others), and to the change of this language from a consistent null subject language, like European Portuguese, to a partial null subject language (ROBERTS E HOLMBERG, 2010; HOLMBERG E SHEEHAN, 2010; and others). The motivation for our investigation is the hypothesis of which innovative aspects in the expression of subject in Brazilian Portuguese had been generated from the acquisition of European Portuguese by Amerindians and Africans, and especially, by their descendants in Portuguese America. Taking as a start point the exposition of social-historic aspects in the formation of Brazilian Portuguese in Portuguese America and in *Goiás*, we have searched in manuscripts from the state of *Goiás* dated back to the XVIII and XIX centuries which could support our hypothesis. We have constituted a *corpus* from two manuscripts of the genre of diaries written, respectively, by a male of Portuguese origin, from the XVIII century, and by a Brazilian woman of possible Mestizo descent, from the XIX century. The analysis of the data showed that indeterminate null subject constructions with verb on third person singular were licensed in the manuscript of XIX century. This way, we have supposed that the acquisition of Portuguese language by Amerindians and Africans, and especially, by their descendants was responsible for the emergence of grammar of Brazilian Portuguese.

Keywords: Social history of Brazilian Portuguese. *Goiás*. Manuscripts from *Goiás*. Null subject parameter. Indeterminate null subjects.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 Aspectos sócio-históricos da constituição do português brasileiro	13
1.1 Síntese da interação entre povos e do contato de línguas na América portuguesa	15
<i>1.1.1 Tráfico de viventes e transplante de línguas para a América portuguesa</i>	18
<i>1.1.2 Línguas gerais na América portuguesa</i>	21
1.2 Fatores sócio-históricos condicionantes para a formação do português brasileiro nos séculos XVIII e XIX	22
1.3 Aspectos sócio-históricos da instauração do português brasileiro em Goiás nos séculos XVIII e XIX	29
1.4 Síntese do capítulo	36
CAPÍTULO 2 Pressupostos teóricos: conceituando língua e gramática	37
2.1 Gramática Gerativa e a gênese da linguagem	37
<i>2.1.1 A Gramática Universal e o modelo de Princípios e Parâmetros</i>	39
<i>2.1.2 O Programa Minimalista e as operações do sistema computacional</i>	44
<i>2.1.3 Desenvolvendo uma hipótese para explicar a mudança sintática no português brasileiro em Goiás</i>	46
2.2 Linguística Histórica, Gramática Gerativa e a constituição de um corpus linguístico	49
2.3 Síntese do capítulo	53
CAPÍTULO 3 Mudança na expressão do sujeito no português brasileiro: um estudo em manuscritos goianos	55
3.1 Parâmetro do sujeito nulo e mudança sintática no português brasileiro	56
3.2 A emergência da gramática do português brasileiro em manuscritos goianos	61
3.3 Sujeito nulo indeterminado no português brasileiro: alguns aspectos sintáticos e semânticos	68
3.4 Síntese do capítulo	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE	81
ANEXOS	93

INTRODUÇÃO

Esta dissertação discorrerá sobre um fenômeno considerado inovador na sintaxe do português brasileiro (PB): construções com uma categoria vazia de referência indeterminada na posição de sujeito e verbo flexionado na terceira pessoa do singular. Para isso, utilizar-se-á do método diacrônico, considerando-o necessário para explicar a construção exemplificada em (1), com dados de Lunguinho e Medeiros (2009, p. 10).

- (1) a. Joga-se búzios e faz amarração para o amor.
b. Matou um rapaz no show do Zezé di Camargo e Luciano ontem.
c. Montou o armário lá em casa semana passada.

Lunguinho e Medeiros (2009) explicam que o parâmetro do sujeito nulo é responsável por licenciar construções com sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular no PB, tendo em vista que esse parâmetro foi proposto para explicar uma categoria vazia na posição de sujeito. Posteriormente, os autores apresentam alguns aspectos gramaticais para tentar explicar diacronicamente o licenciamento de construções essas, quais sejam: a perda do clítico *se* e a reestruturação do paradigma dos verbos finitos de seis para três formas flexionais. Os autores seguem a linha de estudos gerativistas que alegam que o PB perdeu a possibilidade de licenciar sujeitos nulos referenciais, especialmente os que se referem a terceira pessoa do discurso. Nos exemplos a seguir, apresentamos paráfrases para as construções em (1) que evidenciam o porquê dessa argumentação.

- (2) a. Jogam-se búzios e faz-se amarração para o amor.
b. Matou-se um rapaz no show do Zezé di Camargo e Luciano ontem.
c. Montou-se o armário lá em casa semana passada.
- (3) a. Jogam búzios e fazem amarração para o amor.
b. Mataram um rapaz no show do Zezé di Camargo e Luciano ontem.
c. Montaram o armário lá em casa semana passada.

As paráfrases permitem-nos afirmar que diacronicamente estão em jogo dois tipos de construções sintáticas no licenciamento de construções do tipo de (1) no PB: construções com *se*, como o exemplo em (2); e construções com sujeito nulo indeterminado canônico, isto é, construções com verbo na terceira pessoa do plural e um argumento nulo não referencial na posição de sujeito, como em (3). Estudos diacrônicos de base gerativista têm apontado para algo semelhante a essa observação. Nunes (1990) verificou que as construções com sujeito nulo indeterminado e verbo na terceira pessoa do singular, observadas inicialmente por Galves (1987), poderiam receber duas paráfrases no PB: uma com o verbo no plural e a outra com o clítico *se*.

- (4) a. Nos nossos dias, não usa mais saia. (GALVES, 1987, p. 37)
b. Nos nossos dias, não se usa mais saia. (NUNES, 1990, p. 99)
c. Nos nossos dias, não usam mais saia. (NUNES, 1990, p. 99)

Por ser o PB uma língua de sujeito nulo, o sujeito da construção (4a) poderia ser interpretado como um sujeito nulo de referência definida de terceira pessoa, mas, o PB, no entanto, não tem mais apresentado sujeito nulo de segunda e terceira pessoa, optando por seu preenchimento lexical, enquanto passa a licenciar sujeito nulo de referência indeterminada na terceira pessoa do singular, única interpretação possível para (4a) no PB (cf. GALVES, 1987, 2001; DUARTE, 1993, 1995, entre outros). Nunes (1990) observa que construções como (4a) ocorrem, em contextos restritos, desde o século XIX. Essa mudança na expressão do sujeito no PB, em comparação com o português europeu (PE), despertou a atenção de teóricos gerativistas, que passaram a afirmar que o PB é uma língua de sujeito nulo parcial, enquanto o PE é uma língua de sujeito nulo consistente (cf. ROBERTS E HOLMBERG, 2010; HOLMBERG E SHEEHAN, 2010; entre outros).

Pressupomos que a emergência da gramática do PB e, conseqüentemente, a mudança na valoração do parâmetro do sujeito nulo no PB tem raízes sócio-históricas. A partir da análise de dados de manuscritos do século XIX, Tarallo (1993) mostra que aspectos inovadores da gramática do PB, como a reorganização do sistema pronominal, que acarretaria na mudança seletiva do sujeito nulo e no aparecimento do objeto nulo referencial, entre outros fenômenos, já teriam se manifestado na língua no século XIX. O linguista não discute em sua análise a emergência da gramática do PB em relação à mudança paramétrica na expressão do sujeito, mas atribui à história interna da língua a mudança em sua gramática, sem, contudo,

apresentar quais seriam aspectos sociais teriam provocado a mudança: “novos traços gramaticais entraram na língua no final dos anos 1800 porque circunstâncias especiais aconteciam naquele momento da história externa” (TARALLO, 1993, p. 99).

Segundo Mattos e Silva (2004), o território colonial brasileiro foi marcado por um multilinguismo generalizado durante todo o período colonial e permanece multilíngue em determinadas regiões do país. Essa situação, contudo, não impossibilitou que a língua portuguesa fosse instaurada como única língua oficial em 1757. Junto à oficialização da língua portuguesa, iniciou-se um processo político imperioso para que a língua europeia fosse difundida por toda a América portuguesa. Apesar dos esforços políticos, especialmente os empreendidos pelo Marquês de Pombal, Mattos e Silva (2004, p. 99-106) assevera que foram os africanos e seus descendentes os responsáveis, a partir especialmente do século XVIII, pela difusão da língua portuguesa pelo território e, conseqüentemente, pela emergência da gramática inovadora do PB. Vê-se que Mattos e Silva (2004) relega um papel secundário aos ameríndios na constituição do PB. Em nossa pesquisa, fazemos diferente: consideramos de igual maneira a participação indígena e africana na constituição do PB.

Para atestar nossa hipótese de que mudanças na expressão do sujeito no PB já haviam emergido no século XIX, esta dissertação pretende averiguar a ocorrência de sujeito nulo indeterminado com verbo na terceira pessoa do singular em manuscritos goianos. Para cumprir com seu objetivo, esta dissertação utiliza-se do arcabouço teórico da Linguística Histórica e da Teoria Gerativa e se estrutura da seguinte maneira: no Capítulo 1, são apresentados os aspectos sócio-históricos mais relevantes do período colonial brasileiro para o estudo da história interna do PB, como a demografia linguística e étnicorracial que marcou a América portuguesa. A história linguística de Goiás também é brevemente apresentada, de modo a possibilitar uma análise comparada da formação sócio-histórica do PB nessa região com o *corpus* linguístico composto a partir de manuscritos goianos.

No Capítulo 2, com base nos pressupostos teóricos da Teoria Gerativa, descrevemos os conceitos de língua e gramática que norteiam a hipótese e a análise da dissertação. Apresentamos as motivações empíricas da pesquisa linguística no âmbito da Teoria Gerativa: a hipótese inatista do conhecimento gramatical humano e a rápida e completa aquisição das línguas naturais pela espécie humana. Discutimos os modelos de análise desenvolvidos no âmbito da Teoria Gerativa de maior relevância para nossa análise linguística, a saber: o modelo teórico dos Princípios e Parâmetros e o modelo computacional do Programa Minimalista. Argumentamos que o PB em Goiás é resultado de processos distintos de

aquisição da língua portuguesa por ameríndios e africanos e por seus filhos, notadamente mestiços. Apresentamos e justificamos a escolha dos manuscritos utilizados para a composição do *corpus*.

No Capítulo 3, aprofundamos nossa discussão a respeito da diferença entre a gramática do PB e a gramática do PE. Tratamos mais detalhadamente do estatuto gramatical das construções com *se* no PE e no PB e das construções com sujeito nulo indeterminado. Analisamos os dados do *corpus*, comparando os dados referentes ao século XVIII com os dados referentes ao século XIX, de modo a evidenciar a mudança gramatical na sintaxe do sujeito no PB em Goiás já no século XIX. Por fim, tecemos as considerações finais da dissertação, apontando para a plausibilidade de nossa hipótese: a de que o complexo processo de mestiçagem brasileiro, resultado da interação entre povos ameríndios, africanos e portugueses na América portuguesa, é o responsável histórico pela emergência da gramática do português brasileiro em Goiás, tendo em vista que, com a mestiçagem, a população que nascia adquiria o português aprendido como segunda língua por seus pais (ameríndios e africanos) como língua materna.

CAPÍTULO 1

Aspectos Sócio-Históricos da Constituição do Português Brasileiro

Tradicionalmente, a Linguística Histórica possui dois eixos de pesquisa: o primeiro é estritamente linguístico e estuda a mudança interna às línguas naturais; o segundo, vinculado ao primeiro, envolve fatos sócio-históricos do período que abarca a mudança linguística em evidência. Do primeiro eixo, tem-se como resultado a chamada história interna da língua; do segundo, a história externa (PAIXÃO DE SOUSA, 2006; MATTOS E SILVA, 2008). Estudos em torno do conceito de famílias de línguas e da periodização de uma determinada língua, por exemplo, representam o primeiro eixo de pesquisa, enquanto estudos em torno da gramática de línguas geradas pelo contato linguístico, por exemplo, representam o segundo, afinal, a classificação de uma língua como crioula não se dá por meio da evidência de seus dados, mas, sim, pelo conhecimento da história social de sua comunidade (DEGRAFF, 1999).

Apesar das diferenças de abordagem, em ambos os eixos, o pesquisador em Linguística Histórica tem que lidar com “a documentação remanescente do passado” (MATTOS E SILVA, 2008, p. 14) e, apoiado nela, articular os conceitos de língua e tempo de maneira que um dos pontos específicos dessa articulação esbarra na “contingência fundante do fazer histórico” (PAIXÃO DE SOUZA, 2006, p. 13), isto é, no distanciamento temporal entre a análise e o objeto analisado. Inserir, ou não, o percurso da mudança interna à língua à história social da comunidade, ou vice-versa, é, portanto, uma escolha metodológica do pesquisador frente a seu objeto de pesquisa, pois, em sua natureza ontológica, a língua não escolhe estar ou não no tempo (PAIXÃO DE SOUSA, 2006).

Na tentativa de articular os conceitos de língua e tempo diante da contingência fundante do fazer histórico, resta ao linguista que lida com a hipótese do contato linguístico na constituição da gramática de uma língua o artifício de relatar fatos históricos que possam auxiliar e corroborar sua análise. No quadro dos estudos sobre a história do português brasileiro (PB), alguns pesquisadores recorreram a esse artifício, consagrando quatro fatores sócio-históricos do período colonial brasileiro como determinantes e condicionantes para a emergência da gramática do PB, quais sejam: a demografia e a mobilidade populacional (PESSOA DE CASTRO, 2001; MATTOS E SILVA, 2004); a escolarização durante os

séculos XVI e XVIII e as reconfigurações socioculturais, políticas e linguísticas decorrentes do século XVIII (MATTOS E SILVA, 2004).

Com base na congruência desses fatores, Pessoa de Castro (2001) e Mattos e Silva (2004) defendem a hipótese de que, no Brasil colonial e imperial, os africanos e os afro-brasileiros teriam difundido a língua portuguesa pelo território brasileiro, tendo em vista serem eles os povos que apresentavam maior contingente demográfico e maior mobilidade populacional. Mattos e Silva (2004) ainda ressalta a inexistência de um sistema educacional eficaz naquele período para promover o ensino formal e normatizado da língua portuguesa ao longo do território, situação que só viria a sofrer algum revés com a política pombalina nos meados do século XVIII.

Para além dos fatores sócio-históricos de formação do PB como unidade social e política, é-nos imperioso ressaltar que o PB não é um bloco homogêneo cuja constituição se delineia a partir de um único conceito, de um único lugar. Tornou-se lugar comum, nos estudos sobre a constituição do PB, suplantando histórias regionais de contato e formação linguística por uma concepção de história linguística que descreve a evolução da língua falada no Brasil desde o período colonial a partir, sobretudo, de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Embora histórias linguísticas regionais não se sobreponham aos elementos históricos e gramaticais comuns à constituição do PB, faz-se imprescindível contá-las, pois delas podem emergir novas agendas de pesquisas, ou, inclusive, respostas para velhas questões.

Diante do exposto, informamos que é objetivo deste capítulo relacionar estudos consagrados sobre a sócio-história do PB com as idiosincrasias de sua instauração no estado de Goiás entre os séculos XVIII e XIX, a fim de consubstanciar nossa análise de dados gramaticais em manuscritos goianos com a história da região em que os dados foram produzidos. Para alcançar esse objetivo, escrevemos este capítulo em seções que tratam, respectivamente, do contato e da interação de línguas, povos e culturas na América portuguesa, que teceriam o Brasil como país e nação, dos fatores sócio-históricos determinantes para o estabelecimento do português como língua oficial brasileira e de aspectos sócio-históricos da constituição do PB na capitania de Goiás.

1.1 Síntese da interação entre povos e do contato de línguas na América portuguesa

Ao aportar no continente americano, os portugueses trouxeram consigo uma língua já caracterizada pelo contato linguístico. Durante a expansão marítima portuguesa iniciada no século XV, os falantes de língua portuguesa estiveram em frequente contato com povos de diferentes línguas do próprio continente europeu e de outros continentes. Esses contatos foram, de certo modo, o marco inicial dos contextos sócio-históricos que constituiriam as variedades de língua portuguesa na América (Brasil), na África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, e São Tomé e Príncipe) e na Ásia (Timor-Leste e Macau).

Mattos e Silva (2004, p. 38-42) mostra que os primeiros portugueses que ancoraram em terras americanas possivelmente não possuíam a variante culta do português clássico, mas, sem dúvida, já estavam acostumados a situações de contato e interação linguística, como a situação propiciada pelo contato, amistoso ou não, com os índios americanos. Segundo Fausto (2011, p. 16-21), tratava-se, sobretudo, de homens que eram enviados à América para salvaguardar parte da região costeira de piratas e obter pau-brasil, do qual se extraía a resina, utilizava-se a madeira para a fabricação de móveis e navios e que, posteriormente, daria nome à terra achada e colonizada. A aquisição da madeira, após seu esgotamento no litoral, ocorreu, sobretudo, pelo escambo com os índios já habilidosos com a derrubada de árvores no interior da mata.

Calcula-se que havia de dois a cinco milhões de indígenas vivendo no território que compreende o Brasil de hoje quando os colonizadores portugueses chegaram à América – a maioria deles estaria na Amazônia (cf. KENNEDY E PERZ, 2000). Segundo Rodrigues (2005), as línguas autóctones faladas na América portuguesa eram cerca de 1200, isto é, aproximadamente 85% a mais de línguas ante as atuais cerca de 180. Dentre as línguas desse período, as que tiveram maior contato com o português foram o tupi e o tupinambá, e, no geral, as línguas mais documentadas pertenciam principalmente a dois grandes troncos linguísticos, o tupi e o macro-jê.

De acordo com a historiografia brasileira, Fausto (2011, p. 14-16) divide os nativos da América portuguesa em dois grandes grupos: os tupis-guaranis e os tapuios. Os tupis-guaranis dividiam-se em tupis e guaranis, os quais, na verdade, se subdividiam em diversos povos de línguas aparentadas e pertencentes ao tronco linguístico tupi. Segundo Fausto (2011, p. 14-16), os tupis, também chamados tupinambás, viviam por quase toda a costa brasileira e estavam presentes também em grande parte do litoral (desde a faixa litorânea do norte até

Cananéia, no sul de São Paulo), enquanto os guaranis se localizavam mais ao sul do país (na bacia Paraná-Paraguai e no trecho litorâneo entre Cananéia e o atual extremo sul do país). Os chamados índios tapuios (etnônimo genérico utilizado pelos índios tupis-guaranis para designar os índios que falavam línguas distintas), por sua vez, viviam nas seguintes regiões: na foz do rio Paraíba, onde viviam os índios goitacazes; no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo, onde habitavam os bravos índios aimorés; e na faixa entre o Ceará e o Maranhão, onde viviam os índios tremembés.¹

Após três décadas sem uma efetiva política de povoamento em sua colônia na América (1500-1534), a Coroa portuguesa iniciou uma política de povoamento e de controle administrativo da Colônia com o chamado sistema de capitanias hereditárias. As capitanias hereditárias consistiam em grandes porções de terra doadas a donatários portugueses, aos quais se delegavam a colonização do território e a exploração de suas riquezas. Martim Afonso de Sousa, responsável pela primeira expedição portuguesa, de 1530 a 1533, às terras brasileiras, foi um donatário, proprietário da ilustre capitania de São Vicente. Com esse sistema, criaram-se 13 capitanias, dando origem aos grandes latifúndios de terra, aumentou-se o número de portugueses em terras americanas e iniciou-se a primeira atividade econômica relevante para a Metrópole na Colônia: a produção de cana-de-açúcar.²

Apesar do interesse da Metrópole e do colonato, os esforços dos colonos não foram suficientes para desbaratar as guerras com os nativos nem superar os problemas relativos à ocupação e à administração da vasta Terra de Santa Cruz. Assim, apenas duas capitanias obtiveram relativo sucesso econômico com a produção de cana-de-açúcar e em suas relações com os povos autóctones, as de Pernambuco e de São Vicente. Em 1567, a região mais ao norte da capitania de São Vicente, abandonada por Martim Afonso de Sousa, foi doada a Estácio de Sá pela Coroa portuguesa, que a batizou capitania do Rio de Janeiro.

A produção de cana-de-açúcar, além de fixar alguns colonos em terras brasileiras, trouxe para o cenário histórico um elemento de altíssimo valor econômico e detentor de línguas e culturas diversas: negros africanos. O tráfico de africanos para a escravização sustentou a produção de cana-de-açúcar, enriqueceu senhores de escravos e a Metrópole e criou uma dinâmica espacial, social e econômica que, segundo Alencastro (2000), forjou a formação do Brasil.

¹ Evidentemente, diversos povos indígenas não contatados no período colonial não foram inclusos entre os tapuios pela historiografia brasileira.

² Anexo 1: Mapa das capitanias hereditárias na América portuguesa de Luís Teixeira (1574).

Ainda segundo Alencastro (2000), o tráfico de escravos africanos para a América portuguesa foi majoritariamente negociado na África, de maneira especial em Angola, pelos próprios colonos portugueses que viviam na América. O autor argumenta que os interesses dos colonos, as correntes marítimas e os ventos favoráveis à navegação entre as costas sul-americanas e africanas do Atlântico Sul, a instalação de companhias brasileiras privadas para traficar, e fortes evidências e dados estatísticos descartam a hipótese de uma continuidade mercantil e marítima do afamado comércio triangular (América-Europa-África), o qual abarcaria uma teia de interesses e negociações comerciais em torno do tráfico negreiro sob o comando de países europeus, mas que também incluiria produtos asiáticos em sua rota.³

No século XVIII, quando as estatísticas passam a ser mais acuradas se verifica que apenas 15% dos navios entrados no porto de Luanda vinha da Metrópole. Todo o resto da navegação para Angola – muitas vezes carregando mercadorias brasileiras (mandioca, cachaça etc.) e não europeias (tecidos asiáticos) – saía do Rio de Janeiro, da Bahia e do Recife. De Salvador zarpavam também os barcos, com o tabaco baiano, que dominava no trato da Costa da Mina. Escusado dizer que uma porcentagem maior ainda desses barcos voltava direto para o litoral brasileiro: à diferença das outras mercadorias africanas (marfim, metais preciosos etc.), os escravos, mercadorias vivas, não podiam ser arriscados num transbordo em Lisboa e tinha de chegar logo ao seu porto brasileiro. (ALENCASTRO, 2000, p. 28-29).

Para Alencastro (2000), as intensas relações bilaterais ultramarinas entre Brasil e Angola, do século XVI a meados do século XIX, resultariam não só no sequestro de milhões de africanos para a América portuguesa, mas também na economia, na demografia, na sociedade e na política que constituíram o Brasil como país e nação. Alencastro (2000) defende, por exemplo, que o desenvolvimento de qualquer atividade econômica pela Coroa portuguesa no Brasil tinha que ser integrado ao trato de escravos. Dessa forma, exemplifica que, para inserir a Amazônia no capitalismo comercial português, foi, antes de tudo, necessário atá-la ao comércio do tráfico, inserindo ali cativos africanos.

Com o escravismo dominando toda a engenharia do empreendimento colonial português na América, o intercuro sexual, forçoso ou não, de colonos portugueses com cativas foi inevitável, tornando a miscigenação entre brancos e negros dominante. A miscigenação engendrou a mestiçagem, “processo social complexo dando lugar a uma sociedade plurirracial” (ALENCASTRO, 2000, p. 353). Segundo Alencastro (2000), o processo de mestiçagem brasileiro, que se estratificou, não se resolve com uma explicação

³ Anexo 2: Rotas de navegação no Atlântico Sul (ALENCASTRO, 2000, p. 63).

histórica fundamentada numa ideologia de nação forjada na democracia entre as raças e na sensualização da miscigenação, ocultando a violência intrínseca à gênese do processo. A mestiçagem é, antes de tudo, resultado da opressão sistêmica do escravismo colonial, “parte consubstancial da sociedade brasileira” (ALENCASTRO, 2000, p. 353).

No final do século XVII, o Brasil formado a partir de Angola estava prontinho. O mercado atlântico impusera o primado do tráfico negreiro, interpretado pela Igreja como uma obra de caridade cristã e de evangelização. O escravismo dominava tudo, a barreira indígena no interior fora destroçada, o território se repovoava dentro do esquadro colonial, o gado se expandia, os mestiços e mulatos furavam o seu lugar. Nas décadas seguintes, a economia do ouro instaura uma divisão inter-regional do trabalho na América portuguesa, engendra um só mercado e faz isso tudo virar uma coisa só. (ALENCASTRO, 2000, p. 353).

A hipótese de Alencastro (2000), por certo, é concisa e bem apresentada. Arruda (2009), no entanto, pondera que é necessário reconhecer que, sem a iniciativa europeia, as conjunturas históricas que entrelaçaram Brasil e Angola não teriam se constituído: “[a] ação metropolitana, nesse momento, foi de tal sorte decisiva que toda arquitetura do sistema, que então se delineia, nela descansa” (*op. cit.*, p. 513). Desse modo, ainda que se tenha desenvolvido um notório intercâmbio comercial entre as costas brasileira e angolana no Atlântico Sul, o sistema colonial ultramarino se fez numa inegável relação tripartite entre Portugal, Brasil e Angola.

1.1.1 Tráfico de viventes e transplante de línguas para a América portuguesa

Entre os séculos XVI e XIX, o tráfico negreiro desembarcou na América portuguesa cerca de quatro milhões de seres humanos provenientes da África Ocidental, Central e Oriental, dos quais a força de trabalho e a vida tornaram-se propriedades de colonos portugueses (FLORENTINO, 1997, p. 23).

Mattoso (1982, p. 16-24) distingue o tráfico de africanos para o Brasil, de acordo com suas principais regiões de procedência, em quatro ciclos: no século XVI, houve o ciclo da Guiné, que trouxe para o Brasil povos sudaneses, a fim de trabalharem na produção de cana-de-açúcar; no século XVII, houve o ciclo do Congo e de Angola, que trouxe para o Brasil povos bantos considerados excelentes agricultores para trabalharem na produção de cana-de-açúcar; no século XVIII, houve o ciclo da Costa da Mina, que retomou o tráfico de sudaneses, a fim de que fossem trabalhar nas minas de ouro – nesse ciclo, outros povos africanos teriam

sido selecionados para a escravização na agricultura e em serviços domésticos; no século XIX, houve o ciclo de Angola e Moçambique, que retomou o tráfico de povos bantos, a fim de que fossem trabalhar nas plantações de café.

Alguns historiadores divergem de Mattoso (1982) quanto a ter sido a Costa da Mina a maior região provedora de povos africanos para a empresa do tráfico entre as costas do Atlântico Sul no século XVIII. Florentino (1997, p. 23-69) e Fausto (2010, p. 24), por exemplo, afirmam que, nesse período, teria sido dominante o sequestro de povos nativos de Angola. Florentino (1997, p. 23-69) apresenta um conjunto de dados e registros históricos que mostram que, mormente a partir da década de 30 do século XVIII, a maioria dos navios negreiros ancorados nos portos do Rio de Janeiro trazia consigo cativos de Angola, de maneira a suplantarem os números do tráfico de viventes da Costa da Mina e a prover a região de Minas Gerais com a maioria de seus cativos. Por intermédio de uma análise criteriosa, Florentino (1997, p. 23-69) supõe que, no mínimo, metade dos africanos traficados para o Brasil no século XVIII aportou nos portos fluminenses, o que equivale a, no mínimo, 850 mil negros. Faz-se necessário, contudo, observar que, de algum modo, a presença de cativos da Costa da Mina foi significativa na América portuguesa durante o século XVIII, pois a única língua veicular de base africana documentada nesse período no Brasil, porventura em Minas Gerais, era falada por povos da Costa da Mina, cujo desembarque na América se deu especialmente nos portos da Bahia (cf. PESSOA DE CASTRO, 2002).

Com o sequestro de povos africanos para o trabalho escravo na América portuguesa, diversas línguas africanas passaram a interagir com o português numa nova dinâmica espacial. Segundo Bonvini (2008, p. 30-31), as línguas concernentes aos africanos escravizados no Brasil provinham das regiões denominadas oeste-africana e austral. Da área oeste-africana, ou sudanesa, as línguas apresentavam grande diversidade tipológica e um número maior de famílias linguísticas, quais sejam: atlântica (fula, uolofe, manjaco, balanta); mandê (mandiga, bambara, maninca, diúla); gur (subfamília gurúnsi); quá (subgrupo gbe: eve, fon, gen e aja, na maioria das vezes designadas pelo termo jeje); ijóide (ijó); benuê-congolesa, que se subdividia em defóide (falares iorubás designados pelo termo nagô-queto), edóide (edo); nupóide (nupe); ibóide (ibo); cross-Riber (efique, ibíbio); afro-asiático (hauçá); nilo-saariano (canúri). Da área austral, na qual havia um número reduzido de línguas, as línguas eram essencialmente de base banto e faladas pela maioria dos cativos. São tradicionalmente divididas em grupos linguísticos, a saber: congo (ou quicongo: quissilongo, quissicongo, quizombo, quissundi, quivíli, iuoio e quiombe; quimbundo (falada pelos ambundos da região central de Angola),

quissama e quindongo; iaca-holo (iaca, imbangala, chinji); chôcue (uchôcue, ochinganguela, chilucazi e luena); luba (chilula-cassai); lunda (chilunda, urunda), macua (omacua), umbundo (falado na região do Benguela, em Angola: umbundo, olucianeca); cuaniana (ochicuaniana, cumabi), herero (ochiherero). As línguas africanas transplantadas para o Brasil procediam geograficamente de países como Gana, Togo, Benin e Nigéria, representando a região sudanesa, e Congo, República Democrática do Congo, Angola e Moçambique, representando a região banto.

Ao delinear o trajeto dos povos que seriam escravizados na América sob a perspectiva do tráfico negreiro entre Brasil e Angola, Bonvini (2008, p. 31-39) afirma que o quimbundo pode ter sido uma língua veicular desde os portos de Angola até certas regiões da costa brasileira. Uma forte evidência para o uso do quimbundo como língua veicular na rota do tráfico entre Brasil e Angola é o fato de a primeira gramática do quimbundo ter sido escrita no Brasil no fim do século XVII: *Arte da língua de Angola*, de autoria do padre Pedro Dias da Companhia de Jesus.

A história também deixou um registro, na América portuguesa, de uma língua veicular africana oriunda da Costa da Mina. Trata-se da língua mina-jeje, de base eve-fon, falada em Vila Rica (atualmente Ouro Preto), na capitania de Minas Gerais, no século XVIII, e documentada na *Obra nova da lingua geral de mina, traduzida, ao nosso idioma*, de Antônio da Costa Peixoto (cf. PESSOA DE CASTRO, 2002). Na obra, diálogos em mina-jeje apresentam aspectos da vida social e cultural das Minas Gerais daquele tempo, como a cristianização, o comércio e o contrabando do ouro, e a prostituição de mulheres negras.

Mesmo com o possível uso de alguma língua veicular africana no trajeto marítimo do tráfico ou em terras brasileiras, os colonos portugueses buscaram separar os cativos africanos de modo que linguisticamente não se agrupassem por muito tempo em um mesmo ponto geográfico (BONVINI, 2008, p. 27). Apesar de os cativos negros terem sido distribuídos de modo desigual desde o embarque nos portos na África, a presença dos povos bantos se estendeu em quase todo território brasileiro (PESSOA DE CASTRO, 2001, p. 47). Pessoa de Castro (2001) aponta as regiões sudeste e nordeste como as únicas em que houve expressiva presença dos grupos étnicos jeje-mina e nagô-iorubá, sendo que os nagô-iorubas foram trazidos cativos somente a partir do século XVIII. Nas primeiras décadas do século XIX, o tráfico negreiro ainda traria para Salvador o grupo étnico hauça, originário também da região sudanesa (cf. PESSOA DE CASTRO, 2001).

1.1.2 Línguas gerais na América portuguesa

O contato de línguas na América portuguesa resultou na criação de um conjunto de línguas derivadas da interação entre ameríndios e portugueses denominadas línguas gerais. Em regra, utiliza-se o termo língua geral para designar uma categoria de línguas que emergiram, entre os séculos XVI e XVII, da interação entre ameríndios e europeus na América do Sul (RODRIGUES, 1996).

A expressão língua geral tomou um sentido bem definido no Brasil nos séculos XVII e XVIII, quando, tanto em São Paulo como no Maranhão e Pará, passou a designar as línguas de origem indígena faladas, nas respectivas províncias, por toda a população originada no cruzamento de europeus e índios tupis-guaranis (especificamente os tupis em São Paulo e os tupinambás no Maranhão e Pará), à qual foi-se agregando o contingente de origem africana e contingentes de vários outros povos indígenas, incorporados ao regime colonial, em geral na qualidade de escravos ou de índios de missão (RODRIGUES, 1996, p. 6).

A seguir, apresentamos um breve resumo da situação de contato linguístico que provocou o surgimento de três línguas gerais em território brasileiro: a língua geral paulista, a língua geral amazônica e o *guarani crioulo*.⁴

Rodrigues (1996) descreve a formação da língua geral paulista contando que, com o início da colonização, apenas homens vinham de Portugal para a capitania de São Vicente. Após se estabelecerem, alguns colonos traziam esposas de Portugal, mas não era o suficiente. A ausência de mulheres portuguesas ou europeias fez com que muitos portugueses passassem a viver e a ter filhos com mulheres indígenas da família linguística tupi-guarani, tendo em vista que essas mulheres e seus povos tinham uma cultura menos rígida quanto a matrimônios entre povos distintos. Como eram as mães as responsáveis pela prole, os filhos desses matrimônios adquiriam o tupi como língua materna, e, quando mais crescidos, apenas parte dos filhos homens apreendia a língua do pai, isto é, a língua portuguesa. Com a dizimação dos povos tupis de São Paulo devido à escravização intensiva, os filhos dos portugueses e das índias passaram a não ter mais a interferência dos indígenas sobre a língua tupi que falavam. Nesse complexo e multilíngue contexto social, promoveram-se as mudanças iniciais que originaram a língua geral paulista, que sobreviveu do século XVII a meados do século XVIII.⁵

⁴ Para uma compreensão das línguas gerais brasileiras que inclua aspectos de seu vocabulário, de sua gramática e das fontes que as documentaram, V. Rodrigues (1996), Rodrigues (2005), Rodrigues (2010).

⁵ Alencastro (2000) assinala também a ausência de defesas biológicas contra as doenças trazidas pelos portugueses e africanos como um dos fatores da dizimação demográfica dos índios durante a colonização.

A língua geral paulista teve grande abrangência em todo o território brasileiro e foi amplamente utilizada por expressiva parte daqueles que, de modo desigual e nem sempre amistoso, participaram da empreitada de desbravar e devassar o interior do país, delineando cada vez mais os contornos de seu alcance geográfico e sua formação como nação (RODRIGUES, 1996).

Diferentemente da extinta língua paulista, a língua geral amazônica, ou *nheengatu*, possui falantes situados na região amazônica até os dias de hoje (RODRIGUES, 2010). Formada e falada nas regiões do Pará, do Maranhã e da Amazônia, devido à forte interação entre colonos e soldados portugueses com ameríndios, entre os séculos XVII e XVIII, a língua geral amazônica é, num contexto similar ao que ocorreu com a língua geral paulista, resultante de mudanças da língua tupinambá geradas pela sociedade mestiça que ali se formou. Os filhos mestiços dos portugueses e das índias possuíam como língua materna o tupinambá, mas, na transmissão para seus filhos, ocorreram mudanças.

Houve também, em território brasileiro, na região que corresponde ao atual estado do Paraná, uma língua geral estabelecida pelo contato entre espanhóis e índios guaranis, o *guarani criollo*. Entre os séculos XVII e XVIII, colonos da América espanhola e índios guaranis desenvolveram uma situação de contato e interação similar ao que ocorreu em São Vicente. Essa situação deu-se entre os rios Paraná e Paraguai, para além das reduções jesuíticas que se formaram em algumas regiões colonizadas pela Coroa espanhola na América, e também resultou em uma população mestiça que, com o tempo, ocasionou as mudanças que derivariam o *guarani criollo*. Segundo Dietrich (2002), o *guarani criollo* ainda resiste em regiões do Paraguai e, talvez, em adjacências das fronteiras do Paraguai com o Brasil e a Argentina.

1.2 Fatores sócio-históricos condicionantes para a formação do português brasileiro nos séculos XVIII e XIX

A interação entre povos e culturas e o intenso contato entre línguas intercontinentais na América portuguesa persistiram de forma sistemática até o século XVIII, período em que, como veremos adiante, se iniciou um projeto político de integração e homogeneização cultural em prol da língua e da cultura europeias. Sem dúvida, a afirmação do português como língua oficial foi devido a fatores políticos, culturais e demográficos resultantes da

colonização e do tráfico negreiro na América portuguesa. Apesar de sua hegemonia, o contato do português em sua variedade brasileira com línguas indígenas permanece em várias regiões específicas do Brasil. Por outro lado, o fim do tráfico negreiro e a aprendizagem do português como segunda língua por africanos e seus descendentes não impediram que línguas e dialetos africanos permanecessem em contato com o português em diversas regiões do Brasil, a exemplo da comunidade quilombola de Cafundó, em Salto de Pirapora, em São Paulo, cujo léxico pertence a línguas da família banto, notadamente o quimbundo (VOGT E FRY, 2005).

Sabe-se que a tarefa inicial dos portugueses na América portuguesa foi determinar os limites da terra, a fim de saber quais eram seus contornos geográficos, as perspectivas de exploração de suas riquezas naturais e os riscos oferecidos pelos nativos. Por essa razão, até o século XVIII, não houve por parte da Metrópole a necessidade de se criar na Colônia um sistema educacional que garantisse a promoção e a instrução formal da língua portuguesa aos próprios colonos, aos povos recém-contatados e muito menos aos africanos escravizados. Era nessas condições que nativos e cativos aprendiam o português, especialmente aquele falado pelos homens que vieram colonizar o Brasil.

Mattos e Silva (2004) chama a atenção para o fato de que, além da ação colonizadora, havia um processo evangelizador na Colônia portuguesa. Nesse processo, a interação entre padres jesuítas e nativos americanos era intensa. Além de buscar tornar o cristianismo como religião dos nativos e numa instituição da Colônia, foram os padres jesuítas os responsáveis pelas primeiras instituições de ensino e pela introdução da cultura europeia em torno da escrita na América portuguesa. A educação formal empreendida pelos padres jesuítas, no entanto, não tinham como objetivo prioritário o ensino normatizador da língua portuguesa (MATTOS E SILVA, 2004, p. 40), mas, com certeza, influenciou a aprendizagem e a aquisição da língua portuguesa no território brasileiro. A escrita ainda era utilizada para impor certo prestígio da língua portuguesa em relação às línguas agrafas, como as línguas africanas (PESSOA DE CASTRO, 2001, p. 65-71).

Mesmo com o empenho dos sacerdotes da Companhia de Jesus em ensinar a língua portuguesa aos indígenas e em instituir um sistema de ensino, a maioria da população da Colônia era analfabeta, pois, do século XVI ao XVIII, os letrados não ultrapassavam 0,5% da população, e as línguas indígenas, incluindo as línguas gerais, predominavam na América portuguesa (HOUAISS, 1985, p. 137). Essa realidade só mudou com a austera atuação do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, que, em 1757, instituiu o *Directorio, que se deve observar nas povoações dos indios do Pará, e Maranhão*

em quanto Sua Magestade não mandar o contrario, e, em 1758, o transformou em lei, desapropriando e expulsando a Companhia de Jesus da América portuguesa, proibindo o uso e a difusão de línguas indígenas pelos colonos, estabelecendo o português como língua oficial e incentivando o casamento entre colonos e indígenas, com o intuito de inseri-los na cultura portuguesa e promover a língua portuguesa. Teriam sido as ações resultantes das medidas do Marquês de Pombal que, segundo Mattos e Silva (2004), impossibilitaram a constituição da sociedade brasileira como uma sociedade de língua indígena.⁶

Pessoa de Castro (2001, p. 62-65) e Mattos e Silva (2004, p. 99-106) propõem que foram a demografia e a mobilidade populacional dos povos africanos e afro-brasileiros que favoreceram o processo de promoção do português falado no Brasil, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, período em que se tornaram maior em termos populacionais. A presença maciça de africanos e de seus descendentes perpassou todos os domínios terrestres da empresa colonial: fizeram-se presentes nos grandes latifúndios, trabalhando em engenhos, habitando senzalas e também casas-grandes; nas atuações em prol do desbravamento das terras americanas que delimitaram o Brasil e nos povoamentos decorrentes dessas ações, como as pousadas, os arraiais e as vilas criados em torno das regiões mineiras; nas primeiras formações urbanas; e no espaço que instituíram para si como de resistência, os quilombos.

Se os escravos africanos e seus descendentes possuíam maior mobilidade, pois, em primeiro lugar, eram obrigados a acompanhar seus donos por toda a Colônia, e, em segundo lugar, seu trabalho nem sempre era restrito a um determinado espaço, infere-se que sua presença nos primeiros grandes centros urbanos criados a partir de meados do século imperial também contribuiu para a difusão do português, não se limitando, portanto, a uma influência rural e interiorana. Num determinado ponto de sua argumentação a favor da demografia e da mobilidade dos africanos e dos afrodescendentes como determinantes na difusão do português no Brasil, Mattos e Silva (2004, p. 106) arremata:

A presença maciça dos africanos e afrodescendentes que a demografia histórica demonstra, a atuação constate dos escravos nas grandes frentes de economia da colonização; a mobilidade geográfica, decorrente das vicissitudes da vida econômica de seus senhores e da economia brasileira; os diversificados e múltiplos papéis por eles desempenhados na sociedade colonial rural e urbana; o significado social e linguístico dos espaços ilegítimos da escravidão permitem embasar o meu ponto de vista interpretativo de que é esse segmento numeroso e operante – os africanos e afrodescendentes – o agente principal da difusão do português no território brasileiro, na sua face majoritária, a popular ou vernácula. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 106).

⁶ A fonte primária do *Directorio* utilizada nesta pesquisa está localizada no Arquivo Histórico de Goiás.

Em suma, vê-se que quatro são os fatores sócio-históricos condicionantes assumidos por Mattos e Silva (2004, p. 121-138) que instauraram e promoveram a língua portuguesa no território brasileiro a partir do século XVIII. Por um lado, em meados do século XVIII, os reflexos das atitudes políticas em decorrência das medidas do Marques de Pombal formalizaram o português como língua oficial, enquanto, por outro lado, a ausência de um sistema educacional abrangente e eficaz, a demografia e a mobilidade dos povos africanos e seus descendentes, que, em sua maioria, aprenderam a língua portuguesa como segunda língua em contextos não instrucionais de oralidade, foram responsáveis pela promoção, pela transmissão e pelas mudanças gramaticais que geraram nossa língua vernácula, o português brasileiro.

Os estudos demográficos possuem informações que auxiliam análises das mais variadas áreas de pesquisa. Para a pesquisa em Linguística Histórica voltada para a história externa do PB, os estudos demográficos auxiliam o pesquisador a compreender a demografia étnicorracial e linguística que se compôs no Brasil colonial e, especialmente, a delinear o processo de expansão e promoção da língua portuguesa pelo extenso e multilíngue território brasileiro. A respeito da demografia brasileira, Marcílio (1986) periodizou o registro das informações demográficas em três fases, quais sejam: de 1500 a aproximadamente 1750, a fase pré-estatística, em que há poucos registros de levantamento populacional; de aproximadamente 1750 a 1872, a fase proto-estatística, em que há uma vasta documentação proveniente de registros paroquiais com informações relativas a censos regionais e séries estatísticas; e, a partir de 1872, a fase estatística, com o qual se estabeleceu a criação de censos nacionais oficiais e se secularizou as informações estatísticas com a institucionalização dos cartórios.

Com base num estudo crítico que busca reconstruir os dados de uma vasta documentação a respeito da população brasileira datada das três últimas décadas do século XVIII, Alden (1963, p. 193) mostra que a população brasileira cresceu de 1,5 para cerca de dois milhões de habitantes nessas três décadas e, provavelmente, tenha chegado a aproximadamente 3,5 milhões no fim da segunda década do século XIX. Segundo Alden (1963, p. 178-180), por influência de determinações de Portugal, como uma circular destinada às capitanias do Pará, Goiás e São Paulo, a maioria dos censos realizados nas décadas finais do século XVIII não tinha o critério racial como categoria e ignorava os povos autóctones.

Isso evidencia que os censos coloniais estavam mais preocupados com amostras dos números populacionais envolvidos na empresa do tráfico.

Schwartz (2001, p. 130-139) atribui ao mercado de escravos, que traficava anualmente 20 a 40 mil africanos, o crescimento da população no fim do século XVIII. De acordo com Alencastro (2000, p. 133-138), doenças transplantadas pelos africanos para a América portuguesa, como a ancilostomíase, a febre amarela e a malária *falciparum*, também contribuíram para o amplo contingente populacional dos africanos, tendo em vista a ausência de defesas biológicas de índios e também portugueses a essas doenças. Parte maior no incremento da população, no entanto, deveu-se ao aumento do número de pessoas livres, notadamente os pardos, que apresentavam índices mais baixos de mortalidade do que os africanos escravizados. Segundo Schwartz (2001, p. 130-139), a população parda deveria se aproximar dos 28% em toda a Colônia, alcançando 30% em algumas regiões (Bahia, Goiás, Pernambuco e Minas Gerais).

O Recenseamento Geral do Império de 1872, o primeiro censo oficial brasileiro, teve a preocupação de constatar a demografia racial que se arranjava no Império escravista. Nos questionários entregues às famílias pelos agentes recenseadores da Diretoria Geral de Estatística (DGE), averiguavam-se a raça (branco, pardo, preto ou caboclo), a nacionalidade (brasileira ou estrangeira), a instrução (saber ler e escrever em oposição a ser analfabeto), entre outras categorias. Em um estudo crítico que reajustou os dados do censo imperial de 1872, Paiva *et al.* (2012) ratificam que a população brasileira chegara a quase dez milhões (9.930.478). Desse total, 8.419.617 (84,8%) eram livres, enquanto 1.510.806 (15,2%) eram escravos. Quanto às categorias acima mencionadas, os dados do Recenseamento Geral do Império de 1872 constataram alguns números que merecem atenção para o estudo da sócio-história do PB.

Os dados relativos à categoria raça possibilitam afirmar que, no mínimo, 60% da população imperial brasileira adquiriu uma gramática do português distinta daquela transladada pelos primeiros colonos. Devido aos cruzamentos interétnicos, a maioria da população era mestiça, preta ou cabocla e, presumivelmente, a maior parcela dessa população adquiriu o português que seus pais (nativos ou cativos) aprenderam, isto é, adquiriram como língua materna uma língua adquirida como segunda língua por seus progenitores – inferimos que mestiços, pretos e caboclos adquiriram a língua portuguesa de seus pais nativos e cativos devido à estrutura da família patriarcal brasileira, que os excluía do núcleo familiar chefiado por homens brancos, entre outros fatores. Os índios também poderiam estar expostos a uma

aquisição como segunda língua do português e, conseqüentemente, a transmissão desse português para seus filhos, no entanto, não foram numerados no censo imperial, conforme demonstramos na ilustração a seguir.⁷

Ilustração 1: *Dados de algumas categorias do censo imperial de 1872 relevantes para a sócio-história do português brasileiro.*

CATEGORIAS	TOTAL	PORCENTAGEM ⁸
Raça		
Branco	3.781.110	38,07%
Pardo	3.801.692	38,28%
Preto	1.960.442	19,75%
Caboclo	387.234	3,9%
Nacionalidade		
Estrangeira	382.132	3,85%
Africanos	176.057	1,78%
Portugueses	125.876	1,27%
Demais nacionalidades	80.199	0,8%
Escolaridade		
Sabem ler e escrever	1.565.454	15,76%
Frequêntam a escola (crianças de 6 a 15 anos)	251.792	2,53%

De acordo com a análise de Paiva *et al.* (2012), o censo imperial também inseriu na categoria pardo vários tipos de mestiços presentes no território brasileiro, independentemente das especificidades das relações interétnicas que os compunham. A partir desse fato, é necessário fazer uma observação quanto à hipótese de Mattos e Silva (2004) sobre a constituição do PB a partir principalmente de sua difusão por africanos e afrodescendentes: a categoria afrodescendente, ou afro-brasileira (também utilizada pela autora), é imprecisa tanto para o período colonial quanto para o período imperial, tendo em vista que quaisquer mestiços poderiam ser considerados pardos não só pelos registros paroquiais, mas também pelos registros cartoriais estabelecidos com o primeiro censo oficial brasileiro.

Outra importante contribuição dos dados do censo imperial de 1872 é demonstrar a presença estrangeira no território. Politicamente independente, o Brasil precisava distinguir as

⁷ Todos os dados relacionados ao Recenseamento Geral do Império de 1872 mencionados em nossa pesquisa foram reajustados de acordo com o método do resultado predominante (MRP) desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais. Os dados reajustados foram disponibilizados em um aplicativo virtual – “Pop 72 – Brasil, v. 1.0”. O aplicativo está disponível no site <http://www.nhpmed.cedeplar.ufmg.br>. Para compreender o MRP aplicado na correção dos dados, V. Paiva *et al.* (2012).

⁸ O cálculo de porcentagem foi baseado no valor estimado da população (9.930.478) e apresenta pequenas variações em suas últimas casas decimais.

pessoas nascidas no país das de outra nacionalidade, incluindo africanos e portugueses. Calcula-se que quase 2% da população eram provenientes de países africanos, enquanto pouco mais de 1% era de Portugal. A comparação entre o número de africanos e pretos revela que nem todos os pretos eram africanos. Presumivelmente, eram considerados pretos os filhos de pais africanos e os mestiços de pele mais escura nascidos no Brasil. Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entidade de administração pública federal responsável pelos censos oficiais da república brasileira desde 1936, classifica a população brasileira nas seguintes categorias étnico-raciais: brancos, negros, amarelos e indígenas. Por considerar que pretos e pardos foram sistematicamente marginalizados e excluídos das mais variadas esferas da sociedade, o IBGE insere aqueles que se autodeclararam pretos e pardos na categoria negros.

Segundo o Censo Demográfico 2010 realizado pelo IBGE, o percentual de brasileiros que se autodeclararam negros é maior do que daqueles que se autodeclararam brancos, contabilizando 97 milhões de brasileiros (58,1%). Dos cerca de 191 milhões de brasileiros recenseados, 91 milhões declararam-se brancos (47,7%); 15 milhões, pretos (7,6%); 82 milhões, pardos (43,1%); 2 milhões, amarelos (1,1%); e 817 mil, indígenas (0,4%). Apesar do expressivo aumento da população, uma comparação entre os censos demonstra que a população preta e parda tanto em 2010 quanto em 1872 corresponde a cerca de 60% da população geral do país. Essa evidência mostra que os aspectos sócio-históricos constitutivos do PB ainda são bastante similares na contemporaneidade, tendo como grande diferencial a expressiva presença de estrangeiros europeus e nipônicos em determinadas regiões do Brasil após a abolição do regime de escravidão, em 1888. Esse fato, aliás, explicaria a inclusão da categoria amarelo e o aumento em cerca de 10% do número de brancos no censo de 2010 em relação ao censo imperial. Ademais, é um aspecto sócio-histórico essencial para o estudo de algumas histórias linguísticas regionais do PB.

Finalizando a discussão em relação ao censo imperial de 1872, o número apresentado de pessoas que sabiam ler e escrever é bastante acentuado (15,76%). Porém, o número de crianças no período escolar que frequentavam a escola, aproximadamente 2,5%, é pouco e evidencia que não eram as escolas as promotoras da leitura e da escrita até possivelmente o fim do século XIX. Assim, infere-se que a ausência de um efetivo e abrangente sistema de ensino até o fim do século XIX exigiu de cativos, nativos e mestiços, a aprendizagem da língua portuguesa no território brasileiro por meio do contato de línguas ou da transmissão como língua materna do português aprendido como segunda língua. Foi nesse contexto, com

algumas particularidades nas várias regiões do Brasil, que se promoveu e se emergiu a gramática do PB.

1.3 Aspectos sócio-históricos da instauração do português brasileiro em Goiás nos séculos XVIII e XIX

Pretendemos, nesta seção, delinear o quadro dos aspectos sócio-históricos que se conjecturaram na capitania de Goiás nos séculos XVIII e XIX, período em que uma quantidade significativa de falantes da língua portuguesa chegou e a instaurou na região. Por razões histórico-geográficas, ao mencionarmos a capitania de Goiás, referimo-nos à região que integrava o atual estado de Tocantins, o Triângulo Mineiro e parte dos estados de Mato Grosso e Maranhão a seu domínio político-administrativo. Sabe-se que o Triângulo Mineiro desintegrou-se da capitania de Goiás em 1808, os limites das fronteiras com Mato Grosso e Maranhão foram redefinidos, e Tocantins, que também chegou a pertencer à capitania de São João das Duas Barras entre 1804 e 1814, tornou-se uma unidade federativa autônoma em 1988. De antemão, é-nos necessário ressaltar que, em nosso escopo de pesquisa, essas regiões apenas caracterizam Goiás como instituição histórica, pois a análise linguística em manuscritos goianos que realizamos no Capítulo 3 tem o atual estado de Goiás como referência institucional e geográfica.

A começar pelo seu topônimo, o atual estado de Goiás traz consigo idiosincrasias de sua formação etno-linguística, cultural e socioeconômica, sem, contudo, deixar de se inserir no processo colonizador e de ocupação do interior do território brasileiro. Segundo Quintela (2003), o topônimo *goyaz* refere-se a um etnônimo de povos indígenas que possivelmente nunca foram contatados pelos colonos. Não há fontes documentais nem arqueológicas que possam asseverar a história de que índios *goyazes* tenham habitado as terras da nascente do rio Vermelho e a região próxima da Serra Dourada (QUINTELA, 2003).

A lexicografia brasileira, por seu turno, mostra que o termo *goyá* provavelmente era um termo tupi para designar, diferentemente do termo *tapuio*, índios do interior do território que apresentavam “afinidades linguísticas, gentílicas e etnológicas” (QUINTELA, 2003, p. 155) com os índios tupi-guarani da costa continental brasileira. Independentemente da factível presença de índios *goyazes* no Brasil Central, os colonos batizaram uma das três grandes regiões administrativas das minas de ouro de *Minas dos Goyazes* – o topônimo permaneceu,

com alterações fonológicas e ortográficas, na instituição da capitania (1748-1821), da província (1821-1889) e do estado de Goiás (1889).

Quando Domingos Luiz Grou e Antônio de Macedo realizaram a primeira das expedições bandeirantes rumo ao Planalto Central (1590-1593), constava nessa região uma grande quantidade de povos autóctones, especialmente índios do tronco linguístico macro-jê. Acredita-se que a língua geral paulista foi utilizada por bandeirantes e ameríndios nas expedições para desbravar o interior do Brasil. Seu uso nos caminhos das expedições, no entanto, não a tornou língua veicular dos primeiros aglomerados urbanos que se formaram nas *Minas dos Goyazes*. Além de se carecer de fontes documentais que possam comprovar essa hipótese, há dois fortes fatores contrários a seu predomínio na região: a presença de africanos e negros escravizados que não participaram do processo de formação da língua geral paulista e a majoritária presença de ameríndios do tronco linguístico macro-jê habitando a região. As especificidades das características etno-linguísticas dos índios que habitavam a região do Planalto Central no período colonial estão limitadas a relatos de viajantes, não havendo pesquisa científica que ainda pudesse recuperá-las e sistematizá-las precisamente.⁹

A respeito dos índios que habitavam o território dos supostos *goyazes* quando se iniciou a povoação colonizadora, a historiografia goiana classifica-os, de acordo com seus troncos linguísticos, em dois grandes grupos: os jês e os tupis (cf. CHAIM, 1974; ROCHA, 1998; entre outros). Os jês eram o grupo de maior número populacional na região e eram compostos por índios como os akuên (akroás, xabriacás, xavantes e xerentes); os caiapós (caiapós do sul e caiapós setentrionais); os timbiras (apinajés, krahós, gavião, canela, afotogés, corretis, otogés, porecramecrãs, macamecrãs e temembus) e os carajás (carajás, javaés e xambioás). Por outro lado, compunham o grupo tupi os temidos índios avá-canoeiros, os tapirapés, e os guajajaras (teneteara). Os índios araés, crixás e araxás não tiveram um tronco linguístico definido.¹⁰

Com a exploração do Brasil Central pelas bandeiras paulistas e sua ocupação após a descoberta do ouro, muitos índios foram escravizados e exterminados, restando no atual estado de Goiás, por exemplo, os indígenas pertencentes às etnias karajás, avá-canoeiros e tapuias do Carretão – estes últimos resultantes de aldeamentos indígenas. Muitos indígenas,

⁹ Para uma visão mais ampla do contexto etno-linguístico do Planalto Central nos séculos XVIII e XIX, V. Santos (2013).

¹⁰ Buscamos empregar a grafia corrente em língua portuguesa nos termos utilizados para designar os nativos da região goiana do Brasil Central.

como os tapuios do Carretão, foram integrados à população da capitania por intermédio de aldeamentos.¹¹

Os aldeamentos indígenas tiveram início em meados do século XVI e se estenderam até o século XIX. A Companhia de Jesus foi responsável pela criação dos primeiros aldeamentos. Tinham como objetivo a cristianização e a civilização dos índios, que consistia basicamente no ensino do cultivo da terra e da língua portuguesa, especialmente após o *Directorio* do Marquês de Pombal. Alencastro (2000, p. 206) apresenta-nos documentos que revelam que os aldeamentos indígenas foram de grande importância para a empresa do tráfico negreiro: em certo período, por exemplo, o Brasil e até mesmo Angola dependeram de alimentos produzidos nos aldeamentos indígenas do Brasil.

A criação dos aldeamentos adequava-se às condições locais e políticas da época. Em Goiás, a mando dos governadores nomeados pela Corte para a capitania, foram os colonos os responsáveis pelos aldeamentos indígenas, os quais foram em sua maioria criados levando-se em consideração as determinações do *Directorio* de 1757 e a presença de rios em seus arredores (cf. CHAIM, 1974).

Segundo Bertran (1997), instabilidades climáticas na região dos *goyazes*, com períodos de forte seca e chuvas torrenciais, provocaram a rendição de alguns indígenas e sua integração aos aldeamentos, mormente no último quartel do século XVIII. Além disso, em Goiás, a produção dos aldeamentos era para a subsistência da população local, outro fator que pesou na aceitação, por parte de alguns indígenas, da política de aldeamentos. Os aldeamentos geralmente eram agregados aos arraiais e às vilas, revelando o caráter inicialmente urbano do processo de povoamento da capitania de Goiás.

Borges (2008) e Borges *et al.* (2013) afirmam ser os aldeamentos indígenas um importante elemento da constituição sócio-histórica do PB em Goiás. Os autores trabalham com a hipótese de que o isolamento geográfico e econômico da capitania de Goiás em relação às demais regiões da América portuguesa teria tido impacto na variedade de língua portuguesa produzida na região. É a partir da concepção desse isolamento linguístico que os autores propõem análises linguísticas e sócio-históricas para a constituição do PB em Goiás – os trabalhos de Borges (2008) e Borges *et al.* (2013) estão inseridos no projeto *O Centro-Oeste na história do português brasileiro*, que está vinculado ao projeto mais amplo *Para a História do Português Brasileiro*, da Universidade de São Paulo.

¹¹ Anexo 3: Mapa etnográfico da capitania de Goiás (NIMUENDAJU, 1981 *apud* ATAÍDES, 2006).

A partir de documentos que contabilizaram os escravos nas *Minas dos Goyazes*, Palacín e Morais (1994, p. 30-31) estimam que a população total das minas deva ter se aproximado de 20 mil em 1736, e, em 1750, após torna-se capitania, deva ter alcançado quase 40 mil habitantes. A estimativa da população proposta por Palacín e Morais (1994) foi realizada dobrando-se o número de escravos em cada período mencionado.

Alden (1963, p. 188) afirma que as primeiras estimativas populacionais da capitania de Goiás contavam com poucos documentos censitários, sendo principalmente documentadas nas cartas dos presidentes da capitania. Entre 1772 e 1782, aponta que os registros censitários contabilizam uma população que chegou ao seu ápice no período colonial: pouco mais de 55 mil habitantes.

Em 1804, tem-se o primeiro registro de um censo oficial na capitania de Goiás, o qual adotou o critério racial para classificar a população e distinguiu pretos, pardos e escravos. O censo demonstrou uma queda no número de habitantes na capitania: 50.764 mil habitantes, dos quais 7131 eram brancos, 16.531 eram pardos, 7.943 eram pretos e 19.159 eram escravos – isto é, 14,05% da população era branca, enquanto 85,95%, incluindo os escravos, era preta ou parda (PALACÍN E MORAIS, 1994, p. 31-37).

De acordo com Alden (1963, p. 188), o censo de 1804 é mais elaborado do que os demais, mas também parece estar incompleto, uma vez que relata um total da população significativamente menor do que o indicado nas fontes anteriores. Para o autor, é naturalmente possível que Goiás perdeu população durante o último quartel do século XVIII, ao contrário da tendência geral ascendente em todo o Brasil, mas uma questão permanece: por quê? Além da ida de colonos para regiões economicamente mais ricas da América portuguesa, supomos que uma das razões para o decréscimo populacional possa ter sido a organização dos quilombos.

Segundo Palacín (1972), não houve arraial em Goiás, no século XVIII, que não viveu à sombra dos quilombos. Ora, se a maior parcela da população era de negros e mestiços potencialmente escravizados, uma queda vertiginosa da população presumivelmente ocorreu devido a uma queda substancial no número de negros e mestiços das áreas urbanas. A maior comunidade de remanescentes de quilombo do Brasil, o quilombo Calunga, por exemplo, está localizada em Goiás, nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. Segundo Silva (2008), além do Calunga, alguns dos quilombos que se organizaram em Goiás foram: Ambrósio, Três Barras, São Gonçalo, Pilar, Muquém, Papuã, Acaba Vida, Tesouras, Mesquita, Cedro e Forte (que hoje se tornou município de São João d'Aliança).

Desses quilombos, apenas Calunga, Mesquita e Cedro resistem ao tempo. Diversas comunidades rurais goianas, no entanto, ainda lutam pelo reconhecimento de que são remanescentes de quilombos. A comunidade rural Tomás Cardoso, localizada nos municípios de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino, na região central de Goiás, por exemplo, só obteve seu reconhecimento político de que é remanescente de quilombo em outubro de 2013.¹²

Por causa da contínua queda da produtividade do ouro após 1750 e da queda populacional nas últimas três décadas do século XVIII, costumou-se associar o Goiás setecentista e colonial a uma imagem de decadência e isolamento social e cultural. A representação dessa decadência foi concebida em registros históricos de autoria de cronistas, de ensaístas e dos presidentes da capitania. A reprodução dessa imagem de que Goiás se sucumbiu ao marasmo ignora o fato de que, apesar de economicamente mais isolada das demais capitanias, a população goiana certamente interagiu entre si e tinha totais condições de manter e criar suas tradições sociais e culturais. Um exemplo da interação cultural no Goiás setecentista é-nos apresentado por Moraes (1999 *apud* QUINTELA, 2004), que analisou documentos que descreveram as comemorações pela convalescência do Rei Dom José I em 1760. Nas celebrações oficiais, os documentos mostram que poesias orais eram compostas em honras ao rei. Aproveitando as celebrações oficiais, a população também se organizava em torno de festas populares.

Um dos argumentos a favor da estagnação cultural e social de Goiás é o fato de sua economia e sua população ter se ruralizado após a escassez nas jazidas de ouro. Atualmente, o estado de Goiás é uma das duas unidades da federação brasileira em que as regiões adjacentes à capital metropolitana são economicamente mais ricas (IBGE, 2008). No Rio de Janeiro, a capital não é mais rica devido à produção de petróleo na região da bacia de Campos, enquanto em Goiás a produção agropecuária interiorana é a responsável por gerar a maior parte de sua riqueza. Em Goiás, essa característica é resultado de raízes históricas: com a escassez do ouro, Goiás ergueu-se com base num sistema econômico predominantemente rural. Uma economia com base rural, evidentemente, não significa que a atual população goiana seja predominantemente rural, mas pode indicar os laços da população com suas raízes rurais.

Dados do Recenseamento Geral do Império de 1872, retirados do aplicativo virtual “Pop 72 – Brasil, v. 1.0”, constatavam que a população da província de Goiás ultrapassara os

¹² Mattos e Silva (2004, p. 86-89) aponta os quilombos como laboratórios da constituição do PB, tendo em vista que a maioria deles tinham (e têm) o português como língua veicular e admitiam povos indígenas e também brancos portugueses como membros de seu coletivo.

160 mil habitantes, dos quais cerca de 140 mil eram nascidos na província. Havia 132.027 pessoas livres, das quais 56.361 mil eram profissionais agrícolas: 52.361 eram lavradores e 3829 eram criadores de animais, o que equivale a aproximadamente 35% da população livre. Os escravos somavam 10.652 almas, das quais 8629 tinham nascido ali. A partir do aplicativo virtual, temos ainda números relevantes para a análise da população da província goiana no que concerne a seu quadro étnicorracial e educacional.¹³

Ilustração 2: Raça e instrução na província de Goiás (1872).

CATEGORIAS	TOTAL
Raça	
Branco	41.938
Pardo	90.490
Preto	23.710
Caboclo	4257
Instrução	
Sabem ler e escrever	22.663
Frequentam a escola (crianças de 6 a 15 anos)	3806

Nota-se que os dados em relação à instrução na província goiana eram iguais ao restante do Império: aproximadamente 15% da população sabia ler e escrever, enquanto pouco mais de 2% das crianças no período escolar frequentavam a escola. Esse quadro indica que a população não estava voltada para tradições culturais em torno da escrita, mas, sim, em torno de tradições culturais orais, como a música, os ritos religiosos e a poesia oral.

Os dados referentes ao quadro étnicorracial, que revelam uma população majoritariamente mestiça (56,4% era parda; 14,8%, negra; 2,6%, cabocla; e 26,2%, branca), faz-nos atentar para a mestiçagem que se forjou em Goiás. As bandeiras paulistas, a formação dos aldeamentos indígenas e o tráfico negreiro possibilitaram um processo de miscigenação até então não visto em outra região. Os primeiros bandeirantes que vieram habitar a capitania de Goiás não eram os mesmos homens brancos e europeus que iniciaram a colonização na costa do país, eram em grande quantidade filhos de portugueses nascidos no Brasil frutos de cruzamentos interétnicos, os quais possivelmente tinham a língua geral paulista como língua materna e a língua portuguesa como segunda língua ou mesmo possuíam ambas as línguas como língua materna.

Houve ainda um número relativamente amplo de povos da família linguística tupi-guarani oriundos da costa que adentraram o interior do país com os bandeirantes paulistas e se

¹³ Anexo 4: Mapa da província de Goiás. Fonte: <http://www.nhped.cedeplar.ufmg.br>.

juntaram aos povos do tronco-linguísticos macro-jê para compor a demografia etno-linguística do território dos *goyazes* no período colonial. Segundo Fausto (2011, p. 51), indígenas e mestiços descendentes de indígenas eram a grande maioria das pessoas nas bandeiras empreendidas pelos paulistas. Apesar de geralmente excluídos dos censos paroquiais e oficiais, supõe-se que no primeiro século de ocupação da capitania de Goiás havia um número relativamente alto de indígenas na região, pois, conforme aponta Rocha (1998), em estudo sobre a política indigenista em Goiás entre os anos de 1850 e 1889, havia 30 mil índios em Goiás, no século XIX, dos quais cerca de oito mil viviam aldeados.

Inicialmente, os escravos trazidos para a capitania de Goiás deveriam ser em sua maioria negros já nascidos no Brasil e que adquiriram o português como língua materna. Posteriormente, com as mortes nas minas, foram repostos por negros ou africanos das capitanias de Minas Gerais ou de Mato Grosso e por africanos que desembarcavam nos portos do Rio de Janeiro, da Bahia ou de Santos. Ao se analisar a histografia goiana a respeito da origem dos escravos africanos em Goiás, nota-se que os historiadores utilizam elementos culturais e religiosos, registros das regiões provedoras de escravos na América portuguesa e dados cartoriais para indicar as possíveis origens dos povos africanos em Goiás (cf. MORAES, 2002; SILVA, 2008; LOIOLA, 2009; entre outros). Em geral, o debate gira em torno de determinar se em Goiás houve um maior número de povos africanos do grupo banto ou do grupo sudanês. Esse impasse remete-nos ao trabalho de Soares (2009), que afirma que tanto a nação que se constituía quanto a cor foram partes da atribuição colonial e estavam sujeitas a variações regionais e investidas de crenças pouco convincentes: “A documentação reflete o que se escreve dos negros (...) e sobre os indígenas. É a palavra daquele que domina dando cor e signos àqueles de quem se escreve” (SOARES, 2009, p. 46).¹⁴

Retomando a questão da mestiçagem, os tapuios do Carretão são um exemplo da mestiçagem que se forjou em Goiás. Por se tratar de um termo para designar o conjunto de índios não tupis do Brasil colonial, o termo tapuio não pode designar historicamente os índios do Carretão, mas os designa como índios resultantes do contato interétnico e da miscigenação propiciados pela política de aldeamentos indígenas em Goiás, especificamente do aldeamento Carretão ou Pedro II instituído em 1788 (OSSAMI DE MOURA, 2006, p. 153). Os tapuios do Carretão vivem na Terra Indígena do Carretão, localizada na região situada entre a Serra Dourada (Tombador) e o Rio São Patrício (Carretão), nos municípios de Rubiataba e Nova

¹⁴ Baseados em textos e dados históricos, Figueiredo e Oliveira (2013) alegam que os povos africanos levados cativos para o Pará foram bantos, sudaneses e defóides, e argumentam que bantos e sudaneses, naquele estado, não foram culturas que se contrapuseram. Essa constatação lança-nos pistas, para pesquisas futuras, a respeito das culturas banto e sudanesa em Goiás.

América, e são resultado da miscigenação entre índios xavantes, xerentes, caiapós do sul, carajás (javaé), brancos e negros escravos fugidos das fazendas (OSSAMI DE MOURA, 2006, p. 153-157). Apesar de ter se gestado por povos de línguas variadas, têm apenas o português brasileiro, em sua variedade local, como língua materna.¹⁵

1.4 Síntese do capítulo

Neste capítulo, sintetizamos fatos que buscam descrever a história interna do PB. Trata-se de uma série de fatos sócio-históricos de ordem política, demográfica e econômica que traçaram o destino da América portuguesa como país e nação e instauraram a língua portuguesa como língua oficial, silenciando vozes e línguas indígenas e africanas. Delineamos a interação entre ameríndios, portugueses e africanos, e o contato das línguas transplantadas para a América portuguesa com as línguas ameríndias. Apresentamos o violento processo de mestiçagem no Brasil como fundador de sua complexa sociedade plurirracial. Vimos que a demografia brasileira, especialmente nos séculos XVIII e XIX, auxilia a Linguística Histórica na formulação de hipóteses acerca da constituição do PB. Por outro lado, vimos que os dados censitários do período colonial e imperial exibem problemas de classificação dos mestiços nascidos no Brasil e que cada região do país, tendo Goiás como exemplo, teve suas particularidades históricas em relação à demografia e também em relação ao modo como se constituiu o PB. No capítulo seguinte, trataremos das concepções de língua e de gramática adotadas em nossa pesquisa, de modo a formular uma hipótese de mudança sintática para a constituição do PB em Goiás.

¹⁵ Anexo 5: Rapazes tapuios – síntese da miscigenação (OSSAMI DE MOURA, 2006, p. 162).

CAPÍTULO 2

Pressupostos Teóricos: Conceituando Língua e Gramática

Conforme propôs Paixão de Souza (2006), o pesquisador que investiga a mudança linguística precisa articular os conceitos de língua e tempo na condução de seu trabalho de maneira a reconhecer, em um dos pontos dessa articulação, a contingência fundante do fazer histórico. No capítulo anterior, procuramos inserir o tempo à nossa pesquisa de modo a articular fatos sócio-históricos da formação do Brasil como país e nação à instauração da língua portuguesa como língua oficial e à emergência da gramática do PB, restando-nos articular os conceitos de língua e gramática que guiam nossa investigação. Dessa forma, o objetivo deste capítulo é, inicialmente, sintetizar os pressupostos teóricos e os modelos de arquitetura da gramática na Teoria Gerativa, que conduzirão a análise do fenômeno gramatical que nos propusemos a estudar, qual seja: construções com sujeito nulo indeterminado com verbo na terceira pessoa do singular no PB. Isto é, o objetivo inicial deste capítulo é apresentar as concepções de língua e gramática que conduzem nossa pesquisa. Posteriormente, apresentamos uma breve análise da mudança sintática sob a perspectiva da Gramática Gerativa, a fim de apresentarmos e justificarmos os métodos utilizados na constituição de um *corpus* com dados de manuscritos goianos para nossa análise diacrônica.

2.1 Gramática Gerativa e a gênese da linguagem

A análise linguística que realizamos tem como arcabouço teórico os pressupostos e os modelos de arquitetura da gramática postulados no âmbito da Teoria Gerativa, especialmente o modelo computacional e algorítmico do Programa Minimalista, o qual busca responder à exigência de adequação explicativa da Teoria Gerativa.

Entre as décadas de 1950 e 1960, o linguista norte-americano Avram Noam Chomsky desenvolveu as ideias iniciais daquele que viria a ser o pressuposto fundamental da abordagem gerativa das línguas naturais: há, em toda a espécie humana, um conhecimento gramatical inato ricamente estruturado. Com essa proposição, objetou as ideias behavioristas

de que a aquisição da linguagem se dá por estímulo e resposta e inaugurou a abordagem internalista dos estudos da linguagem, na qual a competência exclusiva do ser humano de possuir um sistema linguístico internalizado em sua mente motiva a investigação empírica desse aparato biológico específico da linguagem. Nessa perspectiva, assim como a visão e a coordenação motora são regidas por sistemas de órgãos específicos, a competência linguística é desenvolvida por um órgão mental que opera sobre todo o sistema linguístico, a faculdade da linguagem. O conhecimento e a explicação das propriedades e dos mecanismos internos da faculdade da linguagem são o escopo de pesquisa da Gramática Gerativa.

A faculdade da linguagem é um órgão modular da mente humana resultante da evolução da espécie, cuja capacidade cognitiva não encontra correlatos na natureza evolutiva (HAUSER, CHOMSKY E FITCHER, 2002; HAUSER, FITCHER E CHOMSKY, 2005). Para um melhor discernimento do objeto de estudo da Gramática Gerativa, Hauser, Chomsky e Fitcher (2002) e Hauser, Fitcher e Chomsky (2005) distinguem um sentido amplo e um sentido estrito para a faculdade da linguagem: *the faculty of language in the broad sense* (FLB) e *the faculty of language in the narrow sense* (FLN), respectivamente. Nesses termos, a FLB compreende sistemas, propriedades e mecanismos que são objeto de estudo de outras áreas de pesquisa, como a neurociência, a biologia comparada e a psicologia cognitiva, e que não são exclusivos ou específicos para a linguagem. A FLB abrange, pois, os sistemas de desempenho com os quais o sistema computacional da linguagem faz interface, isto é, os sistemas sensório-motor, ou articulatório-perceptual, e o sistema conceitual-intencional. Ao sistema que agrega a propriedade elementar da faculdade da linguagem deu-se o nome de FLN. Ou seja, FLN é o sistema computacional da linguagem em si e inclui a recursividade, a propriedade elementar para a realização das operações do sistema computacional.

A recursividade destaca-se entre as propriedades da faculdade da linguagem e, conforme preconizou o linguista alemão Wilhelm von Humboldt (1767-1835), caracteriza-se por um conjunto finito de entradas lexicais que se encadeiam ou se encaixam num conjunto infinito de sentenças (CHOMSKY, 2005). Apesar de não se manifestar infinitamente no desempenho dos falantes, a recursividade é, no plano teórico da competência linguística, uma propriedade infinita. A geração infinita de sentenças é igualmente legitimada por outras duas propriedades da faculdade da linguagem: a infinitude discreta e a criatividade (CHOMSKY, 2005).

A infinitude discreta revela-se no conhecimento inato do ser humano de que existem sentenças de três palavras, mas não de três palavras e meia, o que permite formular objetos

sintáticos e sentenças com forma e significado bem definidos. Essa propriedade apresenta-se em sua forma mais pura nos números naturais: $\mathbf{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, \dots\}$. A criatividade, por seu turno, refere-se à possibilidade de composição ilimitada de sentenças gramaticais jamais pronunciadas ou escutadas pelo falante. A criatividade linguística é distinta da criatividade que diz respeito ao enorme potencial humano de criar novos conteúdos e experiências a partir de sua inteligência cognitiva. Aliadas, a criatividade linguística e a criatividade relacionada às demais competências cognitivas do *Homo sapiens* respaldam a capacidade humana de conceber ideias e realidades ilusórias e de produzir arte com a própria linguagem, o que se revela em seu estado mais autêntico na literatura.

2.1.1 A Gramática Universal e o modelo de Princípios e Parâmetros

Em *Knowledge of language: its nature, origin and use*, Chomsky (1986) postula que a faculdade da linguagem tem um estágio inicial denominado Gramática Universal (GU). Propõe que a GU é dotada de princípios rígidos e de parâmetros abertos: os princípios são arranjos gramaticais presentes em todas as línguas, enquanto os parâmetros são composições gramaticais variáveis valorados no processo de aquisição de língua, por meio da experiência com uma comunidade linguística (*input*).

O modelo de Princípios e Parâmetros busca responder a duas observações empíricas do pesquisador gerativista: a diversidade de línguas no mundo e a rápida e completa aquisição de língua ainda na infância. A diversidade linguística, para além do léxico, é explicada como resultado da valoração de parâmetros distintos para cada língua, isto é, a base gramatical para a aquisição das línguas naturais é única, suas variações gramaticais limitam-se aos parâmetros valorados a partir dos *inputs* – assim, inclusive, as variações e mudanças numa língua são explicadas em termos paramétricos.¹⁶

Quanto ao problema lógico da aquisição de língua, Chomsky (1986) utiliza o argumento da pobreza de estímulo, a vertente linguística do problema de Platão sobre a natureza do conhecimento humano, para chamar a atenção para o fato de que os *inputs* a que uma criança está exposta durante a aquisição de sua língua são insuficientes para uma completa aquisição se comparados ao conhecimento que as crianças apresentam, entre um e quatro anos de idade, de complexas estruturas sintáticas de quaisquer línguas naturais. Por

¹⁶ Entendemos o léxico como um construto mental cujos itens, nas línguas naturais, apresentam traços fonológicos, semânticos e formais, e os quais o sistema computacional seleciona e com os quais opera na derivação de uma expressão sintática.

exemplo, ao ouvir sentenças como “A mamãe foi ao mercado comprar docinho, ela volta daqui a pouco”, a criança não recebe instruções a respeito do fato de, nessa sentença, o pronome anafórico referir-se ao sintagma que ocupa a posição de sujeito da oração anterior. O conhecimento dessa interpretação, isto é, o conhecimento sobre as vinculações das expressões linguísticas estaria internalizado na mente da criança por meio de Princípios de Ligação – nesse caso, o chamado Princípio B, que determina que um pronome anafórico deva ser livre na oração em que estiver inserido. Dessa forma, a pobreza de estímulo não compreende apenas a insuficiência de dados concretos, mas também a ausência de explicações sobre os processos sintáticos, como os de vinculações de expressões, durante o processo de aquisição de língua.¹⁷

Chomsky (1986) propõe, ainda, que, associado à GU, exista um dispositivo de aquisição de língua intrínseco à mente humana que determina regras de acordo com os princípios e parâmetros linguísticos, a fim de gerar a gramática específica da língua nativa da criança. Dentre os processos mentais do dispositivo de aquisição de língua, por exemplo, encontram-se as restrições, que impedem a criança de realizar regras que não se situem no domínio de seu conhecimento linguístico internalizado, como nos exemplos a seguir, em que crianças (C) produzem sentenças com léxico distinto daquele do adulto (A).¹⁸

(C vai tomar leite, que está muito quente)

A: Tá quente!

C: Então diquenta. (3 anos e 11 meses) (MIOTO *et al.*, 2013, p. 33)

(A mãe fecha uma caixa de brinquedos, decepcionada, C diz:)

C: Cê disabriu! (4 anos e 1 mês) (Idem, p. 33)

(A mãe abaixa o zíper do vestido de C, querendo brincar com ela)

C: Ah (irritada) Não! Cê tá dezipando. (4 anos e 1 mês) (Ibidem, 2013, p. 34)

Além de manifestar a criatividade linguística, os dados evidenciam o conhecimento das crianças a respeito das restrições das regras de morfologia derivacional do PB, pois, apesar de os verbos *desquentar*, *desabrir* e *dezipar* não pertencerem ao léxico da língua, sua

¹⁷ O Princípio B remete ao ultrapassado modelo teórico de Regência e Ligação, mas sua explicação permanece válida, embora implementada por outros princípios, como o da Interpretação Plena, e as condições de legitimidade nas interfaces fonológica e semântica, como será apresentado na seção 2.1.2.

¹⁸ A respeito da noção de restrições, V. Guasti (2003).

criação não constitui erro ou violação às propriedades gramaticais do PB. Vê-se que, durante o processo de aquisição de língua, a criança testa regras e lança mão de hipóteses, selecionando as estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas que constituem a gramática de sua comunidade linguística. Isso quer dizer que a valoração dos parâmetros de uma língua não é imediata, mas ocorre no decorrer da experiência.¹⁹

A experiência, ressalta Chomsky (1986), não é unívoca para todo falante. Ela é influenciada por fatores externos, como a instrução formal, e por outros órgãos – uma criança com problemas severos de coordenação motora, por exemplo, tem seu desenvolvimento linguístico comprometido. Por sofrer interferências físicas e de outros sistemas cognitivos, as amostras de dados que auxiliam a criança a adquirir sua língua não revelam os mecanismos da faculdade da linguagem (CHOMSKY, 1986). Constituem os construtos da denominada língua-E (E de externo e extensional), por isso, não constituem em objeto de estudo da Gramática Gerativa, que busca explicar os mecanismos internos da faculdade da linguagem. É objeto de análise do pesquisador gerativista o estágio da faculdade da linguagem alcançado após a valoração dos parâmetros, o qual é designado como Língua-I (I de interno, individual e intensional).

A língua-E é considerada um produto sócio-histórico das comunidades linguísticas, e seus dados são empregados na descrição das línguas como instituições políticas – as línguas portuguesa, tupi e quimbundo, por exemplo, são instituições e conceitos políticos. A língua-I, por outro lado, corresponde à gramática mental e individual resultante da marcação de valores paramétricos da GU, e estudá-la é condição para explicar o funcionamento dos mecanismos inatos que o falante lança mão para gerar os dados de sua língua-E. Estudar a língua-E e a língua-I diz respeito, respectivamente, às exigências de adequação descritiva e explicativa no estudo das línguas naturais. Apesar de ser a língua-I o objeto de estudo do pesquisador gerativista, é a partir da descrição dos dados da língua-E que ele busca o respaldo empírico em sua tarefa de explicar os mecanismos da faculdade da linguagem. A título de ilustração, apresentamos a seguir um quadro com os arquétipos da faculdade da linguagem de acordo com o modelo de Princípios e Parâmetros: em seu estágio inicial, a GU, com parâmetros abertos; em seu estágio final, a Língua-I, com parâmetros valorados – vale ressaltar que a valoração dos parâmetros linguísticos como binários tem caráter apenas didático, não se manifestando desse modo nas línguas naturais.

¹⁹ Apesar de focarmos apenas na questão da morfologia derivacional do exemplo de Mioto *et al.* (2013, p. 33), reconhecemos que há questões fonológicas, sintáticas, semânticas, discursivas e pragmáticas relevantes para o estudo da aquisição de língua.

Ilustração 3: *Faculdade da linguagem conforme o modelo de Princípios e Parâmetros.*²⁰

Arquétipo:	Princípios (Pr_x):	Parâmetros (Pa_x):
Gramática Universal	Pr ₁ , Pr ₂ , Pr ₃ , Pr ₄ ...	Pa ₁ [+/-], Pa ₂ [+/-], Pa ₃ [+/-], Pa ₄ [+/-]...
Língua-I	Pr ₁ , Pr ₂ , Pr ₃ , Pr ₄ ...	Pa ₁ [+], Pa ₂ [-], Pa ₃ [+], Pa ₄ [-]...

Dentre os princípios das línguas naturais, há o Princípio de Projeção Estendida (EPP, do inglês *Extended Projection Principle*). De acordo com esse princípio, todo predicado tem um sujeito. A expressão fonética do sujeito, por seu turno, dá-se pela marcação positiva de um parâmetro designado parâmetro do sujeito nulo, ou parâmetro *pro-drop*. Destarte, classificam-se as línguas que valoraram esse parâmetro como línguas de sujeito nulo, ou línguas *pro-drop*. Línguas de sujeito nulo apresentam um pronome nulo (*pro*) na posição de sujeito para satisfazer o requerimento estabelecido pelo Princípio de Projeção Estendida. Uma característica das línguas de sujeito nulo, portanto, é a possibilidade de sujeitos pronominais definidos não serem fonologicamente expressos, enquanto há o requerimento de que eles sejam expressos em línguas de parâmetro não *pro-drop*, conforme, respectivamente, os dados em português europeu (PE) e italiano – (5a) e (5b) – e em francês e inglês – (5c) e (5d).

- (5) a. *pro* Falamos português.
b. *pro* Parliamo italiano.
c. *Parlons français.
d. *Speak English.

Chomsky (1981) explica a agramaticalidade de sentenças como em (5c) e (5d) como resultantes da ausência de morfemas flexionais de número-pessoa bem definidos em línguas que não são de sujeito nulo, o que não ocorre em línguas de sujeito nulo como (5a) e (5b), cuja morfologia verbal contém flexões de número-pessoa bem definidas, possibilitando a interpretação das sentenças. Dessa forma, associou-se ao paradigma verbal das línguas a valoração do parâmetro do sujeito nulo, conforme a ilustração a seguir.²¹

²⁰ As notações para representar os princípios e os parâmetros foram retirados de Kato (2013) e transformados em quadro a título de ilustração.

²¹ A respeito das demais propriedades que valoram o parâmetro do sujeito nulo, V. Huang (1984) e Rizzi (1986).

Ilustração 4: *Paradigma verbal em línguas pro-drop e não pro-drop.*

Pessoa gramatical	Línguas <i>pro-drop</i> (PE e italiano)		Línguas não <i>pro-drop</i> (francês e inglês)	
	Falar	Parlare	Parlez	Speak
1 ^a p.s	falo	parlo	parle	speak
2 ^a p.s	falas	parli	parles	speak
3 ^a p.s	fala	parla	parle	speaks
1 ^a p.p	falamos	parliamo	parlons	speak
2 ^a p.p	falais	parlate	parlez	speak
3 ^a p.p	falam	parlano	parlent	speak

Em PE e italiano, a fixação de uma terminação flexional exata para cada pessoa gramatical promove a interpretação do sujeito pronominal das sentenças sem, contudo, ele se realizar fonologicamente, o que não ocorre em francês e inglês. A partir dessa conjectura, inovações na expressão do sujeito do PB em comparação com o PE têm sido estudadas a partir do argumento de que a reestruturação do paradigma verbal associada a mudanças no paradigma pronominal e na expressão semântica da categoria pessoa no PB teriam desencadeado o surgimento de construções como as exemplificadas em (6), nas quais um sujeito nulo indeterminado é licenciado com verbos na terceira pessoa do singular (cf. GALVES, 1987, 2001; DUARTE, 1993, 1995; entre outros).

- (6) a. Nos nossos dias, não usa mais saia. (GALVES, 1987, p. 37)
- b. Era ali que se via as garotas, e depois dava uma passada na Imperial.
(DUARTE, 1995, p. 39)

A respeito dos fatores gramaticais que teriam desencadeado o licenciamento de construções como em (6), Duarte (1995) propôs o quadro a seguir para os paradigmas verbal e pronominal do PB, no qual os paradigmas 1, 2 e 3, respectivamente, dizem respeito a períodos caracterizados por alterações nos sistemas flexional e pronominal – evidentemente, esses períodos têm seus correlatos nos períodos da história, mas determiná-los não era objetivo da autora.

Ilustração 5: Paradigmas pronominais e flexionais em PB.

Pess./Nº.	Pronome	Paradigma 1	Paradigma 2	Paradigma 3
1ª sing.	Eu	am o	am o	am o
2ª sing.	Tu Você	am a s am a	- am a	- am a
3ª sing.	Ele/Ela	am a	am a	am a
1ª plur.	Nós A gente	ama a mos -	ama a mos am a	- am a
2ª plur.	Vós Vocês	am a is am a m	- am a m	- am a m
3ª plur.	Eles/Elas	am a m	am a m	am a m

Fonte: Duarte (1995, p. 32).

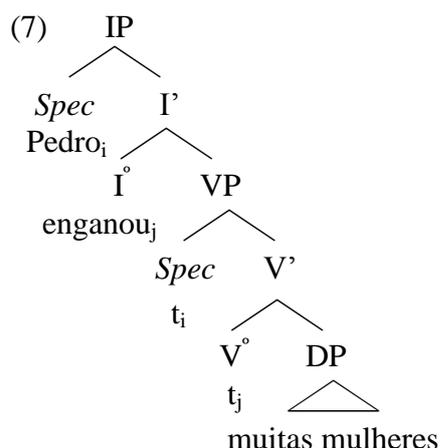
2.1.2 O Programa Minimalista e as operações do sistema computacional

Em *The Minimalist Program*, Chomsky (1995) introduz uma abordagem nos estudos da Gramática Gerativa em que o sistema computacional da linguagem é considerado um sistema perfeito que busca a melhor forma de solucionar a questão das interfaces fonológica e semântica (π , λ) na derivação sintática. Dessa forma, Chomsky (1995) considera uma língua como um procedimento que gera representações em pares (π , λ), interpretados como instruções para os sistemas de desempenho. Assim, o linguista propõe que o sistema computacional interage com os sistemas de desempenho em dois níveis de interface: Forma Fonética (PF, do inglês *Phonetic Form*) e Forma Lógica (LF, do inglês *Logical Form*).

Os níveis de interface impõem restrições ao sistema computacional, pois cada um interpreta apenas os traços referentes a seu sistema. PF é responsável por transformar as representações sintáticas em instruções interpretáveis na interface articulatória-perceptual, enquanto LF é responsável por transformar as representações sintáticas em instruções interpretáveis na interface conceitual-intencional. Quando ambos os sistemas licenciam as representações geradas pelo sistema computacional são atendidas as condições para o Princípio de Interpretação Plena (FI, do inglês *Full Interpretation*) da derivação. O momento em que as informações do par (π , λ) da derivação em curso no sistema computacional são levadas para PF e LF é chamado *Spell-out*.

Para iniciar uma derivação, o sistema computacional da linguagem começa a operar a partir da disposição em índice de itens lexicais possuidores de traços fonológicos, semânticos e formais numa Numeração (N). Dado o arranjo de uma Numeração como $N = \{\text{Pedro}_1, \text{enganar}_1, \text{suas}_1, \text{mulheres}_1\}$, o sistema computacional efetua operações até gerar uma derivação que converge. Primeiramente, um procedimento, denominado *Select*, seleciona os

itens lexicais disponibilizados em N até reduzir seus índices a zero no espaço derivacional. Reduzidos os índices a zero, outras operações vão dar prosseguimento à computação. Assim, *Merge* atua recursivamente na concatenação do léxico selecionado de N, construindo objetos sintáticos. Após a concatenação dos objetos sintáticos, as operações *Agree* e *Move* atuam, respectivamente, na verificação dos traços- ϕ (gênero, número e pessoa) do especificador em relação ao verbo e na valoração de Caso abstrato. Considerando a representação a seguir, vejamos como o sistema computacional efetua operações para gerar expressões linguísticas.



Em (7), *Merge* concatena o pronome *muitas* e o nominal *mulheres* no objeto sintático *muitas mulheres*, um DP; logo após, concatena o DP e o verbo *enganar*, formando uma projeção intermediária, V' ; por fim, concatena o nominal *Pedro* a V' , para projetar VP – caso houvesse mais itens lexicais em N, *Merge* continuaria a operar recursivamente no espaço derivacional. Formados os objetos sintáticos, *Agree* executa sua computação verificando os traços- ϕ (gênero, número e pessoa) do especificador em relação ao verbo. Depois de amalgamada a flexão, ocorre a valoração de Caso nominativo, que é uma propriedade de I legitimada por intermédio de *Move*. Assim, o nominal *Pedro* move-se para a posição de especificador do núcleo funcional IP, a fim de receber Caso nominativo e adquirir estatuto gramatical de sujeito.

O Caso abstrato refere-se ao fato de que, no plano teórico da Gramática Gerativa, todas as línguas naturais atribuem Caso/caso aos DPs que constituem as sentenças, embora nem todas o façam por meio de marcas morfológicas como as do latim, que possuía sete casos marcados pelas terminações flexionais dos nomes, a saber: nominativo, acusativo, dativo,

genitivo, vocativo, ablativo e locativo. Em (8), por exemplo, os morfemas *-us* e *-as* marcam, respectivamente, os casos nominativo masculino e acusativo feminino em latim.²²

- (8) [IPRestitvtvs [DPMvltas t [I·decepit [sepe [DPPvellas]]]]] (CIL 4.5251)²³
'Restituto frequentemente enganou muitas mulheres'

A marcação morfológica de caso possibilita maior flexibilidade com relação à ordem dos constituintes da sentença, conforme se observa na partição dos constituintes do DP em (8). Por hipótese, as línguas que não possuem morfologia de caso atribuem Caso abstrato e apresentam maior restrição quanto à ordem dos elementos da sentença. Ao legitimar a atribuição de Caso abstrato, *Move* deve satisfazer a condições de economia, pois, no Programa Minimalista, a derivação favorece, preferencialmente, relações locais e estruturas simples.

2.1.3 Desenvolvendo uma hipótese para explicar a mudança sintática no português brasileiro em Goiás

Numa abordagem teórica em que se considera a gramática das línguas naturais como resultado da fixação de parâmetros de um aporte genético da espécie humana cujos princípios são imutáveis, pressupõe-se que a mudança sintática deva ser considerada como resultado de uma mudança paramétrica no percurso histórico das línguas naturais. Dessa maneira, para realizar uma análise de orientação inatista que explique como se licenciou determinada inovação na expressão do sujeito no PB, tem-se que apresentar como argumento para explicar a mudança o parâmetro do sujeito nulo, que exibiria modificações em seu valor estritamente consistente no PB em relação ao PE.²⁴

Segundo Kroch (2001), a mudança sintática é provocada por uma falha na transmissão de traços linguísticos entre gerações. Kroch (2001) afirma, portanto, que o estudo da mudança sintática deva ser formulado em termos de processo de aquisição de língua, pois, entre adultos monolíngues, a mudança sintática não é muito atestada na literatura, limitando-se principalmente ao vocabulário. Por outro lado, se crianças adquirem um traço linguístico de

²² Quando utilizamos o termo Caso, com inicial maiúscula, referimo-nos ao Caso abstrato atribuído aos DPs no âmbito teórico da Gramática Gerativa. O termo caso, escrito com inicial minúscula, refere-se ao caso morfológico atribuído aos sintagmas de línguas como o latim, o russo e o polonês.

²³ CIL: *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Disponível em: http://cil.bbaw.de/cil_en/index_en.html.

²⁴ Retomaremos a questão do parâmetro do sujeito nulo no PB no Capítulo 3.

modo falho, isto é, de modo desviante em relação à gramática do adulto, há a possibilidade de elas provocarem alguma mudança na estrutura da língua, pois sua faculdade da linguagem ainda não teve marcadas todas as opções paramétricas desencadeadas pela experiência para o desenvolvimento da língua-I. Kroch (2001) pondera que o entendimento do que vem a ser uma falha na transmissão de traços linguísticos é limitado, pois não se pode precisar a relação entre a evidência apresentada ao aprendiz e a gramática que ele adquire. Afirma, ainda, que alterações nas condições de transmissão de uma dada língua por meio do contato de línguas também propiciam a mudança gramatical. A partir desses argumentos, inferimos que, devido ao contexto social e linguístico do Goiás colonial e imperial, ameríndios e africanos adquiriram o português como segunda língua (L2). Com o tempo, seus filhos tiveram como evidência para a aquisição de primeira língua o português aprendido como L2.

Dito isso, a hipótese que se coloca é a de que mudanças na gramática do PB em Goiás teriam sido provocadas pela transmissão do português adquirido por falantes de português como L2 a seus descendentes, os quais, de acordo com as especificações da faculdade da linguagem durante a aquisição de língua, poderiam provocar alguma mudança na língua da comunidade de língua portuguesa que ali se formava entre os séculos XVIII e XIX. Vê-se que a hipótese de mudança sintática que adotamos para a constituição das particularidades da gramática do PB em Goiás não defende o julgamento de que estruturas de línguas indígenas e africanas tenham sido emprestadas ou transmitidas para o PB.

Entendemos que a interpretação das formas linguísticas do português por ameríndios e africanos ocorreu com base em suas línguas-I já parametrizadas e, até mesmo, por demais especificações da faculdade da linguagem, tendo em vista que tanto a aquisição quanto a mudança sintática são condicionadas pelo requerimento de que as línguas naturais se adaptam a especificações da faculdade da linguagem (Kroch, 2001). Por outro lado, entendemos que a aquisição de língua pelos filhos de ameríndios e de africanos nascidos em Goiás deu-se por intermédio do total acesso à faculdade da linguagem. Dessa forma, as opções paramétricas que emergiram na gramática do português dos filhos de ameríndios e de africanos foram potencialmente distintas daquelas adquiridas por seus pais, pois, conforme ressaltou Kroch (2001), as crianças estão mais sujeitas a provocar a mudança sintática devido a sua faculdade da linguagem ainda não ter marcadas todas as opções paramétricas desencadeadas pela experiência para o desenvolvimento da língua-I – e marcá-las, independentemente de corresponderem à gramática do adulto, é o objetivo constitucional do processo de aquisição de língua (Roberts e Roussou, 2003).

Lucchesi e Baxter (2009) propuseram algo semelhante à nossa hipótese ao afirmarem ser o PB decorrente de uma transmissão linguística irregular. Para os autores, a transmissão linguística irregular, no Brasil, se deu inicialmente pela aquisição do português europeu por africanos adultos, que, segundo os autores, por serem adultos, não tinham acesso aos dispositivos necessários da faculdade da linguagem durante a aquisição do português. Como o contato linguístico se delongou, teria ocorrido a transmissão de estruturas gramaticais conforme aprendidas pelos adultos africanos para seus filhos em processo de aquisição de língua e, conseqüentemente, daí teria resultado a mudança linguística (Lucchesi e Baxter, 2009). Lobato (2006), por outro lado, argumenta que possíveis inovações gramaticais oriundas da influência de línguas indígenas e africanas na constituição do PB teriam ocorrido considerado que os indivíduos daquelas línguas, ao aprenderem o português europeu como segunda língua, interpretaram as formas linguísticas não em suas propriedades intensionais, mas, sim, em suas propriedades extensionais. Vale ressaltar que as propriedades extensionais partem do desempenho linguístico dos falantes nas situações reais de fala, isto é, referem-se a um conjunto de enunciados, à Língua-E. Por seu turno, as propriedades intensionais são conceitos linguísticos construídos mentalmente, inerentes à competência linguística, ou seja, referem-se à capacidade linguística bioprogramada, à língua-I.

É necessário fazermos algumas ponderações a respeito das hipóteses de Lucchesi e Baxter (2009) e de Lobato (2006) em relação à hipótese que estamos propondo. Diferentemente de Lucchesi e Baxter (2009), argumentamos que não só africanos, mas também ameríndios, por já estarem acostumados a contexto de bilinguismo e multilinguismo, tiveram, a partir de especificações da faculdade da linguagem, uma aquisição quase completa das propriedades do português europeu, o que se comprova na transmissão do português que adquiriram a seus filhos – a ausência de evidências durante a aquisição impossibilitaria a essa população a aquisição do português como língua materna durante a infância. Seguindo essa argumentação, posicionamo-nos contrários também à hipótese de Lobato (2006), pois estamos sugerindo que a aquisição do português europeu pelos ameríndios e africanos se deu em suas propriedades intensionais, especialmente a partir das propriedades dos parâmetros de suas línguas-I, e não em suas propriedades extensionais, conforme propôs Lobato (2006).

Ao utilizarmos o termo segunda língua (L2) para a aquisição do português europeu por ameríndios e africanos estamos fazendo uma generalização em termos de simplificação teórica e descritiva, pois, sabemos que grande parte dos ameríndios e africanos que viveram na América portuguesa estavam acostumados a contextos de multilinguismo e, possivelmente,

também podem ter adquirido outra língua, que não o português europeu, como segunda língua. A mesma simplificação ocorre quando alegamos que ameríndios e africanos adquiriram o português europeu de acordo com suas línguas-I. Sabemos que a aquisição de qualquer língua se dá, de fato, de acordo com especificações da faculdade da linguagem. Utilizamos o conceito língua-I para reforçar a ideia de que esses povos, apesar de não estarem em processo de aquisição de primeira língua, possuíam mecanismos inatos para adquirir o português europeu como segunda língua.

Ainda, faz-se necessário ponderar duas questões – uma histórica e outra linguística – que envolvem a hipótese defendida. A questão histórica, considerando o exposto no Capítulo 1, diz respeito ao fato de que nossa hipótese confere à aquisição do português como primeira língua pelos mestiços a emergência da gramática do PB em Goiás, tendo em vista os mestiços apresentarem o maior contingente populacional na região durante os séculos XVIII e XIX. A questão linguística é a de que, ao eliminar a comparação entre estruturas de línguas indígenas e africanas com o PB de nosso escopo de pesquisa, valemo-nos do argumento que a gramática como objeto de estudo da Gramática Gerativa diz respeito à possibilidade de se gerar estruturas limitadas pelas especificações da faculdade da linguagem, e não a um inventário de estruturas.

2.2 Linguística Histórica, Gramática Gerativa e a constituição de um *corpus* linguístico

Na Linguística Histórica, há dois tipos de pesquisa da mudança sintática que se destacam: o primeiro pesquisa a gramática das línguas do passado, e o segundo pesquisa a mudança na gramática das línguas do presente. Na tentativa de reconstrução de línguas sem falantes vivos, o primeiro tipo diz respeito aos estudos da sintaxe comparativa através de textos históricos, enquanto o segundo tipo diz respeito aos estudos em torno da inconstância diacrônica da sintaxe e da transição entre gramáticas em registros históricos (KROCH, 2001). Segundo Kroch (2001), se as questões-chave da Linguística Histórica são *como* e *porque* a mudança linguística ocorre, então, o aspecto diacrônico no estudo da mudança sintática tem maior contribuição para a Linguística como um todo, tendo em vista que esse aspecto contribui com informações não disponíveis no estudo sincrônico das línguas naturais.

Para realizar uma análise sobre a ocorrência de construções com sujeito nulo indeterminado com verbo na terceira pessoa do singular no PB fundamentada no aspecto

diacrônico da sintaxe mencionado por Kroch (2001), decidimos constituir um *corpus* com manuscritos goianos no âmbito do projeto de pesquisa *Estudos sobre a constituição do português brasileiro*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. Procuramos esses manuscritos junto às seguintes instituições: Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), localizado em Goiânia (GO); Arquivo Histórico Estadual de Goiás, localizado em Goiânia (GO); e o Arquivo Frei Simão Dorvi, também localizado na cidade de Goiás (GO). No quadro a seguir, ilustram-se os documentos adquiridos.

Ilustração 6: Manuscritos goianos adquiridos no âmbito do projeto *Estudos sobre a constituição do português brasileiro*.

Documentos	Século XVIII	Século XIX	Século XX	Autoria	Arquivo ou depósito legal
1. Cópia dos capítulos da primeira e última visita que fez o padre Alexandre Marquez do Valle	1734-1799	1800-1824		Padre Alexandre Marquez do Valle e outros	IPEHBC
2. Documentos contratuais e regimentais	1749			Reino de Portugal	Arquivo Histórico de Goiás
3. Livro para servir no registro do Caminho Novo de Parati	1724-1762			Thomé Ignácio Mascarenhas e outros	Arquivo Histórico de Goiás
4. Diário de viagem do Barão de Mossâmedes (1771-1773)	1771-1773			Thomas de Souza e outro escriba	IPEHBC
5. A Matutina Meiapontense		1830-1834		Diversa	Arquivo Frei Simão Dorvi
6. Semanario Oficial		1855-1899	1900-1909	Pacífico Aranha (editor)	Arquivo Frei Simão Dorvi
7. Memorial de lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques (1881-1930)		1881-1899	1900-1930	Anna Joaquina da Silva Marques	IPEHBC
8. A República		1896-1897		Pacífico Aranha (editor)	Arquivo Frei Simão Dorvi

Dos documentos acima listados, escolhemos apenas dois para constituir nosso *corpus* de análise, quais sejam:

- (i) a edição *fac-símile* do *Diário de viagem do Barão de Mossâmedes (1771-1773)*, organizada por Pinheiro e Coelho (2006). Na edição *fac-símile*, os organizadores utilizaram as *Normas técnicas para transcrição paleográfica de textos brasileiros*, de João Eurípedes Franklin Leal, para editar os dois documentos que registraram as viagens feitas à capitania de Goiás por José de Almeida Vasconcellos Soveral e Carvalho (Barão de Mossâmedes), quarto governador das *Minas dos Goyazes* escolhido diretamente pelo Marquês de Pombal, e Tomás de Souza Villa Real, escriba, geógrafo e autor de dois mapas da capitania de Goiás. O texto original foi escrito entre 1771 e 1773, e seu autor, o escriba, é de origem portuguesa. Há também um escriba que não se identifica no texto, mas, segundo Pinheiro e Coelho (2006), é notória a distinção de sua caligrafia da caligrafia do geógrafo. O documento possui relatos de caminhos percorridos pelos viajantes, dos arraiais, da divisão civil, da organização das milícias, da construção de aldeamentos indígenas e dos embates com os índios na capitania de Goiás;²⁵
- (ii) a transcrição em elaboração do *Memorial de lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques (1881-1930)*, sob a responsabilidade do IPEHBC. Apesar de ser irmã de duas ilustres professoras da histórica cidade de Goiás (mestra Lili e mestra Nhola), a autora do texto é conhecida especialmente pela preservação de seus escritos lacônicos. O *Memorial* é constituído de cadernos e textos avulsos redigidos por quase cinco décadas ininterruptas, com o intuito de que nada ao redor da autora ficasse no esquecimento; por isso, há em todo o texto relatos simples da vida cotidiana, como a visita de algum conhecido, as idas para beijar o Senhor dos Passos, bem como relatos históricos, como o incêndio da Igreja da Boa Morte e os relatos da recepção dos vilaboenses às notícias sobre a queda do regime monárquico e a proclamação da República, entre outros acontecimentos.²⁶

Elegemos esses documentos por se enquadrarem parcialmente na mesma tipologia textual (diário de viagem e diário pessoal), pelo tempo percorrido na escrita de um para outro

²⁵ Anexo 6: fotocópia da edição *fac-símile* do *Diário de Barrão de Mossâmedes (1771-1773)*.

²⁶ Anexo 7: fotocópia do manuscrito *Memorial de lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques (1881-1930)*.

(um século) e por critérios técnicos, tais como autoria atestada pelos arquivistas e historiadores das instituições a que pertencem os documentos, legibilidade e conservação da grafia e do conteúdo sintático originais na transcrição dos dados. Destacamos alguns dos critérios empregados na transcrição do *Diário* por Pinheiro e Coelho (2006):

as palavras indevidamente grafadas unidas foram separadas, mantendo-se apenas aquelas que não dificultassem a leitura, como, por exemplo, os pronomes enclíticos; (...) as palavras de leitura duvida foram seguidas de interrogação entre colchetes [?]; (...) as palavras grafadas com omissão de letras, supressão ou troca de sílabas, omissões ou repetições, foram transcritas exatamente como no original por mais estranhas que fossem, colocando-se à sua frente, entre colchetes, a palavra latina [sic]. (*op. cit.*, p. 19-20).

Apesar do rigor aplicado na transcrição da obra, a edição *fac-símile* do *Diário* não está isenta de adaptações do texto original. Em certo trecho da transcrição, por exemplo, os editores optaram por introduzir o clítico acusativo *se* após o verbo *criar*, sem que aquele estivesse incluso na construção original.

Ilustração 7: Exemplo de adaptação na transcrição da edição *fac-símile* do *Diário de Viagem de Barão de Mossâmedes (1771-1773)*.

Construção original	Construção editada
Criam grandíssimos Peyxes mayores do que hum homem, alguns chamados seboris, Dourados, Matrinchans, e outros. Neste Rancho do Abayté se mandam fazer Fogueyras, e dar descargas em obzequio de Sam João (PINHEIRO E COELHO, 2006, p. 50)	Criam-se grandíssimos Peyxes mayores do que hum homem, alguns chamados seboris, Dourados, Matrinchans, e outros. Neste Rancho do Abayté se mandam fazer Fogueyras, e dar descargas em obzequio de Sam João (PINHEIRO E COELHO, 2006, p. 51)

Esse tipo de caso de maneira alguma desqualifica os dados apresentados pela edição *fac-símile* do *Diário*, pois não ocorre com frequência e há a possibilidade de o pesquisador recuperar os dados através da consulta à cópia do manuscrito original – numa situação extrema de dúvida sobre a originalidade dos dados, incluindo os do *Memorial*, o pesquisador poderia recuperar quaisquer dados através do livre acesso aos manuscritos na instituição que os preserva.

Os dados linguísticos que compõem nosso *corpus* são de construções com *se* e de construções com sujeito nulo indeterminado com verbo na terceira pessoa do plural e do singular – dados de algum tipo de construção que forneça suporte para nossa análise também

serão utilizados em nossa análise, mas não constituem o *corpus*. Em relação ao *Diário*, descartamos os dados da primeira parte do manuscrito, escritos entre os anos de 1771 e 1772, pois, apesar de serem numericamente superiores aos dados da segunda parte do *Diário*, seus dados repetem excessivamente os mesmos verbos num mesmo tipo de construção sintática. Por essa razão, optamos por dados da segunda parte do *Diário*, escrita em 1773 e denominada *Diário 2º da Marcha* no frontispício do manuscrito, em que há uma quantidade menor de dados, mas apresentados com um maior número de itens verbais. No que concerne ao *Memorial*, tendo em vista o recorte temporal dado para nossa investigação (séculos XVIII e XIX), decidimos utilizar para a composição do *corpus* dados registrados entre os anos de 1881 e 1889 (século XIX). Dessa forma, o número de dados de cada manuscrito para compor o *corpus* foi: 46 dados do *Diário* e 59 dados do *Memorial*, totalizando 105 dados.²⁷

Vale ressaltar que em uma pesquisa com o enfoque diacrônico da mudança sintática em consonância com o recomendado por Kroch (2001), os registros históricos não são tomados como objeto de estudo *per se*, mas, sim, como objetos que constituem dados linguísticos que fornecem “evidências sobre os mecanismos internos da mente e sobre os modos como esses mecanismos operam ao executar as ações e ao interpretar a experiência” (CHOMSKY, 2005, p. 33). Ao atuar assim nossa investigação diacrônica atende aos modelos de adequação descritiva e explicativa propostos pela Teoria Gerativa (CHOMSKY, 1986), bem como integra o objetivo fundamental da Linguística Histórica, que é explicar como e porque a mudança ocorre no interior da língua (KROCH, 2001).

2.3 Síntese do capítulo

Neste capítulo, apresentamos os pressupostos inatistas da faculdade da linguagem e os modelos da arquitetura da gramática no âmbito da Teoria Gerativa. Demonstramos três propriedades da faculdade da linguagem (recursividade, infinitude discreta e criatividade) e vimos que uma gramática possui princípios gramaticais rígidos e parâmetros gramaticais variáveis (língua-I) e se distingue do conceito de língua como entidade política e social (língua-E). Discutimos o Programa Minimalista, no qual o léxico, o sistema computacional, a Forma Fonética e a Forma Lógica constituem a arquitetura da gramática. Para justificar a incursão pela sócio-história do PB no capítulo anterior, reconhecemos que a emergência da

²⁷ Apêndice: *Corpus* da Pesquisa de Mestrado *Sujeito nulo indeterminado no português brasileiro: uma investigação diacrônica em Goiás*.

gramática do PB é acompanhada de dois momentos: a aquisição da língua portuguesa como L2 por ameríndios e africanos e a transmissão dessa língua adquirida como L2 a seus filhos nascidos no Brasil e em processo de aquisição de língua, sendo que esse último momento é o que caracteriza a constituição do português brasileiro na região de Goiás. Por fim, apresentamos os critérios e os métodos utilizados para a aquisição e a análise do *corpus* de nossa pesquisa. No capítulo a seguir, apresentamos nossa análise do *corpus* supracitado.

CAPÍTULO 3

Mudança na Expressão do Sujeito no Português Brasileiro: Um Estudo em Manuscritos Goianos

Conforme foi visto no capítulo precedente, construções sintáticas como em (9), na qual o sujeito é uma categoria vazia e o verbo se conjuga na terceira pessoa do singular, chamam a atenção do pesquisador gerativista para a discussão a respeito do parâmetro do sujeito nulo no PB.

(9) Nos nossos dias, não usa mais saia. (GALVES, 1987, p. 37)

A partir da análise quantitativa da ocorrência de sujeitos nulos na fala de falantes cultos do PB no Rio de Janeiro, por exemplo, Duarte (1995) sugeriu a possibilidade de o PB mudar de uma língua de sujeito nulo para uma língua de sujeito não nulo, tendo em vista que a reestruturação do quadro pronominal do PB teria reestruturado seu paradigma verbal e, conseqüentemente, limitado o licenciamento de sujeitos nulos referenciais. Por seu turno, Negrão (1999), a partir da análise de Huang (1984) para as línguas de sujeito nulo, assumiu que o PB seria uma língua de sujeito nulo orientada para o discurso, tendo em vista a função informacional dos constituintes da sentença no PB, isto é, funções de tópico do discurso ou foco, e também o escopo de sintagmas quantificados. Em nossa pesquisa, não debateremos minuciosamente as análises de Duarte (1995) e Negrão (1999), pois partimos de outra premissa: a de que o PB se caracteriza como uma língua de sujeito nulo parcial. Dessa forma, apresentamos, neste capítulo, a proposta de Roberts e Holmberg (2010) e de Holmberg e Sheehan (2010) para a marcação do parâmetro do sujeito nulo nas línguas naturais. Tratamos ainda da abordagem dada às construções com *se* por Raposo e Uriagereka (1996), de modo a evidenciar que essas construções também representam uma distinção entre a gramática do PE e a do PB. Com isso, analisamos os dados do *corpus* diacrônico desta dissertação à luz da hipótese de que o português brasileiro no século XIX, em Goiás, já se manifestara, em oposição ao PE, como uma língua de sujeito nulo parcial. Por fim, trazemos a proposta de

Pilati e Naves (2013) e Naves *et al.* (2013) para as construções com sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular no PB, observando que os dados diacrônicos que constituem o nosso *corpus* nesta pesquisa corroboram a análise das autoras.

3.1 Parâmetro do sujeito nulo e mudança sintática no português brasileiro

Os trabalhos seminais de Chomsky (1981), Huang (1984) e Rizzi (1986) apontam a ocorrência de sujeito nulo, referencial e definido em orações finitas, a livre inversão do sujeito e distintas terminações flexionais verbais para designar as pessoas do discurso como fatores gramaticais que podem condicionar a marcação do parâmetro do sujeito nulo das línguas naturais. Considerando esses argumentos, Roberts e Holmberg (2010, p. 1-14) distinguem quatro tipos de línguas que manifestam o parâmetro do sujeito nulo, quais sejam: a) línguas de sujeito nulo consistente, em que todas as pessoas são recuperadas por um pronome não expresso, pois distinguem as pessoas gramaticais nas terminações flexionais dos verbos – o italiano é um exemplo de língua de sujeito nulo consistente, conforme o exemplo em (10) com o verbo ‘beber’; b) línguas de sujeito nulo expletivo, que apresentam a característica de licenciar sujeito nulo expletivo, mas não licenciam sujeitos nulos referenciais, como ocorre com o alemão em (11); c) línguas de sujeito nulo orientadas para o discurso, que licenciam sujeito nulo livremente, sem, contudo, exibir uma gramática em que as terminações flexionais dos verbos recuperem as pessoas do discurso – igualmente essas línguas licenciam objetos nulos, conforme o exemplo do chinês em (12); d) e línguas de sujeito nulo parcial, que possuem três características: somente a primeira e a segunda pessoas do discurso podem ser recuperadas na morfologia verbal de determinadas orações finitas; o pronome definido de terceira pessoa na posição de sujeito só pode ser nulo quando é controlado por um argumento mais alto; pronomes genéricos devem ser nulos, como ocorre com o finlandês em (13).

- (10) a. **bevo** – 1^a p.s
 bevi – 2^a p.s
 beve – 3^a p.s
 beviamo – 1^a p.p
 beвете – 2^a p.p
 bevono – 3^a p.p

(11) Gestern war *(es) geschlossen.
Ontem estava (expletivo) fechado.
'Ontem estava fechado'

(12) a. Ø kanjian ta le
(ele) viu ele ASP
b. Ta kanjian Ø le.
Ele viu (ele) ASP
'Ele viu ele'

(13) Täällä ei saa polttaa
Aqui não pode fumar
'Não pode fumar aqui'

A partir da evidência de que a gramática do PB não mais apresenta terminações flexionais para cada pessoa do discurso como o PE, que é uma língua de sujeito nulo consistente como o italiano, Roberts e Holmberg (2010) e Holmberg e Sheehan (2010) assumem que o PB é uma língua de sujeito nulo parcial. Para justificar essa argumentação, Holmberg e Sheehan (2010, p. 125-152) argumentam que línguas de sujeito nulo parcial, além de apresentarem construções com verbo de tempo e sujeitos nulos não argumentais como em “Está chovendo”, apresentam sujeito nulo não referencial, como em (14a), costumam permitir sujeito nulo em orações finitas quando são controlados por um argumento de orações mais elevadas, como em (14b). Afirmam, ainda, que algumas línguas de sujeito nulo parcial permitem que a primeira e a segunda pessoa do discurso sejam expressas com pronomes nulos mesmo sem um antecedente linguístico e que nenhuma dessas línguas permite que um determinado sujeito nulo de terceira pessoa seja incorporado numa sentença finita sem um antecedente linguístico local. Em (14c), (14d) e (14e), apresentamos exemplos nossos para os últimos argumentos de Holmberg e Sheehan (2010) em relação à manifestação de sujeito nulo sem antecedente linguístico para a primeira, segunda e terceira pessoa do discurso, respectivamente.

- (14) a. É assim que faz o doce.
 b. O João₁ disse que (ele₁) tinha comprado uma casa.
 c. (1ª p.s) Vim de Pirenópolis ontem.
 d. *(2ª p.s) Nasceu em Jataí.
 e. *(3ª p.s) Nasceu em Jataí.

É preciso fazer duas observações quanto aos exemplos acima: em (14b), segundo o qual, para Holmberg e Sheehan (2010, p. 131), o antecedente da segunda oração só pode ser *João*, é possível que, no PB, o pronome nulo tenha como referente um elemento linguístico de uma pergunta como “Tem notícias do Pedro depois do casamento?” – (cf. (15)).

- (15) a. O João₁ disse que (ele₂) tinha comprado uma casa em Rio Verde, mas (ele₂) não se mudou ainda.

A segunda observação diz respeito à impossibilidade de o PB licenciar sujeito nulo de segunda e de terceira pessoa sem algum referente linguístico, como se pode ver em (14d) e (14e). Com a reestruturação do quadro pronominal e do paradigma verbal do PB, a segunda e a terceira pessoa tanto do singular quanto do plural possuem as mesmas terminações verbais, impossibilitando a interpretação da pessoa do discurso sem algum antecedente linguístico (cf. GALVES, 1987; DUARTE, 1995).

Ainda em relação aos exemplos de (14), interessa-nos sobretudo o exemplo (14a), no qual uma categoria vazia ocupa a posição de sujeito de um verbo na terceira pessoa do singular (HOLMBERG E SHEEHAN, 2010, p. 128). Conforme assinalamos, é interesse desta dissertação analisar esse tipo de construção em manuscritos goianos de modo a inferir a possibilidade de o PB em Goiás já ter se apontado como uma língua de sujeito nulo parcial no século XIX, considerando a hipótese de a aquisição do português por ameríndios e africanos e, posteriormente, a transmissão do português adquirido por ameríndios e africanos a seus descendentes terem provocado essa mudança no PB em Goiás.

Holmberg e Sheehan (2010, p. 129) associam construções com sujeito nulo indeterminado, como em (14a), às construções com *se*, também chamadas pela gramática tradicional de passivas sintéticas: “É assim que se faz o doce”. Faz-se necessário, portanto, mostrarmos algumas explicações teóricas para as construções com *se* no PB e também no PE, a fim de comentarmos o estatuto gramatical dos argumentos e complementos dessas

construções.²⁸

Segundo Naro (1976), as chamadas passivas sintéticas pela gramática tradicional, começaram a não mais apresentar o agente a partir do século XVI. Para o autor, o apagamento do PP agente da passiva, no período clássico da língua portuguesa, teria desencadeado a mudança na leitura da voz do verbo de passiva para ativa e, posteriormente, no padrão de concordância estabelecido por essas construções. Naro (1976) exhibe a agramaticalidade das passivas sintéticas com o agente expresso para o português contemporâneo (17a) em comparação com sua gramaticalidade em um verso de *Os Lusíadas*, correspondente ao português clássico (17b).

- (16) a. *Vendem-se estas casas pelos donos. (NARO, 1976, p. 780)
b. Aqui se escreverão novas histórias, por gentes estrangeiras. (NARO, 1976, p. 781)

Além da perda histórica do agente da passiva sintética, tem-se que construções com *se*, como em (18), passaram a ter influência de outra característica da gramática do PB, tornando-a cada vez mais distante da gramática do PE: a promoção de argumento interno para a posição de sujeito (cf. CYRINO, 2007). Em construções em que o argumento é promovido para a posição de sujeito, há, portanto, um sujeito lexical, como em (17).

- (17) a. A revista está xerocando. (CYRINO, 2007, p. 86)

(18) a. Xerocaram-se as revistas. (CYRINO, 2007, p. 87)
b. Xerocou-se as revistas. (CYRINO, 2007, p. 87)

É importante ressaltar que a construção (17) não ocorreria, no PE, segundo Cyrino (2007, p. 109), com o gerúndio, mas, sim, com verbo no infinitivo preposicionado com *a*: “A revista está a xerocar”.²⁹

²⁸ Todas as construções com sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular apresentadas nesta dissertação possuem verbo transitivo direto. Tem-se visto, no entanto, que algumas construções desse tipo são permitidas com verbos intransitivos e também com verbos não prototipicamente intransitivos, mas que requerem sintagma preposicional para se constituírem gramaticalmente, conforme os exemplos em (i) e (ii), que não estão no escopo de nossa pesquisa: (i) Precisa de copeiro na fazenda onde eu trabalho; e (ii) Vó, ligou lá de Porangatu pra senhora.

²⁹ Não nos comprometemos com a proposta de Cyrino (2007) nem com as outras que resenhamos nesta seção. Nossa intenção é apenas demonstrar as diferenças empíricas de gramaticalidade entre o PB e o PE nos dados que são objeto do nosso estudo e apresentar possíveis tratamentos teóricos oferecidos pelos autores que têm trabalhado com o tema.

Os pronomes clíticos, por serem átonos, estão sujeitos a restrições fonológicas e morfossintáticas. O resultado dessa interface é que os clíticos complementos podem ocupar posições que outros complementos em geral não podem. Numa abordagem minimalista das construções com *se* no PE, como em (16a), Raposo e Uriagereka (1996) afirmam que o clítico *se* ocupa a posição de sujeito e que o DP não se comporta como um DP que está na posição de especificador de T nem está ligado a uma categoria vazia. Para averiguar o estatuto do clítico e o comportamento do DP das construções com *se* em relação ao DP argumento externo de outras construções do PE, os autores realizam alguns testes. Um dos testes realizados demonstra o comportamento do sujeito de sentenças infinitivas complementos de predicados adjetivos, o qual pode ocupar uma posição pré-verbal nas formas ativas e passivas (cf. (19)). Em comparação com as construções com *se*, nota-se que o DP dessas construções não é aceito nessa posição, como em (20b).

- (19) a. Vai ser difícil os tribunais aceitarem os documentos.
b. Vai ser difícil os documentos serem aceites. (Raposo e Uriagereka, 1996, p. 754)
- (20) a. Vai ser difícil aceitarem-se os documentos.
b. *Vai ser difícil os documentos aceitarem-se. (Raposo e Uriagereka, 1996, p. 754)

Outro teste que os autores esboçam em relação ao comportamento do DP das construções com *se* está em (21), no qual se constata que: em (21a), a leitura é ambígua entre a interpretação indefinida ou recíproca; e, em (21b), a leitura é reflexiva/recíproca.

- (21) a. Os especialistas consultaram-se durante a operação.
b. Em que momento da operação os especialistas se consultaram?

Para Raposo e Uriagereka (1996, p. 765-766), ao comparar (21b) com (21a), a posição do DP da construção em (21a) é uma posição de tópico, tendo em vista que a posição do adjunto em PE se associa à posição de SpecTP, como em (21b), construção de leitura reflexiva. Os autores sugerem, então, que, em construções com *se* de leitura indefinida, o DP ocupe uma posição de tópico à esquerda de T, a saber: Force (F). Dessa forma, em (21a), por exemplo, a leitura indefinida se dá com o DP na posição de especificador de F, enquanto a leitura reflexiva se dá com o DP na posição de especificador de T.

Quanto ao Caso nominativo, que dá conta da concordância entre o DP e o verbo em sentenças como (21a), considerando a leitura indefinida, os pesquisadores propõem que o PE tem duas posições para checar o Caso nominativo: T e F. Para Raposo e Uriagereka (1996), SpecF é a posição em que o DP argumento interno das chamadas passivas sintéticas recebe Caso nominativo no PE, gerando a concordância. Os autores classificam, respectivamente, de construções com *se* indefinido as construções em que o DP ocupa a posição de especificador de F e estabelece a concordância com o verbo e de construções com *se* genérico as construções em que o DP não estabelece a concordância com o verbo, permanecendo na posição em que foi gerado, interno ao VP. Em relação à posição do clítico nas construções com *se* indefinido e genérico, os autores afirmam que *se* é um DP mínimo que possui traços semânticos reduzidos, como PRO, e, portanto, *se* checa o traço D de T, recebendo Caso nulo.

A explicação de Raposo e Uriagereka (1996) serve para o PE, mas, não serve completamente para o PB, pois, no PB, o DP argumento interno das construções com *se* indefinido não pode ocupar uma posição de tópico como F, uma vez que o tópico no PB é fonologicamente expresso à esquerda da sentença e se associa ao especificador de T (cf. PONTES, 1986, 1987; GALVES, 1998; CYRINO, 2007; entre outros). Dessa forma, seriam as construções com *se* genérico o padrão sintático adquirido, por excelência, para as construções com *se* pelos falantes do PB.

3.2 A emergência da gramática do português brasileiro em manuscritos goianos

Nunes (1990) mostra que já no século XIX algumas construções com *se* não apresentavam o clítico em contextos restritos, como o da coordenação. Nunes (1990) sugere, no entanto, que o apagamento do clítico em construções com *se* tenha se tornado algo predominante na gramática do PB no século XX, com certa influência da escolaridade. Na pesquisa de Nunes (1990), tem-se que, no século XIX, 6,3% de 206 construções encontradas em manuscritos, isto é, 13 construções, não apresentavam o clítico, enquanto no século XX cerca de 80% de 135 construções em contexto oral, isto é, 107 construções, não apresentavam o clítico *se*. Numa posição distinta da de Nunes (1990), sugerimos que, no século XIX, a gramática inovadora do PB já havia emergido, licenciando construções com sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular.

Para averiguar nossa hipótese, constituímos um *corpus* linguístico a partir de manuscritos goianos com dados de construções com sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular, construções com sujeito nulo indeterminado canônico (isto é, com categoria vazia na posição de sujeito e verbo na terceira pessoa do plural) e construções com *se* indefinido e genérico. Lembramos que os documentos que compõem o *corpus* são uma edição *fac-símile* do *Diário de viagem do Barão de Mossâmedes (1771-1773)*, organizada por Pinheiro e Coelho (2006), e o *Memorial de lembrança de Anna Joaquina da Silva Marques (1881-1930)*, ambos legalmente arquivados no Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, em Goiânia, Goiás. Vale ressaltar que, em relação ao *Diário*, selecionamos apenas dados de sua segunda parte, escrita em 1773 e denominada *Diário 2º da Marcha* no frontispício do manuscrito. No que concerne ao *Memorial*, tendo em vista o recorte temporal dado à nossa investigação, utilizamos apenas dados registrados entre os anos de 1881 e 1889 (século XIX).

Os documentos foram escritos por dois homens de provável origem portuguesa e por uma mulher goiana, respectivamente. Um dos escribas do *Diário* tem identidade anônima, e o outro é Tomás de Souza Villa Real, geógrafo e autor de dois mapas da capitania de Goiás. Apesar dos autores do *Diário* terem provável origem portuguesa, o local de produção dos manuscritos foi no Brasil, em Goiás, no século XVIII. A autora do *Memorial*, Anna Joaquina da Silva Marques, segundo Carvalho (2008), nasceu em 1855 e faleceu em 1932, aos 77 anos. Era natural da cidade de Goiás e filha de Luisa Joaquina da Silva, mulher que nunca se casou e foi mãe de outros cinco filhos: Esmira, Antônio (Totó), Pacífica, Maria (Mariquinha) e Luisa. Duas de suas filhas tornaram-se ilustres professoras da cidade de Goiás: Pacífica Josefina de Castro (mestre Nhola) e Luisa Joaquina da Silva Marques (mestre Lili).

Segundo Carvalho (2008), a mãe de Anna Joaquina da Silva Marques manteve relacionamentos com diferentes homens ao longo da vida. Seus filhos eram chamados “filhos naturais”, expressão para designar filhos nascidos de “relações ilícitas”. Apesar disso, tanto a mãe quanto os filhos participavam intensamente da vida social da cidade de Goiás. Para Carvalho (2008), o fácil acesso e a aceitabilidade da família de Luisa Joaquina da Silva pela sociedade goiana teria se dado justamente por seus relacionamentos amorosos. O autor questiona a origem étnica de Luisa Joaquina da Silva devido às condições em que viveu e criou seus filhos. Apesar de não haver documentos que precisem (talvez por omissão) a origem étnica de Luisa Joaquina da Silva e também de seus filhos, a condição de mãe solteira que passa a deter certo poder aquisitivo com os relacionamentos com os pais brancos de seus

filhos indica, para Carvalho (2008), que Luisa Joaquina da Silva era mestiça, provavelmente de origem indígena.

Naquele período, em Goiás, o relacionamento interétnico já não resultava tanto em casamento entre homens brancos e mulheres indígenas, africanas ou mesmo mestiças, possibilitando especialmente casos extraconjugais, como os vividos por dona Luisa Joaquina da Silva. A hipótese de Carvalho (2008) pressupõe que Anna Joaquina da Silva Marques, a autora do *Memorial*, se inclui dentre os mestiços que, de acordo com nossa hipótese, teriam sido os responsáveis pela emergência da gramática do português brasileiro durante o processo de aquisição de língua materna. No *Memorial*, encontramos trechos em que a relação com indígenas por parte de Anna Joaquina da Silva Marques não parece ser um grande tabu: ela foi madrinha de Januária, uma menina designada por ela como de descendência “tapuia”, o que não precisa a origem étnica da menina, mas indica sua descendência indígena.

Iniciando a análise dos dados de nosso *corpus*, apresentamos a seguir dois quadros em que contabilizamos a ocorrência dos tipos de construções em cada documento, lembrando que os tipos de construção são: (i) construções com sujeito nulo indeterminado canônico, isto é, construções com verbo na terceira pessoa do plural e categoria vazia na posição de sujeito; (ii) construções com sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular, uma característica das línguas de sujeito nulo parcial que chamaremos nas ilustrações a seguir de sujeito nulo indeterminado não canônico; (iii) construções com *se* indefinido e (iv) construções com *se* genérico, nos termos de Raposo e Uriagereka (1996).

Ilustração 8: *Dados dos tipos de construção do Diário que compõem o corpus.*

Sujeito:	Tipos de construção:	Ocorrências:	Porcentagem:
<i>pro</i>	Sujeito nulo indeterminado canônico	7	15,22%
	Sujeito nulo indeterminado não canônico	zero	zero
SE (DP mínimo)	Construções com <i>se</i> indefinido	10	21,74%
	Construções com <i>se</i> genérico	29	63,04%
Total:		46	100%

Ilustração 9: *Dados dos tipos de construção do Memorial que compõem o corpus.*

Sujeito:	Tipos de construção:	Ocorrência:	Porcentagem:
<i>pro</i>	Sujeito nulo indeterminado canônico	6	10,17%
	Sujeito nulo indeterminado não canônico	38	64,40%
SE (DP mínimo)	Construções com <i>se</i> indefinido	zero	zero
	Construções com <i>se</i> genérico	15	25,43%
Total:		59	100%

A primeira observação que fazemos dos dados é em relação às construções com *se* indefinido e genérico. No *Diário*, escrito no século XVIII, elas são predominantes e correspondem a 84,78% das construções. Por outro lado, nos dados do *Memorial*, escrito no século XIX, não há sequer dados de construções com *se* indefinido e pouco mais de 25% de construções com *se* genérico. De imediato, vemos tratar-se de duas gramáticas distintas. Essa primeira observação nos remete à argumentação de Galves (2001) em relação à gramática do PB.

O elemento de concordância da terceira pessoa não é mais suficiente para atribuir referência determinada ao sujeito nulo. Na ausência de sintagma nominal na sentença que possa servir de antecedente, usa-se preferencialmente o pronome lexical *ele*, que deixa visíveis os traços pronominais que a flexão não tem mais e chega a desempenhar o próprio papel de concordância, ao ser empregado junto com o SN lexical sujeito (...). Na ausência de um pronome ou de algum antecedente possível, a interpretação do sujeito nulo de um verbo na terceira pessoa é de indeterminação. O *se* indeterminado não tem mais razão de ser. (GALVES, 2001, p. 53).

No *Diário*, nenhuma das construções com *se* apresenta discordância entre o argumento interno e o verbo em termos dos traços flexionais de número e pessoa. Dessa forma, em todas as construções com *se* em que o DP argumento interno está no plural, o DP tem os traços de concordância valorados, conforme em (22).

- (22) a. e **se tirarão** muntas arrobas de Ouro
b. e no mesmo perigo **se vem** os Reais Quintos de sua Magestade quando todos os anos sam conduzidos da Intendência de Sam Felis para os Cofres de Villa Boa
c. outros produtos maravilhozos **se tem** visto neste terreno, que tem menos de hum outavo de legoa
d. Pellas Arvores da vezinhança do Povo, **se ouviam** continuadas vozes dos meninos
Viva sua Excellencia
e. fóy fundado no anno de 1737., andando-se sucavando o seu Ribeyram na deligencia de ouro, achando-se munto **se effectuaram** muntas Minas
f. onde lhe fés o R^{do}. Vigr^o. as cerimonias, q **se partiam**
g. Enformado S. Ex^a. m^{to}. antes, e vendo ali ocularm^{te}. o facil modo com q. **se podião** fazer extravios de ouro
h. e naquellas eminencias **se admirarão** as muntas cachoeiras de christalisanas aguas

- i. Mandou lançar hum bando com circunstances taes q. por elle **se evitaram** os vadios desta capitania
- j. as novas Bandeiras, q **se estão apromptando** p^a. novos Descubertos de ouro

Considerando o padrão de concordância do PE para as construções com *se*, apenas uma construção com *se* genérico do *Memorial* poderia ter apresentado verbo no plural por causa do DP argumento interno pluralizado. Contudo, o verbo aparece no singular, ou seja, sem marca de concordância explícita com o DP argumento interno – em oposição aos dados encontrados no *Diário* e exemplificados em (22):

- (23) a. Dia 10 depois do cazam.¹⁰ **dansou-se** 2 quadrilha.

Os dados do *Memorial* de construções com *se*, que não exibem construções com *se* indefinido, evidenciam a gramática do PB, enquanto os dados do *Diário* em (22) mostram uma gramática mais próxima do PE, sendo passíveis de serem analisadas, por exemplo, de acordo com a proposta de Raposa e Uriagereka (1996).

A ocorrência de construções com *se* genérico no *Memorial* apresenta uma característica interessante e que fornece pistas para explicar a mudança no padrão de concordância das construções com *se* no PB: das 15 ocorrências, seis delas, isto é, 40% apresentam objeto nulo. Reproduzimo-las a seguir.

- (24) a. Hoje comprarão-me um bilhete de loteria (da corte (hoje q' **mandou-se**)
 b. Dia 28 denoite nós todos fomos em caza do Cap.^m Florambel, assistir o entremez depois **finalizou-se** com baile, esteve m¹⁰ bom
 c. Dia 23 as 3 horas da manhã Manoel daqui morreu as 2 oras **enterrou-se**
 d. Dia 19 Maria Altina f.^a do Snr.' Luiz Jardim morreu. **enterrou-se**
 e. Dia 31Cazou-se a f.^a do Cap.^m Jorge (Honorina com o S.^f Toto Veiga fui ver do Liceu p.q.' o casaz.¹⁰ Sahio da caza do S.^r. Joaq.^m Gustavo, e **celebrou-se** na Boa Morte.
 f. Dia 28 depois a Comedia em 1º de Abril Comedia Composta p.¹⁰ S.^f Raphael Torres. **findou-se** a ½ noite. Toto fez parte da Comedia.

Somente uma construção com *se* apresentou objeto nulo nos dados do *Diário*.

- (25) a. e [sua Ex^a.] tomou quartel no Córrego do Refresco, que pelo munto que alí mandou o Doutor Ouvidor, de frutas, e ortalice assim **se chamou**.

De acordo com a análise de Raposo e Uriagereka (1996) para as construções com *se*, o clítico é um DP mínimo que ocupa a posição de sujeito, mas não possui traços de número plural. Assim, os autores assumem que, nas construções com *se* indefinido, o DP argumento interno estabelece a concordância no plural em SpecF, enquanto o DP mínimo *se* estabelece a concordância das construções com *se* genérico no singular, presentes tanto no português europeu quanto no português brasileiro. Inferimos disso que uma das razões de se poder apagar o objeto das construções com *se* genérico é o fato de, tanto para o PB quanto para o PE (apesar da maior ocorrência de dados em nosso *corpus* no PB), o argumento interno de construções com *se* genérico não estabelecer a concordância com o verbo.

Observamos, também, que o número de ocorrências de construções com sujeito nulo indeterminado canônico é quase o mesmo nos dois documentos. Sugerimos que ambas as línguas possuem a indeterminação com verbo no plural como característica de língua de sujeito nulo, quer seja sujeito nulo consistente, quer seja sujeito nulo parcial. Em (34), transcrevemos os dados do *Memorial* de construções com sujeito nulo indeterminado canônico.

- (26) a. Dia 6 as 3 horas estávamos jantando, q.^{do} **vierão** chamar D.^r Azeredo p.^a ir vêr o S.^r Ant.^o Alves q' tinha tido u[m] ataque, q.^{do} o Azeredo chegou em caza de Tiasenhora, já o achou morto
- b. Dia 23 Hoje **comprarão-me** um bilhete de loteria (da corte
- c. Dia 19 Chegou aqui, O C.^{el} Gama; e foi recebido com muzicas – menores e do batalhão – vimos a Chegada, apiou em caza de D. Leonôr q.' foi alugada p.^a elle depois **vierão** me chamar p.^a a caza de D.^r Paês Leme q.' a minha afilhada Januaria – tinha falecido; eu fui p.^a lá visita-la. vim as 6 oras da noite.
- d. Dia 7 houve Tedeum, depois guarda de honra, no largo do Pal.^o denoite Baile q' **offerecerão** ao Vicepresidente: Felicissimo
- e. [Dia] 24 Eu e Nhola fomos ao Baile q' **offerecerão** a D.^r Delegado em despedida.
- f. [Dia] 2 Mariq.^a estava aqui q.^{do} **vierão** Chamar q.' a viúva do João Netto estava lá

O resultado que mais nos chama a atenção é a altíssima porcentagem de construções com sujeito nulo indeterminado não canônico presentes no *Memorial*: 63%. No *Diário*, não houve ocorrência desse tipo de construção. São essas evidências que sustentam nossa hipótese: no século XIX, o português brasileiro em Goiás já apresentava uma das propriedades gramaticais de uma língua de sujeito nulo parcial: o licenciamento de sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular. Vejamos alguns dados.

- (27) a. Dia 30 **Baptizou** á f.^a do Snr' M.^{el} Thomaz, forão os pad.^{ros} Ritinha f.^a do Ant.^o Pinto, e o Jozino f.^o do Angelo Gusmão. Denoite hove baile em caza do Baptizado
- b. Dia 17 Faleceu o Cadête Candido Gonsaga, e **enterrou** dia 18
- c. Dia 8 Domingo. dedarte hove Missão no S. Francisco. q.' nesse dia **enficou** o Cruz.^o
- d. Dia 18 Faleceu a filha do Snr' Paulo Marques. Dia 18 as 8 horas da manhã **enterrou** a.
- e. Dia 15 depois da novena **alevantou** mastro de N. S. do Carmo
- f. Dia 4 Faleceu a D. Lin...] m.^{er} do Cap.^m João Berquó p.^a amanhecer. Faleceu a S.^{ra} Ninica derepente, nesse dia **enterrou** ambas 1 demanhã a outra de detarde.
- g. [Dia] 16 **Derubou** a 2^a parede da escola de Lili
- h. [Dia] 20 **Arrancou** as partileira da venda, detarde Silvia veio
- i. Dia 4 Nos todos fomos a missa as 8 oras da manhã Falacerão P.^e José Iria e o C.^{ol} Constacio Rib.^o da Maia este **sepultou** detarde e aquelle foi depositado na Bôa morte p.^a outro dia
- j. Dia 20 **Derubou** a frente do Carmo (outubro de 1898)
- k. Dia 29 Eu Maria e Annica Macedo fomos no Theatro **representava** (Direito por linhas torta)
- l. Dia 14 **princiou** fazer estuqui aqui na Sala
- m. Dia 19 **Pintou** o estuque da sala
- n. Dia 23 **esteve** aqui trabalhando fazendo soalho Nessa noite Nhola foi conversar com Silvina Sobre o Leilão de N. S. do Carmo.
- o. Dia 19 **Pôz** punho na rede.
- p. Dia 2 **acabou de fazer** o vestido amarelo q.' Toto me deo dia 29 de Jan.^o
- q. Dia 8 **Limpou** o pôsso da Escola de Nhola
- r. Dia 18 **pôs** remendo no Sofa da varanda
- s. Dia 15 **apartou** a escola de Lili, p.^a dar outro lanço p.^a João Athanzio

As construções do *Memorial* revelam a gramática de uma língua de sujeito nulo parcial, especificamente por sua possibilidade de licenciar sujeito nulo de referência indeterminada com verbo terceira pessoa do singular. Em suma, o *Memorial de lembrança de Anna Joaquina da Silva Marques (1881-1930)* exhibe-nos a emergência da gramática do português brasileiro em Goiás, enquanto o *Diário de viagem do Barão de Mossâmedes (1771-1773)* exhibe-nos a vertente europeia da língua portuguesa chegada em Goiás.

3.3 Sujeito nulo indeterminado no português brasileiro: aspectos sintáticos e semânticos

Apesar de licenciadas pelo parâmetro do sujeito parcial, construções com sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular são, segundo Pilati e Naves (2013) e Naves *et al.* (2013), favorecidas por determinados contextos sintáticos no PB. As autoras defendem que, no PB, um elemento dêitico com leitura locativa ou temporal licencia sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular, como na sentença seguir.

- (28) a. Aqui vende fruta. (NAVES *et al.*, 2013)
b. Hoje vende fruta. Amanhã vai vender verdura. (NAVES *et al.*, 2013)

As autoras relacionam a gramaticalidade dessas construções às condições que determinam a possibilidade restrita da ordem VS no PB, que também é licenciada sob o requerimento de uma relação dêitica com o tempo da fala (cf. PILATI, 2006). Assim, construções como (29) só são produzidas em contextos restritos: (29a) somente é proferida no momento em se dá/recebe a notícia de que Pavarotti morreu, enquanto (29b) somente é dita simultaneamente ao término de um jogo.

- (29) a. Morreu Pavarotti. (PILATI, 2006, *apud* NAVES *et al.*, 2013)
b. Ergue o braço o juiz. (PILATI, 2006, *apud* NAVES *et al.*, 2013)

As autoras mencionam que construções com sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular não estão restritas a orações simples ou principais, mas também podem ocorrer em orações encaixadas, como em (30a).

- (30) a. Maria disse que aqui e_{*i/arb} vende frutas. (NAVES *et al.*, 2013)
 b. Maria_i disse que e_{i/ *j} vende frutas. (NAVES *et al.*, 2013)

Naves *et al.* (2013) observam que caso não houvesse um elemento de leitura locativa em (30a), a única leitura possível para a construção seria a de que o pronome nulo fosse referente de *Maria*, como em (30b). Na proposta de Pilati e Naves (2013), a presença de um elemento dêitico de leitura locativa ou temporal é condição para satisfazer o traço EPP de T em construções com sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular, afinal, como a leitura referencial de terceira pessoa no PB é bastante restrita, construções como (28) passam a não mais conter um elemento nominal com traço D capaz de satisfazer EPP.

De acordo Naves *et al.* (2013), em construções como (28), o elemento locativo/temporal deve ser gramaticalmente interpretado como um pronome adverbial que satisfaz o EPP (nos casos em que há um elemento pré-verbal expresso, como em (28)) ou como um expletivo nulo (nos casos em que não há um elemento pré-verbal manifesto (como em (29))). Essa explicação, que pressupõe uma cisão na categoria pronominal e uma divisão no sistema flexional do PB, também busca responder não só o licenciamento de construções com sujeito nulo indeterminado, mas também construções com tópico-sujeito, construções de ordem VS e do sujeito de construções com verbo de tempo. Naves *et al.* (2013) propõem ainda uma distinção formal da terceira pessoa nas línguas de sujeito nulo consistente, como o PE, e nas línguas de sujeito nulo parcial, como o PB: em línguas de sujeito nulo consistente, a terceira pessoa apresenta traços + definido, + referencial e + pessoal, enquanto em línguas de sujeito nulo parcial a terceira pessoa apresenta esses traços subespecificados.

Uma característica do *Memorial de lembrança de Anna Joaquina da Silva Marques*, que possivelmente contribuiu para a ocorrência dos dados de sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa, é o uso de elementos dêiticos temporais, quer seja com advérbios, quer seja com a forma de anunciar, à mão, os acontecimentos do dia: *Dia “tal”*. As sentenças a seguir, retiradas do *Memorial*, corroboram a hipótese apresentada por Pilati e Naves (2013) e Naves *et al.* (2013), pois apresentam um elemento dêitico de referência temporal em posição pré-verbal:

- (31) a. [Dia] 1º Segunda-feira Houve instalação do Congresso q’ passou pacificamente. nesse dia **desmanchou** a ponte do Carmo.

- b. Dia 8 **Limpou** o pôsso da Escola de Nhola
- c. Dia 18 **pôs** remendo no Sofa da varanda
- d. Dia 15 **apartou** a escola de Lili, p.^a dar outro lanço p.^a João Athanzio

O *Memorial* registra ainda outra característica da gramática do PB que o caracteriza como língua de sujeito nulo parcial – nos termos de Pilati e Naves (2013) e Naves *et al.* (2013): construções com ordem VS em contexto dêitico:

- (32) a. Dia 16 Faleceu o Jovem Sebastião da Cunha Moraes.
- b. Dia 4 morreu um[a] criança perdida no mato.

Para finalizar esta seção, fazemos menção a um importante aspecto das línguas de sujeito nulo parcial, que diz respeito à leitura das construções com sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular. Com base especialmente em dados do finlandês, Roberts e Holmberg (2010) e Holmberg e Sheehan (2010) afirmam que o sujeito dessas construções possui especificamente leitura genérica, na qual falante e ouvinte estão inclusos no evento expresso pelo verbo. Pilati e Coutinho Vieira (2013), no entanto, demonstram que essas construções no PB também apresentam leitura arbitrária, na qual falante e ouvinte estão excluídos do evento, contrariando o argumento de Roberts e Holmberg (2010) e Holmberg e Sheehan (2010) sobre a exclusiva leitura genérica do sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular nas línguas de sujeito nulo parcial. Uma construção fornecida pelas autoras para demonstrar, por exemplo, a leitura arbitrária das construções com sujeito nulo indeterminado e verbo na terceira pessoa do singular no PB está em (33a), na qual a semântica do elemento dêitico de referência locativa (*lá na padaria*) parece restringir a leitura do sujeito a uma leitura arbitrária, excluindo o falante e o ouvinte do evento descrito pelo verbo – no *Memorial*, construções com sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular também apresentam leitura arbitrária, conforme podemos ver em (33b) e (33c).³⁰

- (33) a. Lá na padaria não vende fruta. (PILATI E COUTINHO VIEIRA, 2013)
- b. Dia 8 Domingo. dedarte hove Missão no S. Francisco. q.' nesse dia **enficou** o Cruz^o.
- c. Dia 15 depois da novena **alevantou** mastro de N. S. do Carmo.

³⁰ Em sua dissertação (em elaboração), Coutinho Vieira (2014) apresenta as divergências e convergências na literatura gerativista a respeito das propriedades da morfologia de pessoa no PB. A autora pretende apresentar dados não analisados pela literatura, a fim de incrementar o debate em torno, especialmente, do comportamento da morfologia de terceira pessoa do singular no PB e sua caracterização como língua de sujeito nulo parcial.

3.4 Síntese do capítulo

Neste capítulo, explicamos porque, no âmbito da Teoria Gerativa, o PB é considerado uma língua de sujeito nulo parcial. Vimos que a reorganização do quadro pronominal e do paradigma verbal do PB está relacionada à sua mudança de marcação paramétrica. Apresentamos a proposta de Raposa e Uriagereka (1996) para as construções com *se* no PE, a partir da qual pudemos mostrar que o PB não apresenta construções com *se* indefinido, isto é, construções em que o argumento interno estabelece a concordância com o verbo, como em “Vendem-se estas casas”. Analisamos os dados de nosso *corpus* de pesquisa de modo a evidenciar que, desde o século XIX, o PB em Goiás apresentava produtivamente construções com sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular, uma das propriedades de línguas de sujeito nulo parcial. Por fim, apresentamos o tratamento de base minimalista dado por Pilati e Naves (2013) e por Naves *et al.* (2013) às características sintático-semânticas das construções com sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular no PB, na qual se confere a um elemento dêitico locativo ou temporal o licenciamento desse tipo de construção – os dados do *Memorial* corroboram essa análise, uma vez que as ocorrências de sujeito nulo indeterminado não canônico estão ancoradas temporalmente na especificação da data em que os eventos aconteceram, ou seja, configura-se uma dêixis temporal, que licencia a ocorrência de dados com leitura indeterminada da 3ª pessoa do singular sem *se*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizando o arcabouço teórico da Linguística Histórica e da Teoria Gerativa, esta dissertação buscou explicar como e porque a mudança sintática na expressão do sujeito ocorreu no português brasileiro. Para isso, articulamos os conceitos de língua e tempo de modo a correlacionar a evidenciada mudança paramétrica na expressão do sujeito com aspectos sócio-históricos da formação do português brasileiro, especificamente os aspectos políticos e populacionais que determinaram a língua portuguesa como língua predominante no território colonial que viria a ser o Brasil.

Pesquisas gerativistas têm constatado que o português brasileiro apresenta propriedades de uma língua de sujeito nulo parcial, em oposição ao português europeu, que é uma língua de sujeito nulo consistente. Sabemos que, no âmbito da Teoria Gerativa, o pesquisador não pode estabelecer um elo entre a evidência transmitida e a gramática adquirida durante o processo de aquisição de língua (KROCH, 2001). O que se pode constatar é a mudança. Desse modo, buscamos explicar como se deu a mudança na expressão paramétrica do sujeito no PB em Goiás em termos de aquisição, associando a mudança ao contexto sócio-histórico. Sugerimos que a aquisição da língua portuguesa no Goiás colonial se deu em dois momentos: num primeiro momento, houve a aquisição do português europeu por ameríndios e africanos; num segundo momento, a aquisição do português adquirido como L2 por ameríndios e africanos a seus filhos, a maioria mestiços.

Vimos que o processo colonizador europeu, sustentado pelo tráfico negreiro, propiciou a interação entre povos e a formação de línguas resultantes do contato linguístico na América portuguesa, como a língua geral paulista, na região mais costeira, o *nheengatu*, na região amazônica, e o *guarani criollo*, nas adjacências da região sul. Apesar de resultar na formação de línguas, a colonização portuguesa foi acima de tudo um processo imperioso que silenciou quase 90% das línguas ameríndias que existiam na América portuguesa e deixou apenas resquícios lexicais de algumas das várias línguas africanas transplantadas nos navios negreiros.

A colonização resultou ainda num outro complexo processo na América portuguesa: a mestiçagem. O Brasil é o único país do comércio tripartite do tráfico negreiro que a população majoritariamente se miscigenou. Atualmente, a maioria da população brasileira é negra,

categoria na qual se inclui pretos e pardos, e possui os menores índices de escolaridade e de renda do país. Os indígenas hoje sequer chegam a um milhão de habitantes. Ou foram mortos ou se miscigenaram. É durante esse complexo e violento processo de mestiçagem que argumentamos ter emergido a gramática do português brasileiro em Goiás. Isso faz-nos supor que, em Goiás, foram as crianças de origem mestiça que provocaram a mudança paramétrica na língua durante o processo de aquisição de língua.

A partir disso, inferimos que a constatada mudança deveria se revelar em manuscritos datados do século XIX, período em que a mestiçagem já era um fator indubitável da constituição da sociedade brasileira e a língua portuguesa dominante. Evidentemente, devido à imensidão de seu território, cada região do país teve suas idiossincrasias em relação aos aspectos sócio-históricos da constituição do português brasileiro. Por isso, limitamos nosso escopo de investigação ao Brasil Central, especificamente na região de Goiás, na qual desde sua ocupação, no século XVIII, houve a preocupação de se estabelecer o português como língua da região e a mestiçagem foi um mecanismo de sobrevivência para índios, africanos e seus descendentes.

Nossa pesquisa em manuscritos goianos corroborou nossa hipótese de investigação: no século XIX, o PB já se caracterizara como uma língua de sujeito nulo parcial. Analisamos dois manuscritos datados, respectivamente, do século XVIII e XIX. Observamos que a gramática apresentada em cada manuscrito difere entre si: no *Diário de viagem do Barão de Mossâmedes (1771-1773)*, vimos uma gramática semelhante à gramática portuguesa; no *Memorial de lembrança de Anna Joaquina da Silva Marques (1881-1930)*, vimos uma gramática semelhante à gramática do português brasileiro contemporâneo. Vale ressaltar que, em relação ao *Diário*, selecionamos apenas dados de sua segunda parte, escrita em 1773 e denominada *Diário 2º da Marcha* no frontispício do manuscrito, e, em relação ao *Memorial*, utilizamos apenas dados registrados entre os anos de 1881 e 1889 (século XIX).

Os tipos de construções sintáticas que estudamos nos manuscritos foram construções com sujeito nulo indeterminado com verbo na terceira pessoa do singular e também do plural, construções com *se* indefinido e construções com *se* genérico. Os aspectos gramaticais caracterizadores da gramática do português brasileiro encontrados no manuscrito do século XIX, em comparação com o manuscrito do século XVIII, foram: (i) a ausência de construções com *se* indefinido, nas quais o argumento interno estabelece concordância com o verbo; (ii) a ocorrência de construções com *se* genérico com objeto nulo; e (iii) a predominância de sujeitos nulos indeterminados na terceira pessoa do singular, propriedade constitutiva das

línguas de sujeito nulo parcial (cf. ROBERTS E HOLMBERG, 2010; HOLMBERG E SHEEHAN, 2010).

Não intentamos em nossa pesquisa fornecer uma explicação formal para o licenciamento de construções com sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular no português brasileiro, por isso, expusemos os trabalhos de Pilati e Naves (2013) e Naves *et al.* (2013), os quais procuram dar um tratamento formal para essas construções. Nosso intento foi, sobretudo, ampliar o escopo do estudo da constituição da gramática do português do Centro-Oeste brasileiro no âmbito da Teoria Gerativa, alargando as agendas de pesquisa e mostrando que não há como contar a história interna e externa de uma língua a partir de um único *locus* e de uma única perspectiva.

REFERÊNCIAS

- ALDEN, D. The population of Brazil in the Late Eighteenth Century: A Preliminary Study. *The Hispanic Americal Historical Review*, vol. 43, n. 2, p. 173-206, 1963.
- ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARRUDA, J. J. A. O império tripolar: Portugal, Angola, Brasil. In: SCHWARTZ, S.; MYRUP, E. L. (Org.). *O Brasil no império marítimo português*. Bauru: EDUSC, 2009, p. 509-531.
- ATAÍDES, J. M. A chegada do colonizador e os Kayapó do Sul. OSSAMI DE MOURA, M. C. (Org.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: Editora da UCG, 2006, p. 51-88.
- BERTRAN, P. *Notícia geral da capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás; Solo Editores, 1997.
- BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. FIORIN, J. L.; PETTER, M. T. (Orgs.). *África no Brasil – a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 15-73.
- BORGES, D. V. C. *Construções causativas no português do Centro-Oeste nos séculos XVIII-XIX e no português atual*. 2008. 122 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, 2008.
- BORGES, D. V. C.; SALLES, H. M. M. L.; PILATI, E. O projeto O Centro-Oeste na história do Português Brasileiro: subsídios da sócio-história ao estudo da mudança linguística e hipóteses de trabalho. CARDOSO, C.; SCHERRE, M. M.; SALLES, H. M. M. M. (Org.). *Varição linguística: contato de línguas e educação*. Belo Horizonte: Ed. Pontes, 2012, v. 1, p. 219-237.
- CARVALHO, E. F. *O rosário de Aninha: os sentidos da devoção rosarina na escritura de Anna Joaquina Marques (Cidade de Goiás, 1881-1930)*. 2008. 285 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2008.
- CHAIM, M. M. *Os aldeamentos indígenas na capitania de Goiás: sua importância na política do povoamento (1749-1811)*. Goiânia: Oriente, 1974.
- CHOMSKY, N. *Knowledge of language: its nature, origin, and use*. New York: Praeger, 1986.
- CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding theory*. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, N. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Cambridge, MIT Press, 1995.

COUTINHO VIEIRA, J. M. *Tópico proeminente e sujeito nulo: questões em aberto*. Dissertação de mestrado em andamento, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, 2014.

CYRINO, S. M. L. Construções com SE e promoção de argumentos no português brasileiro: uma investigação diacrônica. *Revista da Abralin*, Brasília, v. 6, p. 85-116, 2007.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2011.

DEGRAFF, M. Creolization, language change, and language acquisition: An epilogue. DEGRAFF, M (Org.). *Language creation and language change: creolization, diachrony, and development* (p. 473-543). Cambridge: MIT Press, 1999.

DIETRICH, W. Guaraní criollo y guaraní étnico en Paraguay, Argentina y Brasil. CREVELS, M. et al. *Current Studies on South American Languages* [Indigenous Languages of Latin America, 3], p. 31-41. Leiden: Research School of Asian, African, and Amerindian Studies, 2002.

DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro*. 1995. 151 f. Tese (doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

FIGUEIREDO, C. G.; OLIVEIRA, M. S. D. Português do município do Libolo, Angola, e português afro-indígena da comunidade de Jussara, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização. *PAPIA*, v. 23 (2), p. 1-87, 2013.

FLORENTINO, M. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GALVES, C. A sintaxe do português brasileiro. *Ensaaios de Linguística*, v. 13, p. 31-50, 1987.

GALVES, C. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. *Caderno de Estudos da Linguagem*, v. 34, p. 19-32, Campinas, jan./jun., 1998.

GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

GUASTI, M. T. *Language acquisition: the growth of grammar*. Massachusetts: Institute of Technology of Massachusetts, 2003.

HAUSER, M. D.; CHOMSKY, N.; FITCH, W. T. The faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve?. *Science*, n. 298, p. 1569–1579, 2002.

HAUSER, M. D.; FITCH, W. T.; CHOMSKY, N. The evolution of the language faculty: clarifications and implications. *Cognition*, n. 97, p. 179-210, 2005.

HOLMBERG, A.; M. SHEEHAN. Control into finite clauses in partial null-subject languages. BIBERAUER, T. *et al. Parametric Variation: null subjects in Minimalist Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

HOUAISS, A. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1985.

HUANG, C.-T. J. On the distribution and reference of empty pronouns. *Linguistic Theory*, v.15, p. 531-573, 1984.

KATO, M. *A língua-I do brasileiro letrado* (palestra). Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

KENNEDY, D. P.; PERZ, S. G. Who are Brazil's *Indígenas*? Contributions of census data analysis to anthropological demography of indigenous populations. *Human Organization*, v. 59, p. 311-324, 2000.

KROCH, A. 2001. Syntactic change. BALTIN, M.; COLLINS, C. (orgs.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Oxford: Blackwell.

LOBATO, L. Sobre a questão da influência ameríndia na formação do português do Brasil. SILVA, D. E. G. (Org.). *Língua, gramática e discurso*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006, p. 54-86.

LOIOLA, M. L. *Trajetórias para liberdade: escravos e libertos na capitania de Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 2009.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 101-124.

LUNGUINHO, M. V. S.; MEDEIROS, P. 2009. Inventou um novo sujeito: características sintáticas e semânticas de uma estratégia de indeterminação do sujeito no português brasileiro. *A Interdisciplinar – Revista de Estudos em Língua e Literatura*. Sergipe, v. 9, p. 7-21.

MARCÍLIO, M. L. A população do Brasil em perspectiva histórica. COSTA, I. N. (Org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986, p. 11-27.

MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTOSO, K. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. *Novo manual de sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2013.

MORAES, C. C. P. Devotos de Nuestra Señora del Rosario de los Hombres Negros y seguidores del Vudú: Los rituales sudaneses en la región de los Guayases al final del siglo XVIII. CORTÉS ZAVALA, M. T.; et al. (Org.). Michoacan – México: Universidad Michoacan de San Nicolas de Hildalgo; Goiânia: UFG/CECAB, 2002, p. 71-92.

NARO, A. The genesis of the reflexive impersonal in Portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon. *Language* (Baltimore), New York, v. 52, p. 779-810, 1976.

NAVES, R. R.; PILATI, E.; SALLES, H. As cidades da Amazônia chovem muito: Non-thematic subjects and the properties of agreement in Brazilian Portuguese (BP). *Portuguese Linguistics in the United States*, University of Georgia, Athens, November 15TH, 2013b.

NEGRÃO, E. V. *O português brasileiro: uma língua voltada para o discurso*. 1999. 214 F. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

NUNES, J. *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. 1990. 180 f. Dissertação (mestrado). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1990.

OSSAMI DE MOURA, M. C. Tapuios do Carretão. OSSAMI DE MOURA, M. C. (Org.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: Editora da UCG, 2006, p. 153-220.

PAIVA, C. A. et al. *Publicação crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872*. Belo Horizonte, Cedeplar/UFGM, 2012.

PALACÍN, L.; MORAES, M. A. S. *História de Goiás: (1722-1972)*. Goiânia: Editora Universidade Católica de Goiás, 1994.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Linguística Histórica. PFEIFFER, C.; NUNES, J. H. (Org.). *Introdução às Ciências da Linguagem: Língua, Sociedade e Conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006, v. 3, p. 11-48.

PESSOA DE CASTRO, Y. *Falares africanos na Bahia* (um vocabulário afro-brasileiro). Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

PESSOA DE CASTRO, Y. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Secretaria da Cultura do Estado de Minas Gerais, 2002.

PILATI, E. *Aspectos sintáticos e semânticos das orações com ordem verbo-sujeito no português do Brasil*. 2006. 242 f. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, 2006.

PILATI, E.; COUTINHO VIEIRA, J. M. Sobre sujeitos nulos no PB e no finlandês. XVI *Congresso Internacional de Humanidades*, Universidade de Brasília, 10 de outubro de 2013.

PILATI, E.; NAVES, R. R. Desenvolvendo a hipótese da cisão da categoria pronominal no português brasileiro. MOURA, D.; SIBALDO, M. A. (Org.). *Estudos e Pesquisas em Teoria da Gramática*. Maceió: EDUFAL, 2013a, p. 233-253.

PINHEIRO, A. C. C.; COELHO, G. N. *Diário de viagem do Barão de Mossâmedes (1771-1773)*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

QUINTELA, A. C. As cartas de Goyaz. *Signótica*, Goiânia, v. 16, p. 15-41, 2004.

QUINTELA, A. C. O topônimo “Goyaz”. *Signótica*, Goiânia, v. 15, p. 153-172, 2003.

RAPOSO, E.; URIAGEREKA, J. 1996. Indefinite SE. *Natural language and linguistic theory*, Dordrecht, v. 14, n. 2, p. 749-810.

RIZZI, L. Null subjects in Italian and the theory of *pro*. *Linguistic Inquiry*, v. 17, p. 501-557, 1986.

ROBERTS, I.; HOLMBERG, A. Introduction: parameters in minimalist theory. BIBERAUER, T. *et al. Parametric Variation: null subjects in Minimalist Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

ROBERTS, I.; ROUSSOU, A. Syntactic change. *A minimalist approach to grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ROCHA, L. M. *O Estado e os índios: Goiás 1850-1889*. Goiânia: Ed. UFG, 1998.

RODRIGUES, A. As línguas gerais sul-americanas. *Papia*, v.2, n.4, p. 6-18, 1996.

RODRIGUES, A. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, A. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultura (SBPC)*, São Paulo, v. 57, n.2, p. 35-38, 2005.

RODRIGUES, A. Tupi, tupinambá, línguas gerais e o português do Brasil. In: NOLL, V.; DIETRICH, W. (Org.). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

SANTOS, R. M. *O gê dos gerais: elementos de cartografia para a etno-história do planalto central: contribuição à antropogeografia do cerrado*. 2013. 344 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2013.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, M. J. *Quilombos do Brasil Central: violência e resistência escrava*. Goiânia: Kelps, 2008.

SOARES, M. C. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 69-106, 1993.

VOGT, C.; FRY, P. As formas de expressão na "língua" africana do Cafundó. *Ciência e Cultura*, vol.57, n. 2, p. 39-42, 2005.

APÊNDICE

Corpus da Pesquisa de Mestrado Sujeito nulo indeterminado no português brasileiro: uma investigação diacrônica em Goiás

A seguir, apresentamos a transcrição do *corpus* utilizado para análise na pesquisa de mestrado *Sujeito nulo indeterminado no português brasileiro: uma investigação diacrônica em Goiás*, desenvolvida no âmbito do projeto de pesquisa *Estudos sobre a constituição do português brasileiro*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, sob a orientação da Profa. Dra. Rozana Reigota Naves. Os manuscritos que compõem este *corpus* são: *Diário de viagem do Barão de Mossâmedes (1771-1773)*, edição *fac-símile* editada por Pinheiro e Coelho (2006), e o *Memorial de lembrança de Anna Joaquina da Silva Marques (1881-1930)*, documento em transcrição pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC). Os autores do *Diário* foram o geógrafo português Tomás de Souza Villa Real e um escriba anônimo, enquanto a autora do memorial foi a goiana Anna Joaquina da Silva Marques. Transcrevemos dados da segunda parte do *Diário*, escrita em 1773 e intitulada *Diario 2º da Marcha* em seu frontispício, e dados dos anos de 1881 a 1899 do *Memorial*.

Os dados de nossa pesquisa referem-se às seguintes construções sintáticas: construções com *se* indefinido e genérico e construções com sujeito nulo indeterminado e verbo na terceira pessoa do singular ou plural. Faz-se necessário ressaltar que transcrevemos os dados adicionando-lhes os seguintes acréscimos: informamos os contextos em que o sujeito das sentenças são nulos indeterminados com a notação **sujeitoØ**; realçamos os verbos das construções com fonte em **negrito** – incluindo o clítico *se*; apresentamos entre colchetes o sujeitos nulos referenciais de verbos na terceira pessoa do singular, a fim de que não se possa interpretá-los como sujeito nulo indeterminado; e, nos dados do *Diário*, apresentamos a referência da edição *fac-símile* após a transcrição de cada dado, enquanto, nos dados do *Memorial*, informamos, entre parênteses e no final de cada dado, o mês e o ano em que os dados foram escritos pela autora. A numeração dos dados de cada documento foi apresentada entre parênteses no início de cada dado.

1. DIÁRIO DE VIAGEM DO BARÃO DE MOSSÂMEDES (1771-1773):

(1) Para seguir-se methodo mais fundado e noticiozo, **se deve** prenotar: que esta villa, fôy a primeira Povoaçam desta cappitania (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 75)

(2) em tempo que mais cazo **se fazia** destas prezas... (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 75)

(3) do que do rico metal porque hoje tanto **se trabalha**. (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 75)

(4) com esta noticia concurreo munta gente a este lugar, que não cabendo no seu pequeno âmbito, se estenderam por toda esta Cappitania onde fundaram varios Arrayaes, como **se verá** no decursso desta Historia (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 75 e 77)

(5) e toda a mais gente necessaria para a conduçam do seu trem, que **se conduzio** em dezaseis bestas, e marchando seis legoas [sua Ex^a.] pouzou no Engenho de Alexandre Afonço (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 79)

(6) **Adverte-se**, que por todo daquelle terreno, que nada havia que averiguar (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 79)

(7) e [sua Ex^a.] tomou quartel no Córrego do Refresco, que pelo munto que alí mandou o Doutor Ouvidor, de frutas, e ortalice assim **se chamou** (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 81)

(8) que ali tinha entrado o Senhor João Manoel de Mello the aquella hora, nam **se tinha** alí visto homem tamanho. (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 83)

(9) mandou abrir hum caminho quase em linha recta deste Arrayal para a villa, no qual **se julga** ser mais breve [³¹] legoas. (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 85)

(10) lhe declararam os ditos que ali havia munto ouro (...) **Deu-se** ao manifesto, (11) e **se tirarão** muntas arrobas de Ouro (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 85)

³¹ O escriba deixou um pequeno trecho em branco, onde, possivelmente, colocaria o valor exato de léguas, mas, provavelmente, esqueceu-se de fazê-lo.

(12) e no mesmo perigo **se vem** os Reais Quintos de sua Magestade quando todos os anos sam conduzidos da Intendência de Sam Felis para os Cofres de Villa Boa (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 89)

(13) Este Arrayal foý no seu Descuberto, tam abundante de folhetas de ouro, que no anno de 1737,, **se achou** huma de quarenta e seis libras (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 89)

(14) outros produtos maravilhosos **se tem** visto neste terreno, que tem menos de hum outavo de legoa (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 91)

(15) Pellas Arvores da vezinhança do Povo, **se ouviam** continuadas vozes dos meninos Viva sua Excellencia (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 91)

(16) foy fundado no anno de 1737,, andando-se sucavando o seu Ribeyram na deligencia de ouro, achando-se munto **se effectuaram** muntas Minas (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 95)

(17) Os do Julgado ^{sujeito}Ø o **vierão** buscar ao principio da principal Rua (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 105)

(18) e o ^{sujeito}Ø **conduzirão** de baixo do Palio a Igr^a. Matris (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 105)

(19) onde lhe fés o R^{do}. Vigr^o. as cerimonias, q **se particam** (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 105)

(20) Mandou S. Ex^a. medir o Rio pello Ajud^{te}. Das Ordens com huma prancheta q. **se agetivou** de huma meza piquena, de q. S. Ex^a. se servia na sua viagem p^a. a escripta com outros instrum^{tos}. q. o d^o. Ajudante levou (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 109)

(21) foi o angulo inacesivel mais agudo do que **se pertendia** (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 109)

(22) no q. **se pode** admitir algum piqueno defeito (...) (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 109)

(23) **achouse** ter o d^o. Rio de largo, neste lugar chamado o Porto, 472 braças. (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 109)

(24) elle passou varias ordens p^a. q. tudo **se regesse** na f^{ra}. do melhor methodo (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 113)

(25) (...) do melhor methodo com q. **se administra** a Justiça nesta bem governada Capitania. (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 113)

(26) Foi S. Ex^a. recebido neste Arrayal com húa ostentação igual a Sua piquenhés, mas como o seu animo hé todo cheio de atençoens, agradeceo m^{to}. todo o cortejo que lhe sujeito **Ø fizerão**. (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 117)

(27) thé quase a noite, **se trabalhou** em passar as cargas (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 117)

(28) Neste Julgado sujeito **Ø receberam** a S. Ex^a. com pouca mais pompa (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 119)

(29) Enformado S. Ex^a. m^{to}. antes, e vendo ali ocularm^{te}. o facil modo com q. **se podião** fazer extravios de ouro (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 121)

(30) ouve hum pouzo, onde **se padeceo** munta cede (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 123)

(31) estabelecer a socied^e da grande lavra da pedreira, que **se tinha deixado** por inimizadas dos sócios (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 127)

(32) e naquellas eminencias **se admirarão** as muntas cachoeiras de christalizanas aguas (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 129)

(33) Deste lugar passou à pr^a. Serra q **se descobrio**, (34) q. **se lhe pós** o nome = Serra do General = (35) e **se julgou** ter marchado naquelle dia, (36) q. **se chamou** de falha 7 legoas. (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 132 e 133)

(37) Ainda q. neste Arrayal já sujeitoØ **tinhão** recebido a S. Ex^a. quando veio do Rio de Janr^o. p^a. V^a. Boa; (38) comtudo igual aplauzo lhes sujeitoØ **fizerão** neste dia; (39) sujeitoØ **receberam-no** debaixo do Palio (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 135)

(40) S. Ex^a. deo vários methods p^a. procurarem novos averes na sua vezinhança, em q. **se não tem alargado** com medo do gentio caiapo. (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 135)

(41) convidou alguns homens desocupados p^a. hirem reforçar a bandeira q. **se estava apromptando** em S^{ta}. Luzia (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 137 e 139)

(42) Mandou lançar hum bando com circumstancias taes q. por elle **se evitaram** os vadios desta capitania (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 139)

(43) as novas Bandeiras, q **se estam apromptando** p^a. novos Descubertos de ouro (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 139)

(44) Este Arrayal foi fund^o. Logo depois q. **se fundou** a Povoação (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 139)

(45) chamasse da Meya Ponte; por q. está junto a hum Rio deste nome, o qual não **se vé** do Arrayal. (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 139 e 141)

(46) pellas nove horas da manhaã entrou na villa com m^{ta}. Chuva; Razão porq. não **se pode fazer** solemne a entrada de S. Ex^a. (Pinheiro e Coelho, 2006, p. 141 e 143)

Quadro dos itens verbais que compõem os dados do corpus do Diário.

Construções com sujeito nulo indeterminado canônico:	Ocorrências:	Construções com se genérico:	Ocorrências:	Construções com se indefinido:	Ocorrências:
vir	1	dever	1	tirar	1
conduzir	1	fazer	1	ver	1
fazer	2	trabalhar	2	ter	1
receber	2	ver	2	ouvir	1
ter	1	conduzir	1	efetuar	1
		advertir	1	praticar	1
		chamar	2	poder	1
		ter	3	admirar	1
		julgar	2	evitar	1
		dar	1	estar	1
		achar	2		
		adjetivar	1		
		pretender	1		
		poder	2		
		reger	1		
		administrar	1		
		padecer	1		
		descobrir	1		
		pôr	1		
		estar	1		
		fundar	1		
Total de ocorrências: 7		Total de ocorrências: 29		Total de ocorrências: 10	
Total de verbos: 5		Total de verbos: 21		Total de verbos: 10	

2. MEMORIAL DE LEMBRANÇA DE ANNA JOAQUINA DA SILVA MARQUES (1881-1930):

(1) Dia 6 as 3 horas estávamos jantando, q.^{do} **sujeito**Ø **vierão** chamar D.^r Azeredo p.^a ir vêr o S.^r Ant.^o Alves q' tinha tido u[m] ataque, q.^{do} o Azeredo chegou em caza de Tiasenhora, já o achou morto (janeiro de 1881)

(2) Dia 21 Nhola teve uma cólica q' durou 3 oras depois **chamou-se** D.^r Azeredo, q.^{do} sahiu era ½ noite (maio de 1881)

(3) Dia 23 Hoje **sujeito**Ø comprarão-me um bilhete de loteria (da corte (4) (hoje q' **mandou-se** (maio de 1881)

(5) Dia 28 denoite nós todos fomos em caza do Cap.^m Florambel, assistir o entremez depois **finalizou-se** com baile, esteve m^{to} bom (junho de 1881)

(6) Dia 30 **sujeito**Ø **Baptizou** á f.^a do Snr' M.^{el} Thomaz, forão os pad.^{ros} Ritinha f.^a do Ant.^o Pinto, e o Jozino f.^o do Angelo Gusmão. Denoite hove baile em caza do Baptizado (julho de 1881)

(7) Dia 17 Faleceu o Cadête Candido Gonsaga, e **sujeito**Ø **enterrou** dia 18 (janeiro de 1882)

(8) Dia 28 foi Domingo do Espirito Santo a procição do Divino passou aqui, q.^{do} **sujeito**Ø **lêu** a Sorte Manoel Antonio foi o Imperador do Anno Seguinte (maio de 1882)

(9) Dia 8 Domingo. dedarte hove Missão no S. Francisco. q.' nesse dia **sujeito**Ø **enficou** o Cruz.^o (outubro de 1882)

(10) Dia 12 foi Domingo **sujeito**Ø **Baptizou** o matadouro (novembro de 1882)

(11) Dia 23 as 3 horas da manhã Manoel daqui morreu as 2 oras **enterrou-se** (março de 1883)

(12) Dia 18 Faleceu a filha do Snr' Paulo Marques (17 de julho de 1883). as 8 horas da manhã **sujeito Ø enterro-a.** (julho de 1883)

(13) Dia 19 Maria Altina f.^a do Snr.' Luiz Jardim morreu (18 de setembro de 1883). **enterrou-se** (setembro de 1883)

(14) Dia 14 as 5 oras da manhã faleceu o Conego Pio. a tarde foi Sepultado. nessa mesma tarde Faleceu Pedro cunhado do Antonio M.^{el} **sujeito Ø sepultou** no dia seguinte. (novembro de 1883)

(15) Dia 21 nesse dia desapareceu o Snr' Felipe de Moraes Preto (**ignora-se** a razão, desta inesperada fuga. (março de 1884)

(16) Dia 15 depois da novena **sujeito Ø alevantou** mastro de N. S. do Carmo (julho de 1884)

(17) Dia 4 Faleceu a D. Lin...] m.^{er} do Cap.^m João Berquó p.^a amanhecer (3 de março de 1885). Faleceu a S.^{ra} Ninica derepente, nesse dia **sujeito Ø enterrou** ambas 1 de manhã a outra de tarde (março de 1885)

(18) Dia 22 nessa tarde **sujeito Ø enterrou** o Deco f.^o do P.^r David (abril de 1885)

(19) Dia 18 nessa tarde **sujeito Ø enterrou** Alf^{es} Parrela q' morreu dia 17 a noite (setembro de 1885)

(20) Dia 31 Cazou-se a f.^a do Cap.^m Jorge (Honorina com o S.^r Toto Veiga fui ver do Liceu p.q.' o casaz.^{to} Sahio da caza do S.^r Joaq.^m Gustavo, e **celebrou-se** na Boa Morte. (outubro de 1885)

(21) Dia 19 Chegou aqui, O C.^{el} Gama; e foi recebido com muzicas – menores e do batalhão – vimos a Chegada, apiou em caza de D. Leonôr q.' foi alugada p.^a elle depois **sujeito Ø vierão** me chamar p.^a a caza de D.^r Paês Leme q.' a minha afilhada Januaria – tinha falecido; eu fui p.^a lá visita-la. vim as 6 oras da noite. (maio de 1886)

- (22) Dia 16 **sujeito**Ø **Sepultou** a m.^{er} do Alff^s Thomaz da Fonseca (agosto de 1886)
- (23) 1º de junho Faleceu o S.^r João Baptista Carneiro. **sujeito**Ø **Sepultou** na mesma tarde. (junho de 1887)
- (24) Dia 4 nessa tarde faleceu o Sobr.^o de Turinha José Thomaz (3 de julho de 1887). **sujeito**Ø **Sepultou** de tarde (julho de 1887)
- (25) Dia 24 Faleceu o S.^r Miranda a tarde **sujeito**Ø **enterro-o** (julho de 1887)
- (26) Dia 12 Faleceu Candida m.^{er} do Alff^s Franc.^o M.^{el} de Velasco (11 de agosto de 1887). as 5 oras da tarde **sujeito**Ø **sepultou-a** com toda soled.^e de padres (agosto de 1887)
- (27) Dia 18 Domingo hôte Concerto no Theatro 5 môtças Cantarão. depois **seguiu-se** a Kermesse das prendas em favor dos Captivos. (agosto de 1887)
- (28) Dia 28 depois a Comedia em 1º de Abril Comedia Composta p.^{lo} S.^r Raphael Torres. **findou-se** a ½ noite. Toto fez parte da Comedia. (agosto de 1887)
- (29) Dia 30 Falaceu o S.^r Franklim da Rocha **sujeito**Ø **enterrou** no mesmo dia (agosto de 1887)
- (30) Dia 7 houve Tedeum, depois guarda de honra, no largo do Pal.^o denoite Baile q' **sujeito**Ø **offerecerão** ao Vicepresidente: Felicissimo (setembro de 1887)
- (31) [Dia]³² 24 Eu e Nholá fomos ao Baile q' **sujeito**Ø **offerecerão** a D.^r Delegado em despedida. (novembro de 1887)
- (32) [Dia] 2 Mariq.^a estava aqui q.^{do} **sujeito**Ø **vierão Chamar** q.' a viúva do João Netto estava lá (março de 1888)

³² Os dados em que a palavra “dia” está escrita entre colchetes foram, no manuscrito, identificados por símbolo que representa a repetência da palavra sem sua efetiva escritura.

(33) [Dia] 21 Houve a prosição da Ressureição m.^{to} bonita e concorrida logo depois missa aqui no Carmo q' disse o P.^e Pedro. **Sigui-se** a folia do Divino. (34) a tarde **queimou-se** o 2º Judas na S.^{ta} B. (abril de 1889)

(35) [Dia] 29 sujeito **Ø Sepultou** a m.^{er} do João Caiabola q' morreu dia 28 (maio de 1889)

(36) [Dia] 4 **Realizou-se** o baile, pois a noite esteve esplendida (novembro de 1889)

(37) [Dia] 16 sujeito **Ø Derubou** a 2ª parede da escola de Lili (dezembro de 1889)

(38) [Dia] 20 sujeito **Ø Arrancou** as partileira da venda, detarde Silvia veio (dezembro de 1889)

(39) [Dia] 13 Houve theatro anniversario da Libertação (...) depois **seguio-se** a comedia o Escravocata (maio de 1890)

(40) [Dia] 21 Faleceu o Cap.^m Joaquim Alves de Oliveira sujeito **Ø enterrou** dia 22 (junho de 1890)

(41) [Dia] 1º Segunda-feira Houve instalação do Congresso q' passou pacificamente. nesse dia sujeito **Ø desmanchou** a ponte do Carmo (junho de 1891)

(42) Dia 10 depois do cazam.^{to} **dansou-se** 2 quadrilha. (43) as 8 ½ horas da noite **levou-se** o Noivado em casa (na rua da Abadia) (novembro de 1895)

(44) Dia 10 sujeito **Ø fez** fornalha aqui (maio de 1898)

(45) Dia 16 Fui na Missa do dia sujeito **Ø baptizou** o f.^o de Amanda (agosto de 1898)

(46) Dia 4 Nos todos fomos a missa as 8 oras da manhã Falacerão P.^e José Iria e o C.^{ol} Constacio Rib.^o da Maia este sujeito **Ø sepultou** detarde e aquelle foi depositado na Bôa morte p.^a outro dia (setembro de 1898)

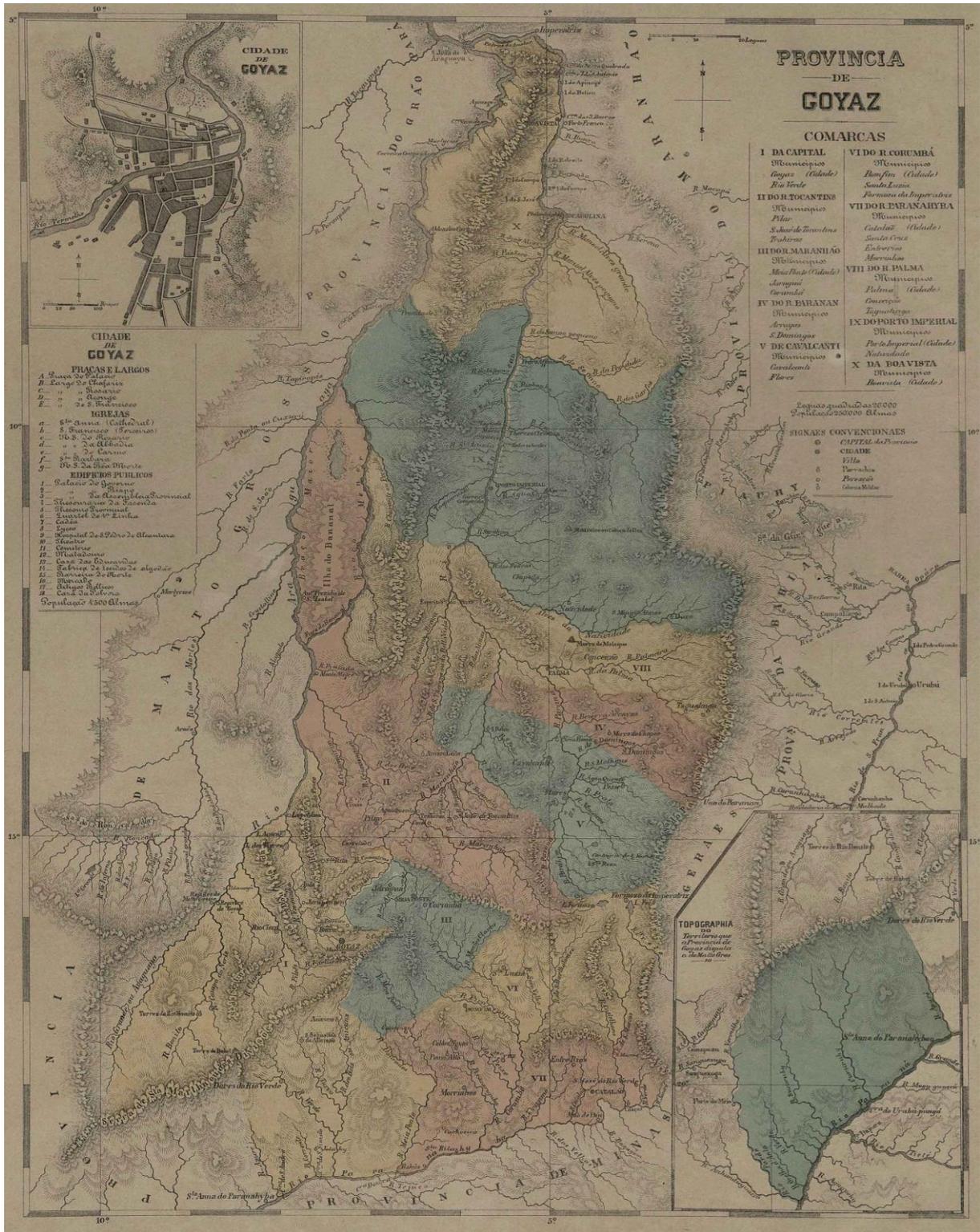
(47) Dia 20 sujeito **Ø Derubou** a frente do Carmo (outubro de 1898)

- (48) Dia 29 Eu Maria e Annica Macedo fomos no Theatro **sujeito Ø representava** (Direito por linhas torta) (outubro de 1898)
- (49) Dia 14 **sujeito Ø principiou** fazer estuqui aqui na Sala (dezembro de 1898)
- (50) Dia 19 **sujeito Ø Pintou** o estuque da sala (dezembro de 1898)
- (51) Dia 23 **sujeito Ø esteve** aqui trabalhando fazendo soalho Nessa noite Nhola foi conversar com Silvina Sobre o Leilão de N. S. do Carmo. (dezembro de 1898)
- (52) Dia 25 Eu e Nhola fomos ver na caza de Mariq.^a p.^a ver o retrato do S.^r Virgilio q.' **sujeito Ø reproduzio** (março de 1899)
- (53) Dia 27 Faleceu Annibal Brandão (26 de abril de 1899). **sujeito Ø Enterrou** (abril de 1899)
- (54) Dia 19 **sujeito Ø Pôz** punho na rede (agosto de 1899)
- (55) Dia 2 **sujeito Ø acabou de fazer** o vestido amarelo q.' Toto me deo dia 29 de Jan.^o (setembro de 1899)
- (56) Dia 16 Izidora morreu e **sujeito Ø Sepultou** Detarde (outubro de 1899)
- (57) Dia 8 **sujeito Ø Limpou** o pôsso da Escola de Nhola (novembro de 1899)
- (58) Dia 18 **sujeito Ø pôs** remendo no Sofa da varanda (novembro de 1899)
- (59) Dia 15 **sujeito Ø apartou** a escola de Lili, p.^a dar outro lanço p.^a João Athanzio (dezembro de 1899)

Quadro dos itens verbais que compõem os dados do corpus do Memorial.

Construções com sujeito nulo indeterminado canônico:	Ocorrências:	Construções com sujeito nulo indeterminado não canônico:	Ocorrências:	Construções com <i>se</i> genérico:	Ocorrências:
vir	3	enterrar	9	enterrar	2
comprar	1	sepultar	8	seguir	3
oferecer	2	batizar	3	chamar	1
		derrubar	2	mandar	1
		ler	1	finalizar	1
		enfincar	1	ignorar	1
		arrancar	1	celebrar	1
		alevantar	1	findar	1
		desmanchar	1	queimar	1
		fazer	1	realizar	1
		representar	1	dançar	1
		principiar	1	levar	1
		pintar	1		
		estar (trabalhando)	1		
		reproduzir	1		
		acabar	1		
		limpar	1		
		apartar	1		
		pôr	2		
Total de ocorrências:	6	Total de ocorrências:	38	Total de ocorrências:	15
Total de verbos:	3	Total de verbos:	19	Total de verbos:	12

ANEXO 4: Mapa da província de Goiás.



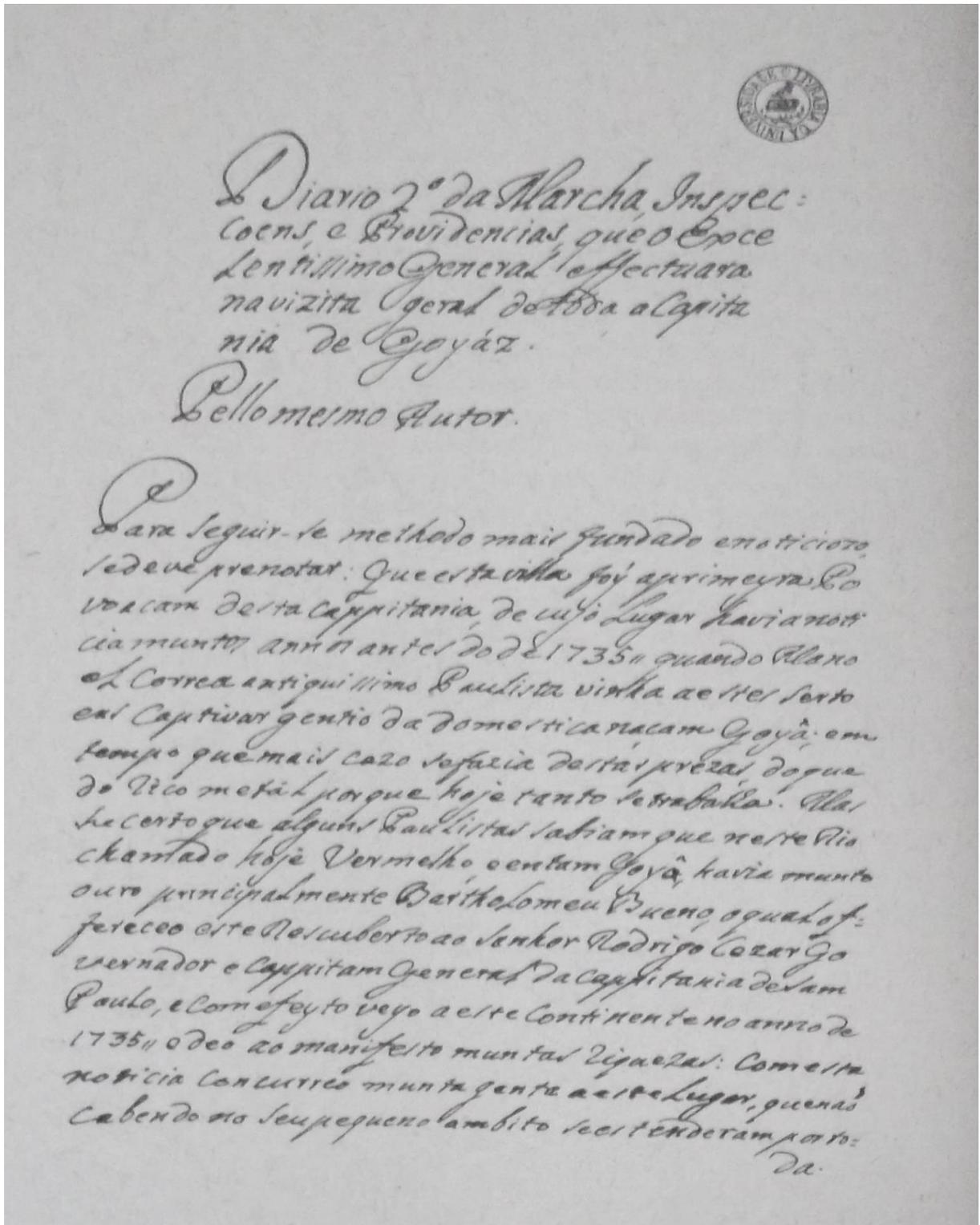
Fonte: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/>. Acesso em 18/02/2014.

ANEXO 5: Rapazes tapuios – síntese da miscigenação.



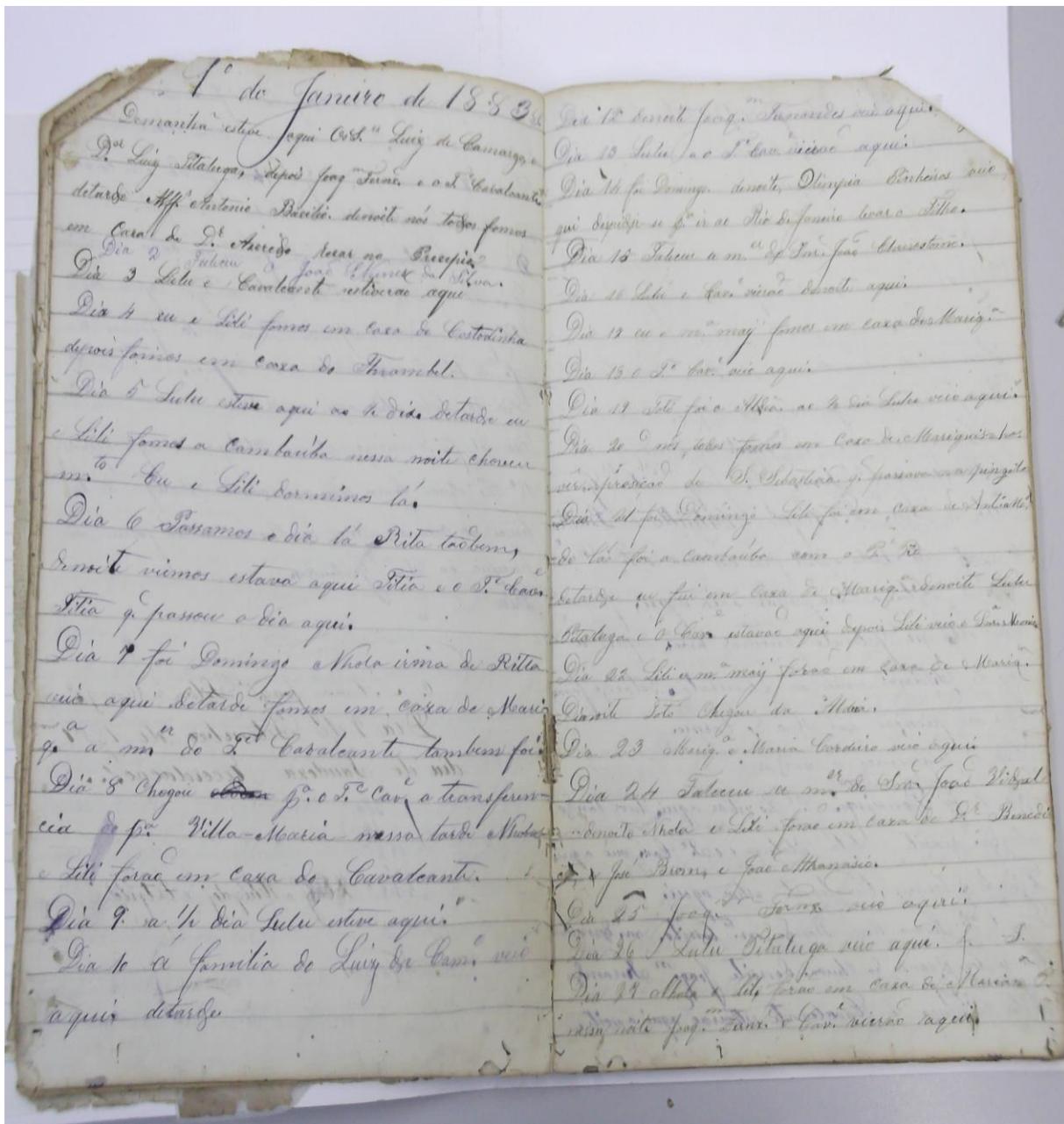
Fonte: Moura, 2006, p. 162.

ANEXO 6: Fotocópia da edição fac-símile do Diário de viagem do Barão de Mossâmedes (1771-1773).



Fonte: Pinheiro e Coelho (2006). Depósito legal do manuscrito original: Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Goiânia, Goiás.

ANEXO 7: Fotocópia do manuscrito *Memorial de lembrança de Anna Joaquina da Silva Marques (1881-1930)*.



Depósito legal: Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Goiânia, Goiás.